



Universidade Autónoma de Lisboa
Departamento de Ciências Económicas, Empresariais e Tecnológicas

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS
Especialidade em Planeamento e Estratégia Empresarial

Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na República Dominicana:
Benefícios duma Gestão para o Desenvolvimento Sustentável

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Empresas
Especialidade em Planeamento e Estratégia Empresarial

Autor: Carlos Abelardo Vicioso Solano

Orientador: Professora Doutora Helena Curto

Lisboa, 2012

O texto desta dissertação foi redigido seguindo o novo acordo ortográfico.

Dedicatória

Ao meu adorado pai Abelardo Vicioso, quem sempre ensinou-me com o seu exemplo.

Agradecimentos

Quero agradecer, primeiramente, ao Supremo Fazedor, por haver-me dado a sabedoria e o entendimento para honrar e engrandecer a Sua Obra maravilhosa.

Ao Wendell, por toda a sua paciência, colaboração e amor infinito fornecidos.

A minha mãe Altagracia, a minha irmã Cynthia, ao meu irmão Julian, à minha avó Leonor (falecida), a minhas tias Ligia e Maritza, minhas primas Maritcita e Miguelina e a toda a família, por todo o seu apoio e incomensurável amor desdobrado.

À Doutora Helena Curto, mais do que uma amiga e conselheira, após este grande esforço coletivo, por todo o seu enorme apoio e conhecimentos fornecidos, sem os quais não teria sido possível este estudo.

À Universidade Autónoma de Lisboa pela oportunidade de apreender nas suas aulas o sagrado pão do conhecimento.

Aos colegas Felipe Flores e Elias Andrade por toda a sua sapiência e conhecimentos.

A minha amiga Yusil Abud por todo o seu apoio fornecido

Aos meus inesquecíveis colegas de Embaixada, Griselda Cruz, Randel de Jesús, Lourdes Victoria e Anadel Matos por todo o seu apoio e amizade incondicional.

À Senhora América Bastidas pela muito importante colaboração dada.

Aos meus companheiros do Curso CADAPI em Oeiras, muito especialmente ao Dr. Joaquim Neves, por todas as boas e duradouras experiências partilhadas.

E, finalmente, mas não por isso menos importante, ao Excelentíssimo Doutor Leonel Fernández Reyna, ex-Presidente da República Dominicana, sem cujo apoio e confiança em mim depositada este trabalho investigativo e este grau de Mestre não seria hoje uma realidade.

Que o Deus Todo-Poderoso e a vida os abençoe e retribua a todos.

Resumo

A **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)** abrange o conjunto de ações - denominadas projetos e ou programas - realizadas pelas instituições e organismos multilaterais internacionais, dirigidas aos países em vias de desenvolvimento, com o fim de promover o progresso económico e social, de modo que seja mais balanceado e resulte sustentável, mediante a transferência de habilidades e conhecimentos, assim como de fundos financeiros, provenientes dos países mais desenvolvidos.

Mas o conceito moderno e amadurecido de **APD**, como ferramenta para o desenvolvimento e promoção da paz, consolida-se depois das duas Grandes Guerras Mundiais, ao ter como marco referencial o estabelecimento das Nações Unidas em 1945.

Após décadas de evolução, os novos enfoques sugerem que a ajuda fornecida pelos países doadores apenas é eficaz se é combinada com a implementação de políticas adequadas nas economias dos países recetores.

Com esse propósito, em 2005, na denominada Declaração de Paris, mais de 90 nações do planeta, inclusive a República Dominicana e as instituições de cooperação internacional relacionadas delinearam os parâmetros ou **indicadores de progresso necessários para atingir a efetividade dessa ajuda** e que são nomeadamente a apropriação, o alinhamento, a harmonização, uma gestão orientada para os resultados e a responsabilidade mútua.

Existem basicamente 4 **modalidades da APD**: os fluxos financeiros, a remissão total ou parcial da dívida externa, as bolsas de estudo no estrangeiro e a assistência técnica em geral.

Os atores envolvidos nesta investigação são nomeadamente, a **República Dominicana**, como país associado e recetor da ajuda, por um lado, e as **agências bilaterais** de cooperação (USAID, AECID, JICA, GETZ, KOICA) e as instituições multilaterais (PNUD, UE, OECD, BM, BDI, OEA) por o outro, os quais através de projetos e/ou programas, implementam a Ajuda Pública para o Desenvolvimento nas instituições e comunidades beneficiárias no país, como já veremos.

Nesse sentido, com este estudo pretendemos contribuir com as pessoas e instituições que têm a ver com a cooperação para o desenvolvimento no país com vista a que a gestão dos recursos fornecidos seja mais efetiva e chegue precisamente aos mais necessitados da nossa sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Fluxos Financeiros de Cooperação; Organizações Internacionais de Cooperação; Projetos e Programas.

Abstract

The Official Development Assistance (ODA) is a set of actions - called projects and or program - undertaken by institutions and international organizations, targeting developing countries with the aim of promoting economic and social progress, towards more balanced and sustainable results through the transfer of skills and knowledge, as well as financial funds, from the more developed countries.

But the modern concept of **ODA** and matured as a tool for the development and promotion of peace was consolidated after the two World Wars, to have as a reference point to establish the United Nations in 1945.

After decades of evolution, new approaches suggest that aid provided by donor countries is only effective if it is combined with the implementation of appropriate policies on national economies receivers.

For this purpose, in 2005, in the named Declaration of Paris, more than 90 nations on the planet, including the Dominican Republic and the institutions of international cooperation related, finally outline the parameters or **indicators of progress needed to achieve the effectiveness of this aid** and they are: ownership, alignment, harmonization, managing for results, and mutual responsibility.

There are basically 4 **modes of ODA**: financial flows, the remission of the debt, scholarships and technical assistance abroad in general.

The actors involved in this study are particularly the **Dominican Republic**, as a country and associated receiver of aid, on one hand, and bilateral cooperation **agencies** (USAID, AECID, JICA, GETZ, KOICA) and **multilateral institutions** (UNDP, EU, OECD, WB, BDI, OAS) on the other, those who through projects and / or programs, implement the Official Development Assistance to beneficiaries institutions and communities in the country, as we shall see.

Accordingly, with this study we aim to contribute to the people and institutions that have to do with development cooperation in the country so that the resources management is provided more effectively and precisely reach the neediest in our society.

Key Words: Sustainable Development; Financial Flows of Cooperation; International Organizations for Cooperation; Projects and Programs.

Índice

Dedicatória.....	3
Agradecimentos.....	4
Resumo	5
Abstract	6
Listagem de Siglas a Utilizar.....	9
Introdução.....	11
Capítulo 1 – Ajuda Pública para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional: Antecedentes. Evolução Histórica.....	13
Capítulo 2 – Conceito de Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD).....	22
2.1 - Classificações da Ajuda para o Desenvolvimento.....	27
2.2 - Modalidades da Ajuda para o Desenvolvimento.....	29
2.2.1 - Os Fluxos Financeiros da Cooperação.....	29
2.2.2 - A Remissão ou Alívio da Dívida Externa.....	30
2.2.3 - As Bolsas de Estudo / Cursos. Seminários: Pilares da Cooperação Técnica.....	31
Capítulo 3 – Atores Envolvidos na Ajuda Pública ao Desenvolvimento na República Dominicana.....	33
3.1 - A República Dominicana como País Recetor da Cooperação: Antecedentes Históricos. Clima. Geografia. População. Indicadores Económicos e Sociais.....	33
3.2 - As Organizações e Instituições Internacionais Doadoras e Promotoras do Desenvolvimento no País: Dados Gerais. Origens. Atividades. Estrutura. Trabalho. Desafios.....	37
3.2.1 - A União Europeia como Entidade Doadora.....	37

3.2.2 - As Nações Unidas: Cooperação para o Desenvolvimento Humano.....	39
3.2.3 - A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e o seu Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD).....	42
3.2.4 - O Banco Mundial: 5 Instituições para o Desenvolvimento.....	44
3.2.5 - O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).....	46
3.2.6 - A Organização dos Estados Americanos (OEA): Solidaridade e Cooperação.....	47
3.2.7 - As Agências de Cooperação Bilateral / USAID. AECID. JICA. KOICA.....	48
Capítulo 4 - Instituições e Comunidades Beneficiadas com a APD na República Dominicana: Projetos e/ou Programas. Impacto. Resultados.....	51
4.1 - Ajuda Pública para o Desenvolvimento da União Europeia na República Dominicana.....	52
4.2 - Programas e Projetos para o Desenvolvimento Implementados por os Organismos das Nações Unidas na República Dominicana.....	54
4.3 - Projetos do Banco Mundial na República Dominicana.....	60
4.4 - O BID no País.....	62
4.5 - Programas da Organização dos Estados Americanos (OEA) na República Dominicana.....	63
4.6 - As Agências de Cooperação Bilateral no País.....	64
Capítulo 5 - Análises das Informações Obtidas. Revisão dos Questionários. Confronto dos Dados.....	67
Conclusões, Limitações e Contributos para Novas Investigações.....	79
Fontes de Referência e Bibliografia.....	82
Anexos: Questionário Utilizado.....	91

Listagem de Siglas a Utilizar

ACP - Grupo de Países de África, Caribe e Pacífico
ADESS - Administradora de Subsídios Sociais
AECID - Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AEUDI - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development / USAID)
AIF - Associação Internacional de Fomento
AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica
APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Sudáfrica)
CAD - Comité de Apoio ao Desenvolvimento
CADTM - Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo
CD - Centro de Desenvolvimento
CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEPAL - Comissão Económica para América Latina e o Caribe
CERF - Fundo para a Ajuda Humanitária das Nações Unidas
CFI - Corporação Financeira Internacional
CNUC - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development / UNCTAD)
DHS - Desenvolvimento Humano Sustentável
DIGECOOM - Direção-Geral de Cooperação Multilateral
ECOSOC (Economic and Social Council) - Conselho Económico e Social
EDES - Empresas Dominicanas de Eletricidade
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (International Fund for Agricultural Development / IFAD)
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNUI - Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF (United Nations Children's Fund, UNICEF)
GETZ - Agência Alemã de Cooperação Técnica (desde 2011, GIZ)
ICSID - Centro Internacional de Arranjo de Diferenças Relativas aos Investimentos
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
JCE - Junta Central Eleitoral
JICA - Agência de Cooperação Internacional
KOICA - Agência de Cooperação Internacional da República da Coreia

MANUD - Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento na República Dominicana
 MIGA - Agência Multilateral de Garantia
 OCDE - Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico
 OCED - Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento
 OCEE - Organização para a Cooperação Económica Europeia
 ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
 OEA - Organização dos Estados Americanos
 OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica (Organization for European Economic Cooperation / OEEC)
 OMC - Organização Mundial do Comércio
 OMM - Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization / WMO) -
 OMS - Organização Mundial da Saúde (World Health Organization / WHO)
 ONAPLAN (Oficina Nacional de Planeamento) - Escritório Nacional de Planeamento
 ONGs - Organizações Não-Governamentais
 ONU - Organização das Nações Unidas
 ONUAA - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura FAO (United Nations Food and Agriculture Organization)
 ONUDI - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations International Development Organization / UNIDO)
 ONUC - Organização das Nações Unidas para a Educação (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / UNESCO)
 OPEC (Organization of the Petroleum Exporting Countries) - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
 PANCAP - Associação Pancaribenha contra o HIV-AIDS
 PMA - Programa Mundial de Alimentos
 PNUD (UN Development Program / UNDP) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PNUMA (UN Environmental Program / UNEP).- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
 PPME - País Muito Pobre Muito Endividado
 PPS - Programa de Pequenos Subsídios
 SECIPI - Secretaria de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-América
 SIDA - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
 SIUBEN - Sistema Único de Beneficiários
 SNU - Sistema das Nações Unidas na República Dominicana
 UE - União Europeia
 VNU - Voluntários das Nações Unidas

Introdução

O tema sobre o qual pretendemos realizar o presente estudo de investigação diz respeito à sustentabilidade da Ajuda Pública ao Desenvolvimento na República Dominicana e aos benefícios que a correta gestão dos recursos das instituições envolvidas pode trazer às populações beneficiárias.

À luz das novas teorias de Cooperação Internacional, num contexto de mudança e globalização, pretendemos investigar especificamente a Ajuda Pública ao Desenvolvimento que a República Dominicana recebe dos organismos e instituições internacionais multilaterais e das agências bilaterais de cooperação, na última década, para projetos e/ou programas de desenvolvimento e promoção social.

O presente estudo visa responder a diversas questões. Primeiro, verificar a sustentabilidade da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, assim como dos mecanismos de cooperação internacional na República Dominicana. Segundo, se é efetivamente focada para o crescimento económico e o desenvolvimento humano.

Basicamente procuramos verificar o impacto real da Ajuda Pública para o Desenvolvimento nas populações beneficiárias, ao analisar a sustentabilidade da gestão da APD na República Dominicana.

Nesse sentido analisamos o conceito global de Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) de forma a identificar claramente a sua definição, características, bem como as variáveis observáveis e atores principais envolvidos nos programas e projetos antecedentes realizados no país.

A fim de tornar a presente análise mais fluída, utilizaremos com certa liberalidade algumas terminologias que se apresentam mais cuidadosamente diferenciadas noutros estudos ou documentos oficiais – ajuda / cooperação, organizações internacionais / organismos internacionais, instituições públicas / instituições oficiais, países recetores / países associados, de maneira indistinta.

Ao mesmo tempo, analisaremos as diferentes hipóteses, com vista a identificar as variáveis envolvidas nas atividades de APD que poderiam permitir conhecer os efeitos reais da mesma nas populações e comunidades dominicanas, bem como os efeitos institucionais nas agências beneficiárias.

A realização deste trabalho de investigação sobre a Ajuda Pública ao Desenvolvimento na República Dominicana justifica-se na medida em que poderá contribuir para a reflexão sobre um

aspecto pouco estudado das relações internacionais da República Dominicana, ao permitir uma melhor avaliação da inserção do país no sistema internacional, especialmente no que diz respeito à arquitetura internacional de promoção do desenvolvimento.

Não se pode igualmente esquecer que a reflexão sobre a Ajuda Pública ao Desenvolvimento está necessariamente condicionada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), instituídos em 2000 por ocasião do IV Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O plano de ação mundial proposto pelas Nações Unidas para atingir os ODM até o 2015, é referência para todas as nações do planeta de apurarem esforços nesse sentido a fim de melhorar os níveis de vida dos cidadãos e preservar o meio ambiente onde desenvolvem-se.

Ignorar os graves riscos ambientais e as profundas desigualdades sociais existentes significa colocar em perigo décadas de avanço contínuo e gradativo da humanidade, o que em um cenário extremo, poderia contribuir para uma situação de caos e guerras no planeta.

Anotamos que o tema em questão envolve áreas nas quais o autor detém experiência e envolvimento. Esperamos contudo trazer com o estudo investigativo algumas contribuições em certas áreas, designadamente em questões relativas à gestão em administração pública na área de saúde, em lides políticas e comunitárias, e nos assuntos diplomáticos e de cooperação internacional e solidariedade.

O estudo investigativo revela-se ainda pertinente porque perfilhamos da opinião de que para além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, o mundo precisa da ação permanente. Da criação de um marco para avançar mais além de 2015, um marco jurídico com enfoque humano que reflita verdadeira equidade e sustentabilidade, que sejam fruto do compromisso de todos, para um existir mais justo e o completo bem-estar da humanidade.

Capítulo 1

Ajuda Pública ao Desenvolvimento e Cooperação Internacional: Antecedentes. Evolução Histórica.

O fenómeno da cooperação entre as comunidades humanas tem existido desde há muitos séculos. Desde que existem homens, civilizações e sociedade.

Contudo, e segundo Prado Llallande (2011) o conceito de cooperação internacional diretamente relacionado à dinâmica das relações entre as nações surge efetivamente a partir do século XIX com a celebração das primeiras conferências relativas ao tema e a estruturação das organizações e instituições promotoras de assistência internacional.

Em 1919, e mediante o Tratado de Versalles, funda-se a Sociedade das Nações, com o fim de promover a paz e a segurança internacional. No marco dos trabalhos deste organismo multilateral global fundam-se os primeiros organismos especializados, predecessores dos atuais, onde se destaca a Organização Internacional do Trabalho.

O conceito moderno e amadurecido de Cooperação Internacional, como ferramenta para o desenvolvimento e promoção da paz, consolida-se depois das duas Grandes Guerras Mundiais, ao ter como marco referencial o estabelecimento das Nações Unidas em 1945.

Ao fazer um pouco de história, remontamos-mos a 12 de julho de 1941 quando foi firmada a Declaração de Londres por representantes do Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, além dos Governos em exílio da Bélgica, Checoslováquia, Grécia, Luxemburgo, Noruega, os Países Baixos, Polónia, Jugoslávia, e a França, representada por o General De Gaulle e a qual pronunciou-se a favor dum concertamento para a paz, de maneira conjunta, ao estabelecer que a única base duma paz duradoura deve ser através de uma cooperação voluntária de todos os povos livres do mundo para evitar a ameaça duma agressão.

Posteriormente, a 14 de agosto de 1941, o Presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, e o Primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, firmarem a Carta do Atlântico, a qual faz referência a que depois de acabada a Guerra esperava-se ver estabelecida uma paz que realmente ofereça às nações segurança, para que os seus habitantes vivam livres do temores e à necessidade de que todas as nações do mundo renunciem ao uso da força e estabeleçam o desejo dos assinantes de promoverem a colaboração entre todos os países para melhorar as condições de trabalho, avanço económico e segurança social.

Em 1 de janeiro de 1942 foi firmada a Declaração das Nações Unidas onde se estabelece o compromisso de prosseguirem juntos a luta contra as então potências do Eixo (Alemanha, Itália e o Japão). Neste documento utiliza-se pela primeira vez o nome das Nações Unidas.

A 1 de novembro de 1943 celebrou-se a Conferência de Moscou e dois meses depois, a de Teheran, as quais exortaram à criação de uma organização geral internacional baseada na igualdade soberana dos Estados com o fim de evitar futuras confrontações.

A 7 de outubro de 1944 concluiu-se a Conferência de Dumbarton Oaks, em Washington D.C., E.U.A., dela tendo saído o primeiro projeto de criação da Organização das Nações Unidas, como órgão essencial para a preservação da paz no mundo.

Posteriormente, a 11 de fevereiro de 1945, celebrou-se a Conferência de Yalta, a qual especificou a forma de como votar no mencionado organismo.

Finalmente, e baseada nas conferências precedentes de Dumbarton Oaks y Yalta, de 25 e 26 de junho de 1945, celebrou-se a Conferência de San Francisco, a qual, - e após realizadas as emendas pertinentes propostas por vários governos-, conduziu à Carta das Nações Unidas e ao Estatuto da Corte Internacional de Justiça - o qual regula a Corte Internacional de Justiça, parte integrante da Carta-, aprovada por unanimidade e firmada por todos os representantes do planeta. Esta entrou em vigor a 24 de outubro seguinte, data em que a maioria dos Estados Signatários depositaram os seus instrumentos de ratificação. Em 1965 foi eme foram revogados os seus artigos 23, 27 e 61 e em 1968 o seu artigo 109.

A Carta Constitutiva das Nações Unidas estabeleceu em seu Capítulo IX, em relação á cooperação internacional económica e social, e no Artigo 55 o seguinte: “Com o propósito de criar as condições de estabilidade e bem-estar necessárias para as relações pacíficas e amigáveis entre as nações, baseadas no respeito pelo princípio de igualdade de direitos e de livre determinação dos povos, a Organização tem que promover níveis de vida mais elevados, trabalho permanente para todos, e condições de progresso e desenvolvimento económico e social” [tradução nossa].¹

Em 1947, os Estados Unidos lançam o Plano Marshall, como referem Weisstaub e Patacini (2009), com vista a canalizar um fluxo de ajuda aos países europeus que visa a sua reconstrução, alicerçado em propostas dos mesmos (consenso). Em julho desse mesmo ano realizou-se a Primeira Conferência Europeia, em Paris, França, onde redigiu-se um relatório, o qual foi elevado ao Congresso dos Estados Unidos. A 3 de abril de 1948 promulgou-se a Lei de Ajuda ao Estrangeiro, a qual constituiu a Carta do Plano Marshall.

Em 1948, a 16 de abril, celebrou-se a 2da. Conferência Europeia, onde os países participantes constituíram a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), antecessora da atual Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.

¹ A propósito ver informação disponível em: <http://www.un.org/spanish/aboutun/charter.htm>
Consultado em 24/03/12

A Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico - a OCDE como hoje conhecemos - foi criada em 1961, e de maneira imediata, começou a conferir a ajuda para o desenvolvimento em termos mais definidos. O conceito passou a ser entendido com um alcance mais amplo, ao visar integrar, não apenas as transferências dos recursos técnicos e financeiros sob a forma de doações, mas também ao incluir qualquer forma de assistência concecional de recursos sob uma estrutura institucional formalmente definida, à semelhança das estruturas institucionais já existentes, voltada para os fluxos financeiros não-concessionais, como os investimentos estrangeiros diretos e os empréstimos internacionais.

Ao longo do Século XX, a cooperação para o desenvolvimento esteve marcada por dois fatos condicionadores. De um lado, a Guerra Fria, no contexto da rivalidade política, económica e militar entre os Estados Unidos e a União Soviética e do outro lado, o processo de descolonização dos territórios e povos sobre domínio dos países europeus.

No primeiro caso, os rivais da Guerra Fria acenavam aos possíveis estados - aliados ou parceiros com os recursos, a fim de atraí-los para suas respectivas esferas de influência.

No segundo caso, as antigas metrópoles coloniais desenvolveram suas atividades de assistência ao desenvolvimento sob um espírito de responsabilidade por antigas colônias, perante, segundo Dubois (2000) a constatação de que muitas das novas nações independentes apresentavam amplas carências básicas de infraestruturas e recursos.

A notável continuidade das instituições coloniais a seguir às pós-coloniais, conforme citam Weisstaub e Patacini (2009), pode ver-se na red denominação da Colonial Development Corporation a Commonwealth Development Corporation nos sessentas, assim como os esforços de ajuda financeira que mostram as autoridades britânicas e francesas no caso do Community Development Movement.

Nesse sentido, e segundo cita Shah (1998), em 1970 as nações mais ricas do planeta concordaram dar anualmente o 0.7 % do seu Produto Interno Bruto (PIB) como Ajuda Pública para o Desenvolvimento aos países mais pobres, mas este objetivo apenas foi atingido por alguns países do norte de Europa: Noruega, Luxemburgo, Dinamarca, Suécia e os Países Baixos, conforme citam Toussaint e Millet (2005).

Esta conceção originária da cooperação para o desenvolvimento, segundo Sanahuja (2007), dominada por as potências da Guerra Fria - a União Soviética e os Estados Unidos - e pelas antigas metrópoles - Reino Unido, Alemanha, França, Países Baixos, Espanha e Portugal - certamente não poderia, segundo Dubois (2000), caracterizar-se pela igualdade e pela colaboração mútua, ao ser entendida como uma iniciativa voluntária e generosa dos países doadores, mais do que uma obrigação moral para os beneficiários.

Conforme Dubois (2000) a derivação lógica dessa conceção leva à conclusão de que a assistência ao desenvolvimento seria uma mera liberalidade, desvinculada de qualquer obrigatoriedade e destinada a colocar o ente recetor numa posição de inferioridade, resultante do fato do doador condicionar a forma da assistência.

Surge assim, segundo Alonso e Garcimartín (1997), o fenómeno da condicionalidade da ajuda fornecida. Vale dizer, as restrições impostas pelos doadores, as quais reduzem a fungibilidade ou uso adequado da ajuda ao manter apenas o critério do doador sem tomar em conta a especificidade e os ideais dos recetores.²

A condicionalidade configura-se assim quase como uma disciplina civilizatória, que força aos países recetores a seguir o caminho da sobriedade e correção, nos termos estabelecidos pelos doadores.

E isto, segundo Alonso e Garcimartín (1997), porque o doador não podia dar o seguimento correto a esses recursos. Por isso, trataram-se de sub-rogar os mencionados fundos da ajuda prévia subscrição de parte dos países recetores de certos compromissos, geralmente relacionados com reformas e políticas que deviam obrigatoriamente desenvolver.

Nesse sentido, Pack e Rothenberg (1993) aconselhavam aos países doadores a identificar muito claramente as áreas *targets* da ajuda, enquanto os governos dos países recetores deviam de aplicar políticas fiscais responsáveis.

Segundo Sanahuja (2007) a condicionalidade é um facto que não pode-se acorrer por mero acaso a vontade, ao fazer a abstracção da relação essencialmente assimétrica entre os doadores e os recetores.

O principal efeito das condicionalidades na prática é a diminuição da capacidade que têm os países recetores de, uma vez recebidos os recursos, dedicá-los a usos distintos daqueles pelos quais a ajuda foi concedida. Excelente exemplo é o dos condicionalismos estabelecidos pelo FMI e pelo Banco Mundial durante a década de oitenta, em relação à aplicação dos programas de ajuste estrutural nos países em desenvolvimento.

Como citado por Alonso e Garcimartín (1997) ao referir Killick, este tipo de condicionalismos foi severamente criticado a partir dos anos noventa, já que se considerava extremamente difícil definir e impor a partir do exterior, com carácter universal, as condições para o desenvolvimento de “boas políticas” nos países em vias de desenvolvimento.

Alonso e Garcimartín ao referir a Collie (1997), citam que a aplicação de condições tem igualmente implicações políticas sérias caso o país recetor considere que aquela exigência de reformas é imposta e não desejada.

Assim mesmo, Alonso e Garcimartín ao referir a Svenson (2000), a Cordella e a Del Aricia (2002), citam que outro problema a afligir na assistência ao desenvolvimento é a assimetria excessiva das informações entre o doador e o recetor, o que dava lugar a importantes custos, ao dar preferência a reformas de fácil seguimento em vez de outras menos visíveis, mas igualmente fundamentais para a redução da pobreza.

² A propósito ver informação disponível em:

<http://www.ucm.es/info/ecap2/seminario/seminario03.04/Alonso.pdf> Consultado em 02/10/11

As características ideológicas dos anos noventa, com a hegemonia do pensamento neoliberal, tiveram consequências diretas sobre as estratégias voltadas para o desenvolvimento, que foram severamente afetadas. A vigência de ideias que preconizavam que o processo de desenvolvimento nada mais seria do que a crescente liberação das forças dos mercados nas sociedades levou à percepção generalizada de que a cooperação para o desenvolvimento não serviria para promover os fatores dinâmicos do mesmo, e que, ao contrário, poderia ser um elemento prejudicial, uma vez que poderia converter-se numa interferência no bom funcionamento dos mecanismos de mercado. Segundo essa lógica de cunho neoliberal, a cooperação deveria reduzir-se ao mínimo.

Esse período testemunhou que os níveis de ajuda para o desenvolvimento caírem rapidamente. Mais, certos fatores originários que haviam impulsionado o compromisso dos principais países doadores (Estados Unidos e principais países da Europa), com a cooperação para o desenvolvimento, debilitaram-se dramaticamente, ou até deixaram de existir.

O colapso do bloco socialista fez desaparecer uma das motivações mais importantes para os primeiros. E o sentido de responsabilidade, derivado do seu antigo domínio, para os segundos, esteve a perder força como argumento convincente, principalmente para as suas populações contribuintes.

Por outro lado, Dubois (2000) e Sanahuja (2007), consideram que propagou-se entre os países doadores um sentimento de fadiga, de “cansaço da cooperação”, após decepcionantes resultados obtidos em quarenta anos de assistência ao desenvolvimento. Falou-se até mesmo de ineficácia da ajuda como forma de legitimar o corte duma partilha económica significativa num momento em que os países doadores deviam realizar especiais esforços para equilibrar seus orçamentos em tempos de crise.

Certamente, a queda nos níveis da atividade económica, somada, em alguns casos, aos enormes pacotes de resgate fiscal e monetário implementados para enfrentar as recentes e recorrentes crises, redundou numa notável deterioração das finanças públicas nos países doadores, o que definitivamente restringiu a sua capacidade para aumentar o seu nível de assistência para o desenvolvimento nos países recetores, o que conduziu a um colapso considerável nas fontes regulares do financiamento (CEPAL, 2010).³

Ao mesmo tempo, o fenómeno da globalização mostrou uma realidade não tão positiva, ao levar à crescente ampliação das desigualdades e à persistência da pobreza, o que contribuiu ainda mais para uma percepção negativa da cooperação para o desenvolvimento.

Mais recentemente, nas primeiras décadas do século XXI, surge um novo consenso sobre a necessidade de se reverem os esquemas da cooperação para o desenvolvimento.

E conforme ao citado por Dubois (2000), a progressiva aceitação dum enfoque de desenvolvimento mais humano tem aberto um novo debate sobre os objetivos da cooperação. A

³ A propósito ver informação disponível em: http://www.eclac.cl/pses33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-33-11_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf Consultado em 18/01/12

mudança de ênfase nas prioridades do crescimento baseadas nas capacidades das pessoas introduz novas perspectivas para dinamizar este processo.

Questões como a participação da população, democracia, direitos humanos, igualdade entre homens e mulheres, desigualdade entre países, e no interior do cada país, e as conquistas políticas, mostram um amplo horizonte de situações onde a cooperação para o desenvolvimento encontra um âmbito próprio na construção de uma sociedade mais justa.

Por outro lado, esses novos enfoques sugerem que a ajuda apenas é eficaz se é combinada com a implementação de políticas adequadas nas economias recetoras.

Se toda essa ajuda fosse atribuída com base na consideração dos níveis de pobreza, e houvesse instituições políticas do recetor ao funcionar de maneira eficiente, poderiam retirar-se muitos milhões de pessoas da pobreza por ano.

Entretanto, isto deixaria fora do âmbito da ajuda um importante contingente de países muito pobres e necessitados, os quais definitivamente carecem de instituições e políticas mais bem estruturadas. De qualquer forma, geralmente os países recetores da ajuda sempre a valoram e a consideram importante.

Segundo citado por Williamson (2009), os fluxos financeiros de cooperação e outros tipos da ajuda provenientes de fontes exteriores contabilizam-se em mais de 100 bilhões de dólares nos últimos 50 anos.

Esse montante teve certamente impacto, ao dinamizar as economias dos países em desenvolvimento, e ao reforçar as políticas de desenvolvimento internas, com notáveis consequências na sociedade.

À escala global realiza-se um importante esforço mundial de cooperação internacional focado num conjunto de ações orientadas para o desenvolvimento e troca de recursos técnicos, económicos, financeiros e/ou tecnológicos, que se espera, a seu tempo, deem os frutos, para o bem-estar e progresso da humanidade.

A Declaração do Milénio comprometeu 189 Chefes de Estado e de Governo de todo o mundo a atingirem, até o ano 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), - oito em total, e dezoito metas específicas - adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro do ano 2000, e segundo Sanahuja (2007) com a qual culmina um processo de grande relevância na procura do consenso internacional neste tema.

Conforme Loemban Tobing-Klein (2007) os ODM devem permitir o avanço do desenvolvimento humano e económico das pessoas dos países do planeta, pela redução da pobreza, e a sua total erradicação no futuro próximo. Tais desígnios passam por alcançar a educação universal, promover a equidade de género e a autonomia da mulher, reduzir a mortalidade infantil,

melhorar a saúde materna, combater o VIH/SIDA, o paludismo, e outras enfermidades, garantir a sustentabilidade ambiental e fomentar uma associação mundial para o desenvolvimento.⁴

Dentro deste último objetivo, cabe destacar as metas de desenvolvimento de um sistema financeiro e de comércio aberto, regulado e previsível, não discriminatório, sempre com o compromisso de conduzir a uma boa governabilidade, bem como a redução dos níveis de pobreza em cada país, e no plano internacional. Atender as necessidades especiais dos países menos adiantados, com um programa melhorado de alívio da dívida externa dos países mais pobres e muito endividados, o cancelamento da dívida bilateral oficial, assim como uma concessão de assistência oficial para o desenvolvimento mais generosa com os países comprometidos com o tema.

Ao fim de contribuir para esses esforços, no ano 2004, o Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, criou de forma inédita até então, uma Comissão Presidencial exclusivamente para coordenar, monitorar e dar seguimento aos ODM. Trata-se de um trabalho em progresso que procura adaptar-se às necessidades do país e da sua população menos favorecida e mais pobre.

Nesse mesmo sentido, no ano seguinte, a Primeira-Dama, Margarita Cedeño de Fernández, inaugurou o Bureau de Avaliação das Necessidades e Análises de Custos para os ODM – iniciativa mais conhecida como “Povo do Milénio”-, com o fim de estabelecer as ações-chave a serem implementadas pelo poder público, a alinhá-las com o orçamento nacional para cada ano, desde 2006 até 2015. A iniciativa, por sua vez, serviu de base para a preparação do Plano de Desenvolvimento Nacional, que apontou para a necessidade de aumento do investimento principalmente nos setores de educação, saúde, água e saneamento, energia, agricultura e nutrição.

Este processo tem servido de plataforma para reunir ao Governo Central, municípios (150 em total), províncias (32), comunidades, partidos políticos, ONGs, agências locais da ONU, e outras entidades de cooperação internacional, assim como o setor privado, com o propósito de definir o desenvolvimento adaptado à realidade própria do país, com um maior apoio de gastos e investimentos mais eficientes nos setores cruciais acima referidos.

Posteriormente, o ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, visitou a República Dominicana (país escolhido em 2004 para servir de “piloto” do Projeto do Milénio), para ver os avanços da iniciativa. A avaliação feita pelo economista Jeffrey Sachs, sobre os esforços da República Dominicana para atingir os ODM concluiu que o País “caminhava na direção correta”, e que deveria servir de “modelo para muitos países da região e do mundo”, pela sua história de sucesso nos últimos anos de persistente crescimento económico e combate à corrupção e à desigualdade.

Garces e Ozanne (2000), ao apontar para a mesma direção, citam que numerosos estudos realizados em todo o mundo sobre a efetividade da cooperação nos países recetores, - tais como os de Burnside e Dollar (2000) - concluem que a ajuda dada aos países que comprometem a

⁴ A propósito ver informação disponível em:

http://www.idee.ceu.es/Portals/0/Actividades/Papel_UE_en_cumbres_internacionales.pdf (Goded Salto, 2003, pag.9)

aplicar boas políticas económicas promove efetivamente o crescimento económico. Assim, a ajuda fornecida aos países com inadequadas políticas económicas não tem definitivamente nenhum impacto positivo, e referem a outros pensadores, - como ao Asra (2005) - que defendem, e certamente assim é, que o crescimento económico per se, sem distribuição social e redução real dos níveis de pobreza, perde efetividade.

Nesse sentido, em 2 de março do 2005 assinou-se em Paris a Declaração para a Efetividade da Ajuda, onde representantes de mais do noventa países, -a incluir a República Dominicana-, e quase meio cento de organizações e instituições financeiras doadoras e da sociedade civil promotoras do desenvolvimento, como a Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), ou o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, os quais delinearam os parâmetros ou indicadores de progresso – a medir à escala nacional com supervisão internacional- tem em vista prosseguir o mesmo de forma mais eficaz.⁵

De um modo geral, promoveu-se o estabelecimento duma “nova arquitetura da ajuda” para o desenvolvimento, baseada na corresponsabilidade dos atores, e não na condicionalidade, e com um enfoque globalizado na redução dos custos das transações dos fluxos, ao confrontar o problema da sua fragmentação, por causa da atual e descomedida proliferação de doadores, e assim melhorar a sua efetividade.

Desde então, os países recetores foram renomeados como países associados o sócios, moderna denominação mais apropriada e digna.

A monitorização do cumprimento dos compromissos que foram assumidos na Declaração de Paris por o país tem estado a cargo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e o seu Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD).

Os países sócios e os doadores acordaram supervisionar o progresso alcançado através de três rondas de supervisão nos anos subseqüentes (2006, 2008 e 2010), por meio de pesquisas, ao utilizar os 8 indicadores acordados neste foro para medir o nível de progresso e a efetividade deste.⁶

A 4 de setembro do 2008, os ministros dos países em desenvolvimento e os países doadores, junto aos diretores das instituições multilaterais e bilaterais relacionadas com o tema, assinarem igualmente a Declaração de Accra, em Ghana, com o objetivo expreso de acelerar e aprofundar a aplicação da anterior Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda.⁷

⁵ A propósito ver informação disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/53/56/34580968.pdf> (pags.1-13) Consultado em 23/11/11

⁶ A propósito ver informação disponível em: http://eficacia.info/doc_detalle.php?id=537 Consultado em 23/04/12

⁷ A propósito ver informação disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/53/56/34580968.pdf> Consultado em: 23/11/11

Todos comprometidos com a erradicação da pobreza e a promoção da paz, através da construção de associações mais fortes e eficazes que permitam que os países em desenvolvimento cumpram com os seus objetivos de desenvolvimento, visam fortalecer a sua identidade própria, e segundo Sanahuja (2007) evitar a mencionada e custosa fragmentação da ajuda, descentralizada e com a proliferação de múltiplos doadores, e concentrarem-se em atingir os resultados de progresso, com uma maior transparência e permanente rendição de contas.

Nessa mesma ordem, apresenta-se a necessidade de conformar uma aliança Norte-Sul, com a vontade consciente de melhorar os mecanismos da cooperação e de conduzir a uma mudança no sistema de manipulação e de distribuição da ajuda, com uma maior participação da sociedade civil, como forma de assinar compromissos de maneira mais precisa e coerente.

Por agora, o caminho está aberto. Falta apenas a vontade política dos Governos do mundo para o melhor defender e promover o bem comum.

Capítulo 2

Ajuda Pública para o Desenvolvimento

A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) define-se como o conjunto de ações – denominadas projetos e/ou programas-, realizadas por instituições e organismos multilaterais internacionais dirigidas aos países em vias de desenvolvimento, com o fim de promover o progresso económico e social, de modo que seja mais balanceado e resulte sustentável, mediante a transferência de habilidades e conhecimentos, assim como de fundos financeiros, provenientes dos países mais desenvolvidos.⁸

A ideia é promover o desenvolvimento humano ao ampliar as oportunidades das pessoas que vivem nesses países de menor renda, não apenas nos níveis económicos, mas também potencializar todos aqueles aspetos que incrementem as suas capacidades e o seu livre arbítrio, tais como os direitos humanos, o fortalecimento institucional, o importante setor de saúde, e o adequado acesso à educação.

Tudo isso feito de maneira sustentável, isto é ao satisfazer as suas necessidades básicas ao ter em conta que os recursos naturais não são infinitos⁹ e de que todas as nações do mundo devem comprometer-se a esse fim para a sua preservação, conceito¹⁰ desenvolvido em 1987 pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Informe Brundtland, documento também conhecido como O Nosso Futuro Comum.

Mas, e segundo Steinberg (2008), a cooperação económica internacional tem um carácter eminentemente político e apenas é atingível mediante a negociação intergovernamental.

Os programas e/ou projetos de cooperação, podem subdividir-se em *experimentais*, quando aplicam-se novos conceitos de desenvolvimento, enfoques e /ou tecnologias; *projetos pilotos*, quando se comprovam-se os resultados da experimentação em diferentes condições; e os de *demonstração*, para mostrar a eficácia das inovações aplicadas e após conseguir uma maior aceitação das mesmas a maior escala.

⁸ A propósito ver informação disponível em: <http://www.cucid.ulpgc.es/2cooperaciondesarrollo.htm>
Consultado em 19/01/12

⁹ A propósito ver informação disponível em: <http://www.cucid.ulpgc.es/2cooperaciondesarrollo.htm>
Consultado em 19/01/12

¹⁰ A propósito ver informação disponível em: <http://www.educacionenvalores.org/spip.php?article1494>
Consultado em 06/11/11

Na atualidade, o sistema internacional de financiamento do desenvolvimento está conformado por o grupo de países da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCED), integrada por países doadores tradicionais, principalmente do hemisfério norte, assim como por novos doadores, os chamados países emergentes ou BRICS e suas agências individuais de cooperação bilateral.

Também estão incluídas as demais organizações multilaterais, maioritariamente agrupadas sob o leque plurisectorial das Nações Unidas, e mais especificamente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Conselho Económico e Social (ECOSOC / Economic and Social Council), a Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), entre outros organismos relacionados com o desenvolvimento no mundo. Não se pode esquecer de mencionar, as entidades financeiras com presença global, como o Banco Mundial (BM), e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Existem também importantes programas de alcance planetário, como o Fundo Global da Luta contra a Malária, o SIDA e a Tuberculose, ou o Fundo Internacional para a Investigação do Cancro, entre tantos. Fazem igualmente parte do sistema, em sentido mais amplo, (e contam-se por milhares) as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), tanto as internacionais como as nacionais, distribuídas nos países doadores e nos países em desenvolvimento. Ao seu lado, aparecem outras instituições de carácter privado, como as fundações, empresas, bancos, e investidores e benfeitores particulares.

Com carácter já mais doméstico e privado, mas nem por isso menos importantes, contabiliza-se na assistência ao desenvolvimento, as remessas, enviadas do estrangeiro pelos nacionais dos países em vias de desenvolvimento, as quais alcançam somas consideráveis, assim como as transferências privadas.

Neste estudo vamos concentrarmo-nos axialmente nos mecanismos de Ajuda para o Desenvolvimento fornecidos pelas organizações com carácter multilateral com presença na República Dominicana, tais como o OCDE, o Banco Mundial, o PNUD, a OEA e as principais agências de cooperação bilateral, promotoras do desenvolvimento no país.

Para que a ajuda ao desenvolvimento seja eficaz, isto é, que realmente complemente os recursos dos países em desenvolvimento, de maneira que permita aos mesmos financiar as políticas e investimentos necessários, primeiramente teremos de superar muitos obstáculos.

Por exemplo, há práticas habituais dos países doadores de dar ajuda em troca de benefícios comerciais e políticos (FIDE, 2007)¹¹. Muito comumente, fluxos de ajuda financeira são apenas dispensados àquelas nações que importam bens de capital dos doadores, segundo Williamson (2009), ou que alinham-se como os seus aliados estratégicos.

Muitos dos governos e elites políticas que recebem elevados fluxos de cooperação são definitivamente corruptos e/ou de corte ditatorial, o que termina por contribuir para a

¹¹A propósito ver informação disponível em:

<http://www.juventudymilenio.org/difunde/materiales/ como mejorar la eficacia de la ayuda oficial al desarrollo .html> Consultado em 23/11/11

perpetuação dos níveis de pobreza nas suas populações oprimidas, pois aos mesmos não interessa que a sua gente se desenvolva e converta numa ameaça ao *status quo* vigente.

Outras vezes, os países podem cair numa curiosa armadilha - se os desembolsos são feitos aos países com um maior grau de subdesenvolvimento - cria-se em alguma medida um incentivo para que as elites políticas mantenham seu país “atrativo” para os doadores, conservando-o na pobreza. Ademais, a falta de coordenação dos esforços e a pouca adequação da ajuda às políticas e programas nacionais de desenvolvimento dos países que a recebem também constitui em si um óbice para a sua adequada efetividade.

Segundo Rashid (2011), muitos dos países em vias de desenvolvimento são dependentes demais da cooperação exterior para os fins de expandir as suas capacidades produtivas devido à falta de recursos internos, o que definitivamente os estanca.

Conforme a Williamson (2009), a isto soma-se a falta de transparência nas informações referentes a ela, assim como o escasso controlo da sociedade civil nos processos envolvidos e a excessiva carga burocrática ligada a concessão da mesma, ao enfocar-se mais nos desembolsos que no sucesso dos projetos e/ou programas.

Em ambos os casos, a informação está evidentemente dispersa, descentralizada e circunscrita ao plano local. Os países doadores são muito bons ao especificar metas e o que esperam alcançar, mas muitos não sabem onde e quem a requiere exatamente, em que áreas, e em que medida. De sua parte, os países receptores sabem exatamente o que eles precisam, e até em que quantidades, mas muitas vezes não sabem quem dispõe dos recursos e como os podem canalizar.

Apesar de todas estas inadequações e inconvenientes, a Ajuda para o Desenvolvimento nos países tem aumentado significativamente nos últimos anos. Apenas para se ter uma ideia, em 1997 implementaram-se no mundo 20 mil programas temáticos. Sete anos depois, em 2004, este valor triplicou.

Desde a Conferência de Monterrey em 2002, os países encentraram-se em administrar o seu tempo a fim de maximizar os resultados do desenvolvimento.

Após, em fevereiro de 2004, na Mesa Redonda Internacional de Marrakech, as agências para o desenvolvimento coincidiram numa série de critérios para gerir esses resultados de maneira eficaz.

Com esse propósito, em 2005, na denominada Declaração de Paris, como já mencionamos anteriormente, mais de 90 países do mundo, inclusive a República Dominicana e as instituições de cooperação internacional envolvidas, finalmente delinearem os parâmetros ou indicadores de progresso¹² necessários para atingir a efetividade dessa ajuda.¹³

¹² A propósito ver informação disponível em: http://eficacia.info/doc_detalle.php?id=537 Consultado em 23/04/12

¹³ A propósito ver informação disponível em: <http://www.oecd.org/development/aideffectiveness/34580968.pdf> Consultado em 23/11/11

Estes são:

- a) Apropriação
- b) Alinhamento
- c) Harmonização
- d) Gestão Orientada para os Resultados
- e) Responsabilidade Mútua

Quando falamos de apropriação, queremos dizer que os países sócios devem exercer uma autoridade efetiva, isto é, exercerem a sua liderança, sobre as políticas de desenvolvimento a seguir, ao mesmo tempo que devem coordenar ações adequadas para a implementação de estratégias de desenvolvimento operativas.

Assim mesmo, fala-se de alinhamento quando os países doadores baseiam todo o seu apoio nas estratégias, instituições e procedimentos nacionais de desenvolvimento dos países recetores, isto é, os primeiros alinham-se com as estratégias dos segundos. Todo isto com o objetivo expresso de criar sistemas nacionais de gestão das finanças e de aprovisionamento viáveis e evitar estruturas de implementação paralelas. Nomeadamente, alinhar os fluxos de ajuda com as prioridades nacionais.

“Desligar” -reduzir ou remover as condicionalidades da ajuda- aumenta geralmente a eficácia da ajuda ao reduzir os custos de transação dos países sócios e ao melhorar a apropriação e o alinhamento dos mesmos, o que quer dizer que obtém-se mais valor pelo dinheiro fornecido.

Existe harmonização quando as ações dos doadores são mais equilibradas, transparentes e coletivamente eficazes, ao implementarem-se disposições comuns e simplificar os procedimentos, com a utilização de normas, procedimentos e metodologias comuns. Pelo outro lado, a fragmentação excessiva da ajuda à escala global, nacional ou setorial diminui a eficácia da ajuda.

Por isso, num enfoque pragmático da divisão do trabalho e da distribuição da carga, certo aumenta-se a complementaridade da mesma ao reduzir os custos das transações.

Ou seja, uma divisão de trabalho mais eficaz deve redundar numa ajuda mais eficaz, ao priorizar sempre aos estados mais frágeis, ao promover simultaneamente um enfoque harmonizado das avaliações ambientais (impacto ambiental) e a inclusão de soluções de saúde e sociais relevantes nos projetos e/ou programas.

Assim mesmo, uma gestão orientada para os resultados significa melhor administração de recursos, o que melhora as tomadas de decisões orientadas a resultados mais ótimos e desejados.

Resultados para o desenvolvimento, com vista a obter uma ajuda mais eficaz e incrementar o seu impacto ao reduzir significativamente os níveis de pobreza e a desigualdade, ao promover o crescimento económico, o fortalecimento e a geração de capacidades, para a aceleração

da consecução dos ODMs.¹⁴ Assim, e com toda esta informação produzida, melhorar os *outcomes* nas próximas tentativas.¹⁵

O conceito de gestão baseada em resultados não é uma novidade. A ideia fez-se popular há mais de cinquenta anos, quando o Peter Drucker publicou o seu livro “*Gestão em Prática*” (*Management in Practice*) e uma década depois adquiriu entidade e renome com a edição da sua nova obra “*Gestão para os Resultados*” (*Managing by Results*).¹⁶

A atenção para atingir os resultados deve estar, por tanto, em todas as fases do processo de gestão, desde o planeamento ao seguimento e a avaliação, pois afeta a todos os níveis nos que este desenvolve-se (OCDE, 2007).

Nesse sentido, os países devem possuir marcos sólidos de monitorização e avaliação do desempenho. Tal requer indicadores transparentes e supervisionáveis, a fim de medir os progressos em torno as estratégias nacionais de desenvolvimento e os respetivos programas setoriais.

Isto constitui-se a base para a adoção de medidas corretoras, tanto substantivas como operacionais, com vista a melhorar o desenho, forma da aplicação e qualidade dos resultados obtidos por um programa ou projeto. Mais torna possível o fortalecimento dos resultados positivos iniciais.

Ao mesmo tempo, através deste mecanismo de supervisão pode-se determinar se o mesmo continua a ser pertinente para o país. Se tem em conta as prioridades nacionais de desenvolvimento, assim como as esferas temáticas das instituições doadoras, conforme as mudanças que podem ter ocorrido em matéria de ação.

Finalmente, o parâmetro da responsabilidade mútua, pelo qual os doadores e os recetores devem ser corresponsáveis dos resultados do desenvolvimento, a fim de criar compromissos sólidos e duradouros.

A erradicação da pobreza e a promoção de meios de vida sustentáveis devem considerar-se como as máximas prioridades das ações conjuntas para o desenvolvimento.

A criação dum entorno favorável com o fomento dum marco jurídico e planos afins, o combate permanente das raízes dos problemas, assim como a eliminação dos obstáculos que limitam as opções e oportunidades das pessoas, devem ser os objetivos básicos das organizações doadoras e dos Governos dos países envolvidos.

¹⁴ A propósito ver informação disponível em:

http://www.coordinadoraongd.org/uploads/descargas/Coordinadora_GpRD.pdf (pags.4-7) Consultado em 06/11/11

¹⁵ A propósito ver informação disponível em: <http://www.mfdr.org/1About.html> Consultado em 23/10/11

¹⁶ A propósito ver informação disponível em:

http://www.coordinadoraongd.org/uploads/descargas/Coordinadora_GpRD.pdf (pag.11) Consultado em 06/11/11

Ao mesmo tempo, é o seu dever promover a participação das populações na tomada de decisões, na mobilização da energia social em torno do progresso humano, de maneira sustentável, para um verdadeiro desenvolvimento das suas capacidades e habilidades, individuais e coletivas, a fim de potencializar as ações da cooperação e ajuda.

2.1 - Classificações da Ajuda para o Desenvolvimento

Segundo Ferreira (Curso CADAPI 2011) conhecem-se três tipos essenciais de mecanismos de Ajuda para o Desenvolvimento, conforme a natureza dos países envolvidos: Vertical, Horizontal e Triangular.¹⁷

Existe a tradicional Cooperação Vertical, também denominada Cooperação Norte-Sul na qual a ajuda vai dos países desenvolvidos - normalmente integrantes do grupo de países do CAD do OECD-, para os países em desenvolvimento e emergentes, ainda muitos países do “Sul” económico estão no hemisfério norte.

Por outro lado, temos a Cooperação Horizontal, também chamada Cooperação Sul-Sul, qual a ajuda vai maioritariamente dos países emergentes, ou “países em desenvolvimento de maior desenvolvimento relativo” (como é o caso dos BRICS) para aqueles países em desenvolvimento que ainda estão em estágio anterior de processo de desenvolvimento.

Os denominados países BRICS, como promulgado o Grupo de Goldman Sachs, reconhecida instituição norte-americana para a gestão dos investimentos e os serviços financeiros, são o Brasil, a Rússia a Índia, a China, e recentemente, a África do Sul, os quais têm em comum uma grande população, uma estratégica dimensão continental, assim como uma gigantesca quantidade de recursos naturais. Ademais, e talvez o mais importante, com um crescimento enorme do seu PIB e uma ativa participação no comércio mundial, o que os torna atrativos para os investimentos forâneos e a poder dispor de recursos para a cooperação externa.

Definitivamente, cada vez são mais nações em desenvolvimento se apoiam entre elas mesmas com conhecimentos, assistência técnica e investimentos, o que tem vindo a consolidar-se desde várias décadas com uma modalidade alternativa de ajuda que opera em paralelo às ferramentas tradicionais.

De igual maneira existem os mecanismos estabelecidos da cooperação triangular, os quais são programas simultâneos de cooperação para duas nações em vias de desenvolvimento, em conjunto, ou que também pode manifestar-se como ações de cooperação entre países em desenvolvimento do Sul apoiadas financeiramente por doadores do Norte e os organismos internacionais.

Cabe assinalar que, e conforme à CEPAL (2010), estas duas últimas classificações foram destacadas como insumos válidos, e até necessários, com vista a potenciar a efetividade da ajuda,

¹⁷ A propósito ver informação também relacionada em:

<http://www.one.gob.do/index.php?module=articles&catid=212> (ONE-RD) Consultado em 04/02/12

pelo Programa de Ação de Accra – que antes mencionamos -, como um reforço dos princípios delineados na Declaração de Paris sobre a eficácia da cooperação. Assim mesmo, a Declaração de Doha (2008) sobre o financiamento do desenvolvimento enunciou o seu apoio a estes mecanismos complementares.¹⁸

Um bom exemplo de cooperação Sul-Sul é o Acordo de Cooperação Energética PETROCARIBE, envolvendo, desde 2005, catorze Estados caribenhos e centro americanos, entre eles a República Dominicana, através duma iniciativa da República Bolivariana de Venezuela, o qual tem possibilitado uma poupança em torno de 40 % na fatura petrolífera.¹⁹

No caso particular dos países do Caribe e incluída também a República Dominicana, em matéria de cooperação triangular, destaca-se a Associação Pancaribenha contra o HIV-AIDS (PANCAP), desde 2001, estabelecida para lutar de forma coordenada contra esta doença.²⁰

A ajuda oficial para o desenvolvimento também pode ser realizada através de uma organização internacional, ou diretamente oferecida por um país. Neste caso falamos de ajuda bilateral, quando a mesma é oferecida por um país diretamente a outro.

Se a ajuda é dada pelo país doador através de uma organização internacional, como o Banco Mundial (World Bank), ou as agências especializadas da ONU, ou da Comissão Europeia, falamos então de ajuda multilateral, que é a que mormente se ocupa o estudo do presente trabalho investigativo.

Essas ajudas provêm maioritariamente de fontes governamentais dos países doadores e, portanto, são classificadas como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. Uma pequena parte vem de organizações privadas, tais como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), fundações e outras entidades de beneficência.

Conforme a Ferreira (Curso CADAPI 2011) existem outras classificações, que tomam por critério o fato de a ajuda estar condicionada aos determinados requerimentos do doador, ou se não, pelo menos parcialmente. Nesses casos, são adotadas as designações de ajuda “ligada”, “desligada” ou “parcialmente ligada”.

¹⁸ A propósito ver informação disponível em: http://www.eclac.cl/ps33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-33-11_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf (pag.6) Consultado em 18/01/12

¹⁹ A propósito ver informação disponível em: http://www.eclac.cl/ps33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-33-11_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf (CEPAL, pag.7) Consultado em 18/01/12

²⁰ A propósito ver informação disponível em: http://www.eclac.cl/ps33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-33-11_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf (CEPAL, pag.8) Consultado em 18/01/12

2.2 - Modalidades da Ajuda Pública ao Desenvolvimento

As diversas modalidades da Assistência Pública ao Desenvolvimento são, nomeadamente os fluxos financeiros (empréstimos), a remissão (perdão) total ou parcial da dívida externa, as bolsas de estudo no estrangeiro e a assistência técnica em geral.

2.2.1 - Fluxos Financeiros da Cooperação

Os fluxos de assistência para o desenvolvimento são os fundos e as contribuições das agências internacionais de cooperação dos países doadores, - maioritariamente através destas - provenientes do setor público, bem como as doações (fluxos não reembolsáveis), ou como empréstimos ou créditos brandos (fluxos reembolsáveis) os quais são concedidos a longo prazo e com baixos tipos de interesse.

Existem ainda os fundos de ajuda humanitária para a assistência social, ao serviço imediato dos mais necessitados, maioritariamente em casos de emergência (terremotos, secas, inundações, tormentas, e outras situações de idêntica natureza), como o Fundo para a Ajuda Humanitária das Nações Unidas (CERF)), através dos seus diferentes programas: Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outros.

O seu objetivo essencial é contribuir para o progresso económico dos países em vias de desenvolvimento e melhorar o nível de vida e o acesso de suas populações (principalmente os mais pobres e desamparados) aos serviços públicos básicos.

Esses fundos devem atenuar, em relevante medida, os indesejáveis efeitos produzidos pelos vaivéns dos fluxos dos capitais privados, com o fim de proporcionar uma fonte de financiamento estável aos países, jogando assim um papel importante na hora de contra-arrestar a restrição económica a nível interno e externo nos países e impedir retrocessos substantivos na situação social, em particular, no grau de prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Constata-se que no caso da República Dominicana (e da América Latina e Caribe como um todo), um país de rendimento médio, ou de médio desenvolvimento tem uma participação na distribuição total dos fluxos de assistência oficial para o desenvolvimento que tem mostrado uma tendência fixa decrescente²¹.

Conforme a CEPAL (2010) isso deve-se à lógica adotada pelos países doadores que geralmente têm seguido uma diretriz no sentido de priorizar a ajuda ao desenvolvimento aos países de baixo rendimento ou de menor desenvolvimento relativo, ainda que muitos países da região, malgrado avanços consideráveis no campo económico, apresentem importantes necessidades básicas de sua população não devidamente cobertas e com muitos setores com elevado grau de vulnerabilidade.

²¹ A propósito ver informação disponível em: http://www.eclac.cl/pses33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-33-11_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf (pag.3) Consultado em 07/04/12

É caso, por exemplo, de muitos pequenos Estados e territórios insulares, os quais apresentam alta fragilidade frente as convulsões externas, tais como os desastres naturais que ciclicamente desestabilizam as estruturas necessárias ao seu desenvolvimento, assim como as pressões próprias decorrentes do reduzido tamanho das suas economias (CEPAL, 2010).

Definitivamente, é fundamental uma mudança nas políticas e prioridades na designação da cooperação, a ter em conta as necessidades específicas dos países e das suas populações mais vulneráveis, já que muitos desses países, considerados de “rendimento médio”, escondem uma grande quantidade de situações desfavoráveis e de iniquidades socioeconômicas e políticas.

De qualquer maneira, e conforme à CEPAL, a sistematização das boas práticas nos mecanismos de implementação da ajuda deve finalmente fortalecer as capacidades técnicas e organizacionais dos países em desenvolvimento, bem como melhorar a visibilidade, a previsibilidade e a transparência dos fluxos de cooperação.²²

2.2.2 - A Remissão ou Alívio da Dívida Externa

Em 15 de março de 1990 criou-se na Bélgica o Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM)²³, uma rede internacional constituída por membros e comités locais sediados na Europa, América Latina e Ásia. O seu objetivo principal é a elaboração de alternativas radicais para alcançar a satisfação universal das necessidades, das liberdades e dos direitos humanos fundamentais, como parte de um movimento “alter mundialista” que recusa os dogmas neoliberais, e que procura a anulação total da dívida externa pública dos países do Terceiro Mundo. O CADTM propõe o confronto com as políticas de ajuste estrutural aplicadas aos países pelo Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), com vista a acabar com a espiral do endividamento e estabelecer modelos de desenvolvimento socialmente justos e economicamente sustentáveis.

Como resposta a isto, em 1997, o Banco Mundial e o FMI, submeteram uma proposta formal para a redução da dívida a níveis sustentáveis, a qual foi ratificada por 180 governos representados nestas instituições. Esta iniciativa almeja que os países muito pobres, e altamente endividados, concentrem todos os seus esforços nos mecanismos de redução da pobreza, com o fortalecimento dos programas sociais para assim poderem avançar definitivamente pelas sendas do desenvolvimento sustentável.

A República Dominicana, apesar de ter um 26,2 % (2010) da dívida externa acumulada (% do PNB), não seria beneficiária por não entrar nessa categorização de PPME (país muito pobre e endividado), os quais são 40 em todo o mundo (33 só em África), segundo citam Trotsenburg e Mac Arthur (1999).

²² A propósito ver informação disponível em: http://www.eclac.cl/pses33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-33-11_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf (pag.8) Consultado em 07/04/12

²³ A propósito ver informação disponível em <http://www.cadtm.org/Acerca-del-CADTM> Consultado em 12/04/12

Contudo, este mecanismo também cria um dilema moral, pois poderia estimular os países em vias de desenvolvimento a aplicar uma política irresponsável de endividamento externo que afetaria as próprias bases da cooperação.

2.2.3 - As Bolsas de Estudo / Cursos. Seminários: Pilares da Cooperação Técnica

Um componente básico dos programas de Cooperação Técnica dos organismos e instituições internacionais fornecedoras de ajuda para o desenvolvimento são definitivamente as bolsas de estudos, disponíveis para os que apliquem.²⁴

Os seus objetivos básicos são²⁵:

- O fomento do desenvolvimento estratégico dos recursos humanos dos países a fim de ajudá-los a alcançar os objetivos nacionais de desenvolvimento económico e social;
- Converter-se numa ajuda permanente e importante para as nações em vias de desenvolvimento no sentido de lidar com melhores condições, tendo em vista a frequente escassez de recursos profissionais existentes nos países;
- Criar as capacidades necessárias para atingir o desenvolvimento e crescimento consistente nas áreas específicas e de alta prioridade nacional;
- Aumentar as oportunidades de capacitação no nível dos países, ao contribuir para a inclusão social dos seus habitantes menos favorecidos.

As bolsas de estudo normalmente concedem-se normalmente a candidatos que apliquem e que sejam designados pelos seus respetivos governos, a fim de habilitar as pessoas que desempenhem funções importantes nas áreas prioritárias do desenvolvimento com conhecimentos e experiências profissionais, ao familiarizar-se com métodos e técnicas avançadas e inovadoras.

Por outro lado, a realização de múltiplos cursos e seminários relativos a temas do desenvolvimento nos países contribui definitivamente para a capacitação dos seus técnicos e dos demais recursos humanos profissionais, muitos deles envolvidos em projetos e programas das agências, assim como das pessoas das comunidades favorecidas.

Atualmente a República Dominicana beneficia de muitos desses programas e bolsas de estudo, assim como da realização de seminários e cursos de capacitação, oferecidos pelas organizações internacionais promotoras do desenvolvimento no país, nomeadamente o PNUD, o BID, a

²⁴ A propósito ver informação disponível em: <http://esa.un.org/techcoop/spanish/fellowship.asp> Consultado em 12/04/12

²⁵ A propósito ver informação disponível em: <http://esa.un.org/techcoop/spanish/fellowship.asp> Consultado em 12/04/12

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID), entre outros.

Capítulo 3

Atores Envolvidos na Ajuda Pública ao Desenvolvimento na República Dominicana

No caso que nos concerne neste trabalho investigativo, os atores envolvidos são nomeadamente, a República Dominicana por um lado, como país associado e recetor da ajuda, e as agências de cooperação e instituições multilaterais, por outro lado, como organismos provedores da cooperação oficial para o desenvolvimento.

Cabe destacar que, no caso específico das instituições multilaterais, referimo-nos a organizações internacionais de natureza pública criadas pela vontade de um grupo de países, os quais comprometem-se à sua manutenção mediante o pagamento de quotas destinadas a criar um fundo comum - onde normalmente desaparece a identidade do doador para esses fins.

Em seguida, vamos apresentar informações pertinentes sobre os atores preponderantes envolvidos.

3.1 - A República Dominicana como País Recetor da Cooperação: Antecedentes Históricos. Clima. Geografia. População. Indicadores Económicos e Sociais.

O território que hoje corresponde à República Dominicana²⁶ foi descoberto pelo Almirante Cristóvão Colombo, em 5 de dezembro de 1492 durante a sua primeira viagem, recebendo a denominação de Ilha Hispaniola. Até esse momento a ilha era habitada pelos índios tainos, de natureza pacífica que se dedicavam à caça e à pesca. Após algum tempo, os índios acabaram dizimados pelo trato desumano do colonizador e pelas enfermidades trazidas do Velho Mundo, durante o tortuoso processo da Conquista.

Na atualidade ocupa a parte oriental da ilha, compartimentada com a República do Haiti, da qual se tornou independente em 27 de fevereiro de 1844, após um movimento separatista liderado pelo Juan Pablo Duarte, Francisco del Rosario Sánchez e Ramón Matías Mella, junto com os demais integrantes da organização patriótica La Trinitaria.

Mas o ideal trinitário não prosperou, ao ponto de a emergente nação ser integrada novamente na Espanha em 1862, por iniciativa do General Pedro Santana, então Presidente da República pela

²⁶A propósito ver informação disponível em: <http://www.spainexchange.com/es/guia-paises/DO-history.htm>
Consultado em 07/10/11

terceira vez. Finalmente, foi liberada de novo por força da Guerra Restauradora de 1876. Antes disso, ainda (1869), o Presidente Buenaventura Baez tentou que o país fosse anexado aos Estados Unidos. Definitivamente, por muitos anos, as elites governantes não acreditavam na viabilidade de um projeto de independência puro, como os trinitários sonharam.²⁷

Geograficamente, a República Dominicana tem uma extensão total de 48,381 quilômetros quadrados. Sulcada por importantes correntes fluviais onde se destacam o Rio Yaque del Norte nel Cibao (Região Norte), o Yaque del Sur, e o Ozama e o Haina, na Capital do país. Possui as mais elevadas montanhas do Caribe, com o Pico Duarte, o mais alto da zona, com incríveis temperaturas próximas a zero graus Celsius nas povoações adjacentes. Banhada pelos ventos alísios, a sua temperatura média durante todo o ano é de 25 graus Celsius, que se alternam entre duas estações: a seca (de dezembro a março) e a chuvosa (de abril a junho e de setembro a novembro)²⁸.

A sua capital é Santo Domingo, primeira cidade fundada pelos europeus (1496) no Novo Mundo, com quase três milhões de habitantes. A sua zona colonial foi declarada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, assim como o campus da Universidade Autónoma de Santo Domingo, a primeira das Américas. Santiago de los Caballeros considera-se como a segunda cidade, com mais de meio milhão de habitantes. Outras cidades importantes são Puerto Plata, San Pedro de Macorís, La Romana, La Vega, San Juan de la Maguana, entre outras.

A unidade monetária é o peso dominicano. O idioma oficial é o Espanhol. A taxa de escolaridade é de cerca 88 %. A religião majoritariamente praticada é a católica romana, com 95 % da população total (restante percentagem é a protestante e outras religiões com diferentes denominações).

Hoje a República Dominicana é governada pelo Presidente Danilo Medina (2012-2016). Há eleições gerais cada quatro anos para escolher o Presidente e o Vice-Presidente. Há eleições parlamentares também a cada 4 anos, mas separadas das presidenciais por dois anos. É um regime democrático, com o total respeito as liberdades dos cidadãos expressadas na sua Carta Magna, recentemente modificada e adaptada aos novos tempos.

Recentes ventos de mudança vieram acompanhados de um acelerado processo de urbanização, assim como de modificações na estrutura produtiva. Hoje, dois de cada três dominicanos moram nas zonas urbanas, sendo que há quatro décadas atrás a proporção era de menos de um terço. Isto ocasionou que o setor da construção converteu-se num dos mais dinâmicos da economia do país.

A população multiplicou-se por três, ao alcançar 10 milhões de habitantes (quantidade do último censo, 2010, 9 milhões, 927 mil, 320 pessoas). A idade média dos dominicanos passou de 21 anos a 28 anos no 2009. Quer isto dizer que durante essas quase cinco décadas, a população tem envelhecido. Em 1960 perto da metade estava entre 0 e 14 anos. Hoje apenas um terço da mesma

²⁷ A propósito ver informação disponível em: <http://www.quisqueyavirtual.edu.do/wiki> Consultado em 24/03/12

²⁸ A propósito ver informação disponível em: <http://www.jmarcano.com/mipais/geografia/clima/index.html> Consultado em 12/11/11

recai nessa categoria. A taxa de mortalidade infantil é de 22 por mil nascidos vivos. E a expectativa de vida ao nascer é de 73 anos.

Conforme o último relatório do Banco Mundial (2010)²⁹, a República Dominicana considera-se um país de rendimento médio-alto que está em vias de desenvolvimento, onde a atividade económica é hoje certamente muitas vezes maior do que há alguns anos, ao ter crescido a uma taxa média anual de 5.4 %, e com uma taxa de desemprego calculada hoje em 14.2 % do total da força ativa de trabalho.

Com um PIB (2010) de 51 bilhões, 766 milhões, 377 mil, 246 dólares (US\$ 51.766.377.246), e rendimento *per capita* de 5,030 dólares (2010), o país tem uma taxa de pobreza - sobre a base da linha de pobreza nacional- de 34 % da totalidade dos dominicanos.

As mudanças nas estruturas produtivas são notórias. E segundo Lozano (2008), de uma economia totalmente orientada à agricultura e que nomeadamente girava em torno da cana-de-açúcar, passou a ser uma economia de serviços³⁰ orientada às atividades das zonas francas, às telecomunicações e ao turismo, principalmente. As entradas de divisas por estas atividades, as importações, assim como as remessas do estrangeiro, têm crescido grandemente comparados aos níveis de 40 anos atrás.

A produção agrícola, por demais importante suporte também da atividade turística, está baseada nos cultivos de cana-de-açúcar, café, algodão, cacau, tabaco, arroz, feijões, batatas, milho, bananas, alho, cebolas, tomates, entre outros. A criação de gado bovino, com produtos de carne e leite, o gado suíno, com carne e embutidos e a produção avícola, com carne e ovos. A produção mineira inclui ouro, prata, bauxita, níquel e ferro níquel. Também existem importantes indústrias de manufatura e outros bens de consumo, têxteis, materiais de construção, cimento, etc.

As comunicações têm registado avanço extraordinário nas últimas décadas. Com 1 milhão de linhas de telefones, mais do que 5 milhões de telemóveis, 120 estações de rádio AM e 60 de FM, 25 estações de televisão e mais de 100 mil usuários de internet. Dispõe ainda de uma infraestrutura de vias e estradas que cobrem toda a geografia nacional, assim como 34 aeroportos, os quais servem de suporte à indústria do turismo, que contribui com mais do que 3 bilhões de dólares ao ano para a economia dominicana.

As remessas ou envios de divisas estrangeiras dos dominicanos que vivem no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Europa, estimam-se em torno de 3 mil milhões de dólares ao ano, conforme informação do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento 2011. Trata-se de uma cifra considerável para a economia do país. Nos últimos anos a República Dominicana converteu-se na economia mais expressiva da América Latina, depois do Brasil, México, Argentina, Colômbia, Venezuela, Chile, Peru e Equador. Os seus principais sócios comerciais são os Estados Unidos, o Reino Unido, Bélgica, Venezuela, Colômbia, México e o vizinho Haiti.

²⁹ A propósito ver informação disponível em: <http://datos.bancomundial.org/pais/república-dominicana>
Consultado em 11/02/12

³⁰ A propósito ver informação disponível em: <http://www.princeton.edu/cmd/working-papers/idlaconferencepapers/wp1003d.pdf> Consultado em 15/03/12

Apesar do importante crescimento e os recentes êxitos macroeconômicos experimentados pelo país, a República Dominicana, como o restante das nações da América Latina, enfrenta o inadiável desafio de que o crescimento seja melhor distribuído, que beneficie os estratos mais desfavorecidos da população e lhes proporcione melhor qualidade de vida e maiores oportunidades que lhes permitam também desfrutar dos benefícios do desenvolvimento e assim contribuir para uma economia cada vez mais globalizada e independente.

Após muitos breves e instáveis governos, que se sucederam, constantes revoltas e até mesmo, duas intervenções norte-americanas (1916-1924, e 1965), a República Dominicana foi governada por regimes ditatoriais e autoritários – o de Ulises Heureaux, (1882-1884, 1887-1899), o de Rafael Leonidas Trujillo, (1930-1960), e o de Joaquin Balaguer, (1960-1962, 1966-1978, 1986-1996), os quais, além de submeterem o país a um ambiente de terror e ordem personalista imposta, ao mesmo tempo, e segundo Gagain (2006), insuflaram um sentido de paternalismo nos seus habitantes. O amplo setor dos menos favorecidos da sociedade passou a depender desses ditadores, dos quais recebiam presentes e dádivas que não resolviam as raízes da pobreza dominicana, a forma de os manter sempre cativos e sumidos na ignorância, e perpetuar os ditadores no poder.

Os avanços na cidadania dos dominicanos têm levado a dar-se conta de que a “assistência social”, que normalmente recebem, deve transformar-se, pouco a pouco, em oportunidades para um desenvolvimento sustentável a mais longo prazo através dos planos locais estabelecidos pelo Governo, conjuntamente com os organismos internacionais, ao fim de alcançarem as metas dos ODM para a data limite de 2015.

Assim, a República Dominicana tem seguido um processo de reforma para modificar os fundamentos económicos, políticos e institucionais, ao introduzir mudanças importantes nas suas estruturas de base, aos sistemas de planificação e investimento público, assim como na administração financeira e nos recursos humanos do Estado.

Nesse contexto, o Ministério de Economia, Planificação e Desenvolvimento e o Conselho Nacional de Reforma do Estado, apresentaram a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, 2010-2030, amplo documento a conter propostas de políticas a serem implementadas em 20 anos, fundamentado em quatro pilares, os quais abarcam as seguintes áreas das políticas públicas: economia, instituições, sociedade e meio ambiente³¹.

Os riscos ambientais constituem uma ameaça ao sucesso em matéria de combate à pobreza e à desigualdade na República Dominicana. Mesmo nessa área, o país atinge um equilíbrio moderadamente positivo, com a recente melhora da cobertura vegetal territorial, e com a zelosa proteção da sua biodiversidade e a implementação duma matriz energética mais diversificada, com a incorporação de fontes de energia renovável (eólica, hidráulica, etc.).

Alcançar uma economia política realmente social e progressista exige verdadeiro desenvolvimento humano com caráter sustentável. As organizações e países doadores ou provedores da ajuda, devem converter-se em verdadeiros sócios do processo dominicano.

³¹ A propósito ver informação disponível em: Informe OECD 2012

É certo que precisam desviar-se das recomendações e ações da antiga “Era do Ajuste Estrutural”, sem tomar em conta a situação interna, social e política, dos países, e passarem a um sistema de economia modernamente denominado Clínico, com um enfoque detalhado e multifacetado no desenvolvimento, mediante a realização dum diagnóstico diferencial específico para o país, em linha de conta com a sua realidade intrínseca, ainda temos que admitir que a maioria está já, e apenas ultimamente, nesse caminho.

3.2 - As Organizações e Instituições Internacionais Doadoras e Promotoras do Desenvolvimento no País: Origens. Atividades. Estrutura. Trabalho. Desafios.

A República Dominicana recebe montantes de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) proveniente principalmente de países da União Europeia, dos Estados Unidos, Espanha, Japão, Alemanha, França, e Coreia, entre outros, assim como dum Fundo Global, sustentado em contribuições privadas especiais para determinados fins, como a luta contra o SIDA, a malária e a tuberculose (OECD,2012)³².

Conforme as fontes do Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF), do Sistema de Gestão e Administração da Dívida (SIGADE), do Ministério de Fazenda, do Ministério de Economia e Planeamento, e dos escritórios dos projetos dos cooperantes participantes, esses representam, junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, 94 % da Ajuda para o Desenvolvimento que recebe o país.

3.2.1 - A União Europeia como Entidade Doadora

A União Europeia é uma associação económica e política única, formada na atualidade por 27 países. Sua origem remonta ao ano de 1951 quando Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e os Países Baixos assinaram o Tratado de Paris, o qual criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Em 1957 assina-se o Tratado de Roma e constitui-se a Comunidade Económica Europeia, ou Mercado Comum Europeu. Em 1973 entram Dinamarca, Irlanda e o Reino Unido. Em 1979, elege-se pela primeira o Parlamento Europeu através de sufrágio universal. Na atualidade constam 785 eurodeputados, elegidos por cada um dos Estados Membros.³³

Em 1981 entra a Grécia, e cinco anos mais tarde, somam-se Espanha e Portugal. Nesse mesmo ano, assina-se a Ata Única Europeia, amplo programa de seis anos destinado a eliminar os entraves da livre circulação de mercadorias pelas fronteiras, e cria-se o mercado único.

Em 9 de novembro de 1989, cai o Muro de Berlim, e as duas “alemanhas” são unificadas em 1990. Em 1993 consolida-se o mercado comum europeu, com a assinatura do Tratado de

³² A propósito ver informação disponível em: Informe OECD, 2012

³³ A propósito ver informação disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/documents/guidecooperation_eu_la_es.pdf Consultado em 11/03/12

Maastricht, e instaura-se a livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais. Mais tarde, com o Tratado de Amsterdão, em 1999, fazem-se algumas modificações, principalmente no assuntos do meio ambiente, segurança e defesa. Desde então a ajuda para o desenvolvimento converteu-se em política compartilhada dos Estados Membros, os quais devem coordenar todos os seus esforços de cooperação nacionais através da Comissão Europeia.

Em 1995 aderem aos tratados a Áustria, a Finlândia e a Suécia. Nesse mesmo ano, assinam-se os Acordos de Schengen, em Luxemburgo, os quais permitiram que o cidadão europeu possa viajar livremente através das suas fronteiras sem ter que apresentar passaporte.

Em 1998, funda-se o Banco Central Europeu (BCE), com o fim de garantir a gestão da nova moeda europeia, o euro, a entrar em vigor desde o primeiro de janeiro do ano 2000, o qual foi adotado por 12 dos 15 Estados Membros.

No ano de 2004, dez novos países ingressam na União Europeia, principalmente da Europa Oriental e as repúblicas bálticas ex-integrantes da União Soviética. A União ainda não tem uma Constituição comum e seu futuro resulta incerto, principalmente com as últimas crises financeiras em países como Irlanda e Grécia, e também em Espanha e Portugal.

Desde as suas origens, a política de cooperação da União Europeia baseia-se em 4 pilares³⁴:

- a) A promoção do desenvolvimento político, económico e social sustentável;
- b) A promoção da integração dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial;
- c) A redução da pobreza nos países em vias de desenvolvimento;
- d) E a consolidação da democracia e o estado de direito das pessoas, o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Todos estes princípios e orientações foram reforçados pelo Consenso de Bruxelas e pela Declaração de Paris, sobre a eficácia da ajuda exterior.

Mas existem bases legais claras a fim de prover a cooperação para o desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento. O acordo de parceria mais abrangente entre a União Europeia e os países em desenvolvimento é o chamado Acordo de Cotonou, concluído em fevereiro do ano 2000, e em vigor desde o 2003, celebrado entre a União Europeia e o grupo ACP (África, Caribe e Pacífico) reunindo 79 países. Nesse contexto, a cooperação é feita por meio do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que não forma parte do orçamento comunitário, mas que se constitui com base nas contribuições de cada Estado Membro, onde os fluxos financeiros se gerem através de complexos mecanismos nos quais estão representados os países beneficiários.

O Acordo de Cotonou substitui as antigas e sucessivas convenções de assistência ao desenvolvimento e comércio, desde a primeira Convenção de Yaundé até a Convenção de Lomé, assinada em 1975, a qual foi revista 4 vezes. A propósito, na última revisão a este acordo (Lomé IV), em 1989, foram incluídos a República Dominicana e o Haiti.

³⁴ A propósito ver informação disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/documents/guidecooperation_eu_la_es.pdf Consultado em 11/03/12

Vale esclarecer que quando falamos destes acordos estamos a falar da União Europeia através da Comissão Europeia como organismo multilateral, que administra uns 7 bilhões de euros anuais por este conceito, a incluir o FED. Outra coisa são as contribuições bilaterais fornecidas pelos Estados Membros de maneira individual, e agenciadas pelas instituições nacionais de cada um deles em função de critérios e mecanismos nacionais (Ex. AECID/Espanha).

Na atualidade tem-se desenvolvido uma nova Direção-Geral, dentro Comissão Europeia, responsável pelas políticas de desenvolvimento da União Europeia e da implementação da ajuda através de programas e projetos em todo o mundo, denominada “Bureau de Cooperação” (“EuropeAid”), o qual aglutina as antigas direções gerais de desenvolvimento, e nomeadamente atua como um ponto de contato único para os dela precisem³⁵.

Seus principais colaboradores são a sociedade civil, os organismos internacionais e instituições específicas da UE, tais como o Conselho da União Europeia, o Parlamento Europeu, e a Corte Europeia de Auditores. A sociedade civil traça o marco da política a ser seguido e provê os fundos para a assistência. O Conselho recebe as informações e as atividades realizadas pelo Europe-Aid e o Parlamento decide sobre a aprovação do orçamento. Então, a Corte Europeia verifica se foram seguidos os procedimentos corretos e legalmente permissíveis para se atingir as metas propostas

Esta nova Direção Geral (a Europe-Aid) incrementa a capacidade da UE para estabelecer uma política de desenvolvimento de vanguarda dirigida a todos os países em vias de desenvolvimento e emergentes, ao mesmo tempo que impulsiona a coerência da mesma ao melhorar os mecanismos de execução e implementação.

Simultaneamente, há que se definir a futura elaboração a partir dos objetivos do “Livro Verde” da UE sobre política de desenvolvimento, ao criar um marco legal com o objetivos de fomentar a responsabilidade social das empresas, e contribuir a enfrentar os desafios mundiais.³⁶

Ademais, o novo enfoque setorial dos fluxos financeiros dentro do orçamento comunitário tem de permitir uma melhor sinergia com as demais instituições doadoras do globo, como as diferentes agências de cooperação, designadamente os organismos do sistema das Nações Unidas, e o Banco Mundial e demais a fim de aumentar a efetividade da ajuda.

3.2.2 - As Nações Unidas. Cooperação para o Desenvolvimento Humano: O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

As Nações Unidas são uma organização internacional fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial - fruto da sua primeira Conferência Geral celebrada em San Francisco, EUA - e

³⁵ A propósito ver informação disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/who/index_es.htm

³⁶ A propósito ver informação disponível em:
http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/employment_rights_and_work_organisation/n26039_es.htm

assinada inicialmente por 51 países que comprometeram-se a manter a paz e a segurança internacional, fomentar as relações de amizade e promover o progresso social com a melhora do nível de vida e a defesa dos direitos humanos. Atualmente a ONU serve como centro ou eixo de coordenação universal que acopla e harmoniza os esforços das nações a fim de alcançar os objetivos de desenvolvimento e o progresso coletivo. Por isso, e devido ao seu singular caráter internacional, assim como às suas competências expressadas na sua Carta fundacional, a Organização das Nações Unidas pode adotar decisões sobre uma ampla gama de temas.³⁷

Constitui um foro onde os seus 193 Estados Membros podem expressar as suas opiniões através da Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social e outros órgãos e comissões, a fim de melhorar as condições de vida dos seus concidadãos menos favorecidos a vencer o flagelo da fome, das enfermidades, do analfabetismo, bem como fomentar o respeito pelos direitos dos demais.

O significativo trabalho desta Organização chega a todos os recantos do planeta. Ainda é muito mais conhecida pela manutenção da paz, a prevenção de conflitos e a assistência humanitária. Há muitas outras matérias em que as Nações Unidas e o seu intrincado sistema de organismos especializados, fundos e programas, afetam positivamente as vidas das pessoas dos países e contribuem para que o mundo seja mais habitável.

A ONU trabalha numa ampla gama de temas tão fundamentais como diversos. Desde o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente e a biodiversidade até à proteção dos refugiados, socorro em casos de desastre, a luta contra o terrorismo e o crime organizado, o desarmamento e a não-proliferação, a promoção da democracia, os direitos humanos, a igualdade entre gêneros e o melhoramento das condições da mulher, a boa governança, o desenvolvimento económico e social, a saúde internacional, a remoção das minas terrestres e a expansão da produção dos alimentos.³⁸

Hoje em dia existe uma infinidade de comissões, órgãos subsidiários, programas e fundos especiais, assim como instituições de capacitação e investigação, e entidades especializadas ou conexas, juntas, conselhos e grupos de trabalho, entre outros, como parte da complexa e extensa madeixa organizacional das Nações Unidas desenvolvida em vários tomos de livros grossos a analisar.

Por isso, e como parte deste estudo específica, optamos por limitar nossa análise ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com vista a analisar as suas realizações na República Dominicana. Por ser o organismo da ONU que tem que mais a ver com o nosso tema a desenvolver, na correta visão do que o seu objetivo principal é apoiar as intervenções em favor do progresso dos países e contribuir ao desenvolvimento humano sustentável (DHS), por meio dos seus mecanismos estabelecidos e provados de cooperação e apoio externo aos países em vias de desenvolvimento.

³⁷ A propósito ver informação disponível em: <http://www.un.org/es/aboutun/>

Consultado em 27/03/12

³⁸ A propósito ver informação disponível em: <http://www.un.org/es/aboutun/>

Consultado em 27/03/12

O PNUD possui importante rede de escritórios em 177 países do mundo, através dos quais realiza uma série de programas e/ou projetos a fim de desenvolver adequadamente e de maneira efetiva as capacidades nacionais.

Nesse sentido, a maior parte da cooperação para o desenvolvimento orienta-se para o setor público, pelo que precisa dum governo capaz de estabelecer um marco adequado para o sucesso da mesma.

O seu trabalho concentra-se na erradicação da pobreza, na promoção de padrões de vida sustentáveis, com a participação da mulher, o respeito ao meio ambiente, e a ordenação racional dos recursos naturais num contexto de bom governo.

Nesse sentido o PNUD tem-se empenhado em identificar esferas temáticas de concentração ao fim de potencializar o efeito da ajuda nos países.

A sua estrutura de participação tripartida— a qual pressupõe o envolvimento das autoridades do país onde se executa o programa das Nações Unidas e dos responsáveis do PNUD — tem sido o mecanismo primário para a monitorização dos projetos desde o 1973.

Em 1983 criou-se o Bureau de Avaliação e Planeamento das políticas de implementação dos programas, o qual, em 1994, se transformou em Bureau de Avaliação e Planeamento Estratégico, a fim de reorientar a direção dos programas, o qual se reporta diretamente ao Administrador Geral.

O PNUD concentra-se em ajudar os países a elaborar e compartilhar soluções efetivas no respeitante aos desafios da governabilidade democrática, como redução da pobreza, promoção de uso da energia sustentável e controle das enfermidades, especialmente o VIH-SIDA. Assim mesmo, e dentro dessas principais esferas temáticas, também promove, de maneira preponderante, a proteção dos direitos humanos, e muito especialmente a defesa dos direitos da mulher.

Cabe destacar ademais, como parte do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), o Foro sobre Cooperação para o Desenvolvimento, o qual também constitui uma instância multilateral importante para muitos países da região, a fim de impulsionar a cooperação Sul-Sul. Recentemente, a República Dominicana foi eleita para ingressar o corpo de 54 membros (pela terceira vez), com o voto de 188 países, na Assembleia Geral da ONU celebrada em março deste ano (2012).

Nesse contexto, cabe também mencionar o papel desempenhado pela Comissão Económica para América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões regionais da ONU. Foi criada em 1948, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento económico da América Latina e o Caribe, coordenar as ações encetadas na promoção e reforço das relações económicas dos países entre si e com as demais nações do mundo³⁹.

³⁹ A propósito ver informação disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/39/15/48966240.pdf> (pag. 5)
Consultado em 07/04/12

A CEPAL encarrega-se de analisar com detalhe a região, a sua realidade e atualidade, mediante a pesquisa económica e social, assim como as necessidades em termos de cooperação e a assistência técnica dos governos da região. A sua preocupação principal é com o crescimento equitativo, o progresso técnico, a justiça social e a democracia, como forma integral de entender o desenvolvimento nos países da América Latina e do Caribe.

Os 33 países de América Latina são membros da CEPAL, conjuntamente com algumas nações de América do Norte, Europa e Ásia que mantêm vínculos históricos, económicos e culturais com as respetivas regiões. No total tem 44 Estados Membros, 9 membros associados, condição jurídica atribuída a alguns territórios não-independentes do Caribe.

Também, e apenas nos últimos anos, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONUDI) tem desenhado e projetado alguns programas de cooperação para o desenvolvimento no país, como o Projeto de Geração de Energia Renovável a partir da Biomassa (2011) e o Programa de Produção mais Limpa - recentemente acolhido pelo Governo dominicano (2012) -, ainda não implementados no terreno.

3.2.3 - A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e o seu Comitê de Apoio ao Desenvolvimento (CAD)

Em 1947 a Organização para a Cooperação Económica Europeia (Organization for European Economic Cooperation, OEEC) foi estabelecida a fim de facilitar a implementação do chamado Plano Marshall financiado pelos Estados Unidos para a reconstrução europeia após a II Guerra Mundial, com a ideia de fazer os governos individuais reconhecerem a interdependência das suas economias.

Em 1960, animados pelo sucesso da experiência europeia, Canadá e Estados Unidos, uniram-se à OEEC. Por essa razão, em 30 de setembro de 1961, a organização foi rebatizada com o novo nome de Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). Em seguida, o Japão aderiu em 1964 a esta organização. Hoje em dia são 34 os seus Estados Membros. Reúnem-se regularmente para identificar problemas, discuti-los e analisá-los, assim como promover políticas para os solucionar.

São Estados Membros: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Reino Unido, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Israel, Suécia, Suíça e Turquia. Participam ainda da OCDE outros 12 países membros não-aderentes que são: Argentina, Brasil, Egito, Estónia, Letónia, Lituânia, Marrocos, Peru e Romênia. Alguns são inclusive signatários de certas convenções da OCDE e participam de alguns de seus processos políticos⁴⁰.

⁴⁰ A propósito ver informação disponível em: <http://oecdwatch.org/sobre-ocde/ocde>

Consultado em

22/03/12

Hoje em dia, existem mais de duzentos comitês, grupos de trabalho, e grupos de especialistas em geral. Seu principal órgão encarregado especificamente para as questões do desenvolvimento no mundo é o denominado Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)⁴¹.

Nesse sentido, e conforme referem Weisstaub e Patacini ao citar a Ayuso (2009), desde 1962 o CAD converteu-se no foro principal dos doadores o qual coordena as iniciativas dos Estados Membros a favor dos países em desenvolvimento, a fim de que todos os esforços internacionais de cooperação sejam corretamente coordenados e integrados de maneira eficaz, assim como adequadamente financiados, para incrementar a qualidade da ajuda fornecida, ao promover a sua distribuição através das agências multilaterais, o que os fazia menos suscetíveis a distorções por objetivos e interesses particulares.

Em linhas gerais, seus objetivos principais são o apoio ao crescimento económico sustentável, a assistência para o desenvolvimento económico nos países, a manutenção da estabilidade financeira, o aumento dos padrões de vida das populações, a criação de emprego, assim como o crescimento do comércio global.

Na atualidade, os membros ativos do CAD são 23: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, a Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) participam como observadores permanentes. A República Dominicana é um país associado da América Latina e do Caribe à OCDE e ao CAD.⁴²

O Comitê de Apoio ao Desenvolvimento, como entidade multilateral, desempenha importante papel na elaboração das políticas de cooperação bilateral para o desenvolvimento no planeta. O Comitê não se limita a ser um centro de informação, documentação e assessoria dos governos, ao elaborar também diretamente as diretrizes da ajuda oficial ao desenvolvimento dos países que o integram. Pode dizer-se que junto com o Banco Mundial e o PNUD, integra o núcleo multilateral onde se elabora a política internacional global da cooperação para o desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, realiza revisões críticas periódicas – normalmente a cada 3 anos – dos programas de cooperação ao desenvolvimento dos países membros, ao publicar um resumo dos resultados e conclusões desses exames.

Suas estatísticas e relatórios publicados sobre a ajuda e os fluxos de recursos para os países em desenvolvimento e em transição são reconhecidos universalmente como fontes oficiais e confiáveis para os estudos referentes, a fim de implementar as ações pertinentes dos seus associados.

⁴¹ A propósito ver informação disponível em:

http://www.deza.admin.ch/es/Pagina_principal/Actividades/Cooperacion_multilateral/Instituciones_Internacionales/OCDE_DAC Consultado em 14/03/12

⁴² A propósito ver informação disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/2/31/1880641.gif> Consultado em 25/02/12

Seus objetivos principais — como tal orientados ao desenvolvimento global, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio — são, notadamente, a redução para metade a proporção de pessoas que vivem na extrema pobreza, o acesso global das crianças à escola primária, o avanço na igualdade de género e no empoderamento das mulheres, a redução da taxa de mortalidade infantil em 2/3 partes, o acesso total aos serviços de saúde para quem os precise e a reorientação das estratégias nacionais para um desenvolvimento sustentável, a fim de reverter a perda dos recursos ecológicos e restabelecer a biodiversidade.

Existe também o chamado Centro de Desenvolvimento, outro subgrupo da OCDE em referência a este tema, e cujo mandato é a investigação para o desenvolvimento económico e social, com numerosos resultados publicados. O CD conta com 25 países membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chile, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, México, Noruega, Polónia, os Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República Checa, Eslováquia, Suécia, Suíça e Turquia. A Comissão Europeia também participa no seu Conselho Diretivo.

A sua adesão está aberta tanto a países da OCDE, como a não membros⁴³. Por isso têm-se incluído 17 países considerados economias emergentes e em desenvolvimento, que são: Brasil, Índia, Roménia, Tailândia, África do Sul, Egito, Vietname, Colômbia, Indonésia, Costa Rica, Ilha Maurício, Marrocos, Perú, Senegal, Argentina, Cabo Verde, e a República Dominicana, desde o 3 de dezembro do 2009, o qual se converteu no primeiro da região do Caribe a associar-se a este Centro.⁴⁴

O Centro é uma espécie de fórum para o diálogo, a troca de experiências, a fim de alcançar o consenso internacional sobre esses temas, ao atuar como ponte vinculador entre os membros da OCDE com as economias emergentes e em desenvolvimento e ao encontrar soluções inovadoras para os problemas e desafios mundiais.

3.2.4 - O Banco Mundial (BM): 5 Instituições para o Desenvolvimento

O Banco Mundial⁴⁵ foi fundado no ano de 1944, com sede em Washington D.C., Estados Unidos. É composto por 5 instituições afins que são:

- O **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento** (BIRD), que presta a Governos dos países de renda média e baixa com capacidade de pagamento;
- A **Associação Internacional de Fomento** (AIF), que concede empréstimos sem juros, ou créditos, aos Governos dos países mais pobres;

⁴³ A propósito ver informação disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/39/15/48966240.pdf> (pag.3)
Consultado em 07/04/12

⁴⁴ A propósito ver informação disponível em: <http://www.embajadadominicana.fr/spip.php?article56>
Consultado em 03/02/12

⁴⁵ A propósito ver informação disponível em:
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/QUIENESSOMOS/0,,menuPK:64058517~pagePK:64057857~piPK:64057865~theSitePK:263702,00.html> Consultado em 14/01/12

- A **Corporação Financeira Internacional** (CFI), que proporciona empréstimos, capital e assistência técnica para promover os investimentos no setor privado nos países em desenvolvimento;
- A **Agência Multilateral de Garantia** (MIGA), que proporciona seguros contra riscos políticos ou garantias contra perdas ocasionadas por riscos a investimentos nos países em desenvolvimento;
- O **Centro Internacional de Arranjo de Diferenças Relativas aos Investimentos** (ICSID), que presta serviços internacionais de conciliação e arbitragem para ajudar a solucionar disputas sobre investimentos.

Inicialmente com um pessoal de engenheiros e analistas financeiros restritos à sede, em Washington, hoje dispõe de amplo leque de profissionais multidisciplinares, entre economistas, especialistas em políticas públicas, especialistas setoriais e cientistas sociais, mais de um terço distribuídos pelos escritórios dos distintos países.

O enfoque do Banco Mundial está nas políticas dos países de baixo e médio desenvolvimento, ao procurar melhorar o acesso aos programas de proteção social e de investimentos em capital humano, com o entendimento de que essas são as ênfases necessárias para se quebrar o círculo vicioso da pobreza⁴⁶.

Nesse sentido, a instituição elabora estudos e relatórios baseados na sua própria análise sobre uma determinada questão. Os temas de pesquisa e as análises indicam a estratégia de assistência a ser seguida em determinado país. Além disso, o Banco Mundial faz exames das políticas (estudos de pobreza e *memorandos* económicos sobre os países), sobre os gastos fiscais (estudos do gasto público), exames ambientais (planos de proteção ambiental), entre outras questões concretas.

Com a realização de oficinas de trabalho, seminários e outros eventos, a instituição promove debates sobre assuntos de desenvolvimento, ao reunir a grupos diversos, onde participam os governos, os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil. O enfoque nos resultados é aspeto central do método que o Grupo do Banco Mundial aplica na execução dos seus programas e em matéria de políticas que proporciona aos países associados, tanto de baixo como de médio rendimento. Através da melhoria e do aperfeiçoamento constante da coleta de dados pode-se verificar a efetividade da ajuda para o desenvolvimento.

Nos últimos anos todas as estratégias de assistência aos países incluem avaliações para obter indicadores de resultados quantificáveis, o que permite aos Governos, doadores e demais *stakeholders*, melhorar a efetividade da cooperação e identificar os objetivos compartilhados de desenvolvimento.

Dentro da estrutura formal do Banco existe a chamada Comissão para o Desenvolvimento, fundada em 1974, a qual exerce uma notável influência na direção das suas políticas. É órgão

⁴⁶ A propósito ver informação disponível em: <http://www.oei.es/calidad2/organismos.htm> Consultado em 18/03/12

assessor da Junta de Governadores do Banco e do FMI sobre assuntos de desenvolvimento e recursos financeiros.⁴⁷

O BM financia projetos a partir da solicitação dos governos. Após a avaliação inicial da viabilidade do projeto, assim como das condições dos empréstimos, e sucedem-se as negociações, que são finalizadas com a aprovação por parte do Diretório e com a assinatura pelas autoridades locais.

Na República Dominicana existe um escritório do Banco Mundial que coordena e implementa as ações desta instituição no país. Ainda que um projeto esteja ativo, isto é, aprovado pelo Diretório-Executivo do Banco Mundial, o mesmo só entra em vigor quando é ratificado pelo Congresso Nacional.

3.2.5 - O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

As reflexões acerca do desenvolvimento dos países do Hemisfério Ocidental remontam ao ano de 1890, nas discussões no âmbito da Primeira Conferência Pan-americana, realizada em Washington, D.C., Estados Unidos. A ideia de uma instituição financeira para o desenvolvimento da região concretizou-se efetivamente em 1959, com a fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir de proposta elaborada pelo então Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek.

Hoje em dia, o Banco é integrado por 48 países, representados por um Diretório Executivo. Com sede em Washington, D.C., mantém representações em 26 Estados, além de escritórios de representação na Ásia e na Europa.

Os objetivos básicos dessa instituição são a eliminação da pobreza e da desigualdade social, assim como a promoção do desenvolvimento económico sustentável na América Latina e Caribe. O BID propõe a existência de estreita vinculação entre educação e pobreza. Na sua perspectiva, as falhas na educação são uns dos principais fatores a acarretar distribuição de rendimento desigual e sua perpetuação⁴⁸.

Sob essa perspectiva, o BID apoia os países no desenho de projetos e/ou programas e promove assistência financeira e técnica, principalmente nas áreas do conhecimento e instrução. A instituição conta com um Fundo para Operações Especiais (FOE) o qual prove financiamento em condições mais favoráveis aos países membros mais vulneráveis.

O BID orienta-se por evidências empíricas (fruto da experiência) a fim de adotar decisões e medir o impacto destes projetos, com o propósito de incrementar a sua efetividade no desenvolvimento.

⁴⁷ A propósito ver informação disponível em: <http://www.bicusa.org/es/Institution.Structure.5.aspx>
Consultado em 18/05/12

⁴⁸ A propósito ver informação disponível em:
<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1775544> Consultado em 23/01/12

Com esse propósito o Banco foca-se em medir os resultados de cada intervenção no desenvolvimento, ao tempo de avaliar a si próprio. Trata-se de um desenho institucional orientado para os resultados, durante todo o processo, para monitorizar o seu progresso e determinar o impacto real nas populações⁴⁹.

O Grupo BID financia programas de apoio ao desenvolvimento através da concessão de empréstimos em condições brandas, doações, certificados de garantias, e investimentos. Na República Dominicana, o BID tem sido uma das principais fontes de financiamento externo nos últimos anos, principalmente pela quantidade significativa de projetos realizados no país, o que detalharemos no capítulo seguinte⁵⁰.

3.2.6 - A Organização dos Estados Americanos (OEA): Solidariedade e Cooperação

A Organização dos Estados Americanos foi criada em 1948 com o objetivo de atingir uma ordem de paz e de justiça nas Américas, fomentar a solidariedade, fortalecer a cooperação entre os Estados Membros, e defender a sua soberania. A Carta da OEA, assinada em Bogotá, Colômbia, entrou em vigor em dezembro de 1951.

Como anteriormente mencionado, a sua origem remonta-se à Primeira Conferência Pan-americana, celebrada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Estabeleceu-se então a União Internacional das Repúblicas Americanas, embrião do sistema interamericano, provavelmente o mais antigo sistema institucional internacional do mundo.

Em 1967, a Carta foi emendada mediante o Protocolo de Buenos Aires e a modificação entrou em vigor em fevereiro de 1970. Foi modificada por mais duas vezes: com o Protocolo de Manágua, 1993 (em vigência a partir de 1996) e com o Protocolo de Washington, 1992 (em vigência a partir de 1997).

Hoje em dia, a OEA agrupa os 35 Estados independentes das Américas e ainda continua a ser (não obstante os problemas políticos enfrentados nos últimos anos) o principal foro governamental político, social e jurídico do Hemisfério Ocidental. Tem ainda desempenhado o papel de observador permanente em 67 outros Estados, assim como a União Europeia.

Os principais pilares sobre os quais fundamenta os seus propósitos são, sem ordem de preponderância, a defesa da democracia, os direitos humanos, a segurança e, naturalmente, o desenvolvimento de todas as nações de América.

No âmbito da cooperação, a OEA proporciona apoio fundamental no fortalecimento das capacidades institucionais e humanas, a fim de confrontar os novos desafios. Por exemplo, a OEA tem trabalhado na implementação de reformas técnicas dos sistemas eleitorais dos países

⁴⁹ A propósito ver informação disponível em:

<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1775544> Consultado em 23/01/12

⁵⁰ A propósito ver informação disponível em: <http://www.oei.es/calidad2/organismos.htm> Consultado em 19/02/12

que as tem solicitado. Também tem proporcionado capacitação técnica a funcionários dos governos da região em áreas tais como negociações comerciais, migração e desastres naturais. Esses programas de capacitação e bolsas de estudo têm oferecido a muitas pessoas do continente a oportunidade de desenvolverem capacidades que podem pôr em prática nos seus países de origem.

Como em todos os Estados Membros da OEA, na República Dominicana, desde 1962, existe o Escritório de Coordenação da Secretaria Geral, o qual está encarregado de fomentar a cooperação e a eficácia da mesma. O seu objetivo principal é a racionalização e melhora da gestão da Organização ao facilitar o seu funcionamento ótimo.

Também fornece apoio técnico e orçamental e dirige a capacitação do pessoal, ao proporcionar simultaneamente assistência administrativa a fim de assegurar a implementação adequada no país da missão da Organização, ao intensificar os trabalhos para estabelecer maior cooperação com as instituições interamericanas e as suas contrapartes internacionais e regionais, sempre a fomentar a eficiência e a prestação de serviços⁵¹.

3.2.7 - As Agências de Cooperação Bilateral / USAID. AECID. JICA. KOICA. GTZ.

As chamadas agências de cooperação bilateral⁵² organizam-se em entidades construídas pelos governos dos países mais desenvolvidos (doadores) a fim de canalizar e implementar a ajuda para os países em desenvolvimento (recetores), mas de maneira direta. Ainda que os programas multilaterais sejam, em princípio, mais adequados que os bilaterais para resolver muitos dos problemas do desenvolvimento (especialmente quando esses não podem solucionar-se dentro dos limites estritos de um único país e têm as suas raízes em processos de múltiplos fatores que afetam diferentes Estados), não raras vezes os programas multilaterais acarretam a perda do controlo, tanto por parte dos governos de destino da ajuda, como dos governos doadores. Estes tendem a mostrar reticências quando se fala de aumentar as suas contribuições para os programas multilaterais. Isso ajuda a explicar porque 80% da cooperação para o desenvolvimento tenha sido financiada durante as primeiras décadas do pós-guerra, por mecanismos de financiamento público bilateral, enquanto apenas 20 % correspondia à cooperação multilateral. Nas últimas décadas a proporção observada é de 70% cooperação multilateral e 30% bilateral.

Cabe destacar os aportes bilaterais de países como Irlanda (50%), Itália e Dinamarca (44%) e Reino Unido (acima de 40 %), os quais caracterizam-se por sua importante contribuição por meio das organizações facilitadoras da ajuda multilateral -onde a origem dos fundos muitas vezes perde-se ou desconhece-se por parte os países recetores- de forma que não ficam registadas como contribuições bilaterais individuais dos mesmos. De qualquer forma o papel preponderante da cooperação multilateral sobre a bilateral no mundo é indiscutível

⁵¹ A propósito ver informação disponível em: http://www.oas.org/es/acerca/quienes_somos.asp Consultado em 16/02/12

⁵² A propósito ver informação disponível em: <http://www.aecid.org.ni/coop-bilateral> Consultado em 12/11/11

No caso específico da República Dominicana destacam-se as agências de cooperação bilateral de países como os Estados Unidos (USAID), Espanha (AECID), Japão (JICA), Coreia (KOICA), Alemanha (GETZ), entre outras.

A Agência de Cooperação dos Estados Unidos (USAID) é o organismo federal independente responsável por planejar e administrar a assistência econômica e humanitária exterior dos Estados Unidos em todo o mundo. Esta realiza programas de ajuda ao desenvolvimento em mais de 80 países a fim de contribuir para que os mesmos prossigam objetivos como a redução da pobreza, a recuperação de desastres e se envolvam em reformas democráticas.

Como cita Cid Martinez (2007) foi criada pelo Presidente Kennedy em 1961, o qual transformou o Projeto de Lei de Assistência Exterior (elaborado pela Administração Truman, após da Segunda Guerra Mundial) em lei federal. Mediante decreto, criou a USAID, a qual esta subordinada diretamente pelo Departamento de Estado, a atuar como uma divisão do Departamento.

Por sua vez, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) afigura-se com uma entidade de Direito Público adscrita ao Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha, através da Secretaria de Estado de Cooperação Internacional para Ibero-América (SECIPI).

Criada pela Lei 23/1998, de 7 de julho, é o órgão de gestão da política espanhola de cooperação internacional para o desenvolvimento, a fim de combater a pobreza no mundo e promover o desenvolvimento humano sustentável nos países em vias de desenvolvimento.⁵³

No caso do Japão, existe a Agência de Cooperação Internacional (JICA), entidade do Governo japonês encarregada de implementar a ajuda oficial para o desenvolvimento a nível global, através dos seus programas de assistência técnica e projetos realizados nos países em vias de desenvolvimento. Estabelecida em agosto de 1974, como organismo semigovernamental, sob a autoridade do Ministério de Relações Exteriores, provê ajuda a mais de 100 países. Desde o primeiro de outubro de 2003 passou a ser uma agência independente do Governo, a contar com um “exército” de mais de 30 mil voluntários para esses fins⁵⁴.

Outra importante entidade fornecedora de ajuda bilateral no país é a Agência de Cooperação Internacional da República da Coreia (KOICA). Fundada em 1991, administra de maneira oficial a ajuda através de programas de cooperação técnica para beneficiar os países em vias de desenvolvimento no mundo, com um caráter sustentável, a fim de retirar gente da pobreza, com especialistas e voluntários nas mais variadas áreas⁵⁵.

Igualmente, a GETZ, ou Agência Alemã de Cooperação Técnica, (rebatizada em 2011 como GIZ), conta com extensa bagagem de mais de 35 anos de experiência no tema e mais de 10 mil

⁵³ A propósito ver informação disponível em: <http://www.aecid.es/es/aecid/> Consultado em 15/04/12

⁵⁴ A propósito ver informação disponível em: <http://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html>
Consultado em 28/03/12

⁵⁵ A propósito ver informação disponível em: <http://www.koica.org.gt/actividades.htm> Consultado em 12/04/12

projetos realizados em 120 países e em mais de 100 áreas de competência, e com cerca de 87 escritórios no mundo todo⁵⁶.

Seguidamente analisamos o importante trabalho destas agências de cooperação bilateral, através dos seus programas e projetos, realizados na República Dominicana.

⁵⁶ A propósito ver informação disponível em: <http://www.gtz.de/en/weltweit/lateinamerika-karibik/el-salvador/18785.htm> Consultado em 12/04/12

Capítulo 4

Instituições e Comunidades Beneficiadas com a APD na República Dominicana: Projetos e/ou Programas. Impacto. Resultados.

Nos últimos anos, o país tem aumentado de maneira consistente o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao situar-se entre as cinco nações do mundo que mais avançaram no aumento desse indicador. Mas deve admitir-se que existem importantes desafios, nomeadamente em termos de educação e saúde.

O último Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, publicado em 22 de novembro 2011, indica que a República Dominicana passou seu IDH de 0.686 em 2010 a 0.689 em 2011 e ocupa o nono lugar dentro dos 33 países da América Latina. Ao se ajustar o índice de forma a ter em conta o aspeto da desigualdade de rendimento, o país perde 9 posições e baixa ao número 18, devido às enormes diferenças de rendimento entre os cidadãos, bem como ao acesso deficiente da população aos serviços básicos.⁵⁷

Fica evidente a importância da ajuda e da cooperação internacional a fim de complementar e contribuir aos próprios esforços do país em matéria de controlo governamental, como parte das estratégias adotadas pelo Governo Dominicano com o objetivo de apoiar a execução de atividades orientadas ao desenvolvimento de novas e melhores práticas, a modernização e o fortalecimento institucional.

Nesse sentido, foi instituída a **Direção-Geral de Cooperação Multilateral**⁵⁸ - como parte do Ministério de Economia, Planeamento e Desenvolvimento- a qual tem ao seu cargo a coordenação, a execução e a avaliação dos programas e projetos de cooperação técnica não reembolsáveis, financiados com recursos provenientes de fontes multilaterais desenvolvidas no país, a fim de fortalecer as relações com os organismos que outorgam este tipo de ajuda.

Vale dizer que, de maneira específica, esta Direção-Geral implementa as normas e os procedimentos aprovados para a solicitação, receção, gestão e avaliação da mesma. Para o efeito, define e coordena com o Vice Ministério do Planeamento -em permanente consulta com os organismos envolvidos-, os compromissos não-financeiros com as organizações multilaterais,

⁵⁷A propósito ver informação disponível em:

http://odh.pnud.org.do/sites/odh.onu.org.do/files/HDR_2011_INFORME_COMPLETO.pdf Consultado em 22/03/12

⁵⁸A propósito ver informação disponível em: <http://www.stp.gov.do/eweb/ShowContent.aspx?idm=114> Consultado em 14/12/11

coordena as negociações, avalia e dá seguimento, ao mesmo tempo que administra as questões dos pagamentos das cotas, adesões e aportes dos organismos e agências de cooperação internacional, com o consequente rastreamento da assistência técnica derivada das convenções e cúpulas de líderes.

Participa também nas mesas setoriais e/ou transversais de coordenação e implementação da ajuda, com os atores envolvidos, e coordena com os representantes dos países doadores, até que estas funções sejam transferidas ao Vice Ministério de Cooperação Internacional-, as negociações e seguimento dos Planos Indicativos Nacionais e Regionais.

Além disso, dá seguimento ao cumprimento dos indicadores de eficiência deste mecanismo, mediante exaustivo processo de autoavaliação que examina os resultados obtidos pelos projetos e/ou programas implementados no país pelos organismos multilaterais internacionais.

Conforme relatório da OCDE (2012), estima-se que a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento na República Dominicana representa 1% do PIB, cerca de 7 % do gasto público total. Os principais fornecedores da ajuda para o desenvolvimento na República Dominicana são: a União Europeia, os Estados Unidos, Espanha, Japão (através das suas agências bilaterais especializadas de cooperação), o Fundo Global e diferentes organismos das Nações Unidas (principalmente o PNUD), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros.⁵⁹

Em seguida passaremos a detalhar alguns dos projetos e/ou programas desenvolvidos no país por essas instituições, os seus mecanismos de aplicação, as suas metas a atingir e os resultados obtidos, isto é, o impacto nas populações e instituições envolvidas pelos programas, principalmente durante os últimos anos.

4.1 - Ajuda ao Desenvolvimento da União Europeia na República Dominicana

A União Europeia provê mais do 60% dos fundos da cooperação não reembolsável que recebe a República Dominicana. Da ajuda bilateral recebida de maneira direta por alguns países da União Europeia, tais como Espanha, França, Alemanha, Itália e Países Baixos (assim como de muitas ONGs europeias), a complexa estrutura da cooperação europeia na República Dominicana, alinha-se principalmente em torno dos mecanismos vigentes da Comissão Europeia.

O Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) é alimentado pelas contribuições dos países membros da UE e administrado, como mencionamos anteriormente, pela Comissão Europeia, através da Delegação da União Europeia no país e a sua contraparte governamental dominicana, a Direção-Geral de Cooperação Multilateral (DIGECOOM), pertencente ao Ministério de Economia, Planeamento e Desenvolvimento.

⁵⁹ A propósito ver informação disponível em: <http://www.one.gob.do/index.php?module=articles&catid=212>
Consultado em 14/02/12

Financiado pelo orçamento da Comissão Europeia, e como complemento dos programas do Fundo Europeu de Desenvolvimento, existem convocatórias globais para cinco programas temáticos:

- a) Migração e Asilo;
- b) Segurança Alimentar;
- c) Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- d) Atores Não-Estatais e Autoridades Locais;
- e) Investimento nas Pessoas (saúde, educação, gênero, coesão social, infância e diversidade cultural).

Existe ainda o Instrumento Europeu de Democracia e Direitos Humanos, e o Instrumento de Estabilidade.

A Delegação da UE na República Dominicana lança também convocatórias locais de alguns destes programas e instrumentos temáticos.

Como parte das iniciativas da UE no país⁶⁰, cabe destacar ao Programa de Apoio à Reforma da Administração Pública (PP1), o qual foi desenhado a fim de contribuir com os planos do Governo nas reformas institucionais que realiza atualmente. A fim de promover o desenvolvimento local, existe também o Projeto de Reflorestamento e de Produção de Energia e de Óleo Combustível, na zona fronteira da República Dominicana com o Haiti. Mesmo assim, os valores aplicados nesse setor temático são baixos. Executa-se o “Projeto Corredor Biológico do Caribe”, com financiamento da ordem de 3.400 mil euros.

Graças a um acordo com o Escritório de Desenvolvimento Humano do PNUD, o Governo dominicano está a elaborar seis relatórios provinciais de desenvolvimento humano, com o objetivo expresso de contribuir para a coesão social e a criação de empregos nessas jurisdições, como projetos pilotos.

No mesmo sentido vai a iniciativa conjunta da União Europeia com o Banco Mundial, a desenvolver um Programa de Apoio ao Governo da República Dominicana com o fim de melhorar a gestão dos gastos públicos nas suas instituições e estamentos principais. Este programa deve reformar totalmente o setor público da República Dominicana, através de planeamento orçamental plurianual e a implementação de uma conta única em Tesouraria, conjuntamente com uma melhoria substantiva na contratação pública. O projeto deve durar 3 anos (2012-2014)⁶¹.

O Fundo Fiduciário da Gestão dos Gastos Públicos - financiado na sua totalidade pela União Europeia e dotado de 1 milhão de euros - será administrado pelo Banco Mundial, que por sua vez

⁶⁰ A propósito ver informação disponível em:

http://eeas.europa.eu/delegations/dominican/projects/list_of_projects/projects_es.htm#conflict-prevention

Consultado em 17/02/12

⁶¹ A propósito ver informação disponível em:

<http://siteresources.worldbank.org/INTDOMINICANREPUBLIC/SPANISH/Resources/TF-Final-note.pdf>

Consultado em 19/03/12

será a entidade responsável por implementar o programa de atividades referentes, em coordenação com os ministérios da Fazenda e da Economia.

As diferentes experiências até o momento dão mostras claras do alinhamento e harmonização da cooperação entre entidades doadoras análogas, agora em ação conjunta, a fim de atingir os objetivos de desenvolvimento do país, conformes os ODMs globais.

Mais recentemente a União Europeia⁶² assinou acordos de financiamento com o Escritório do Ordenador dos Fundos Europeus para o Desenvolvimento na República Dominicana por 15,3 milhões de euros. Desses, 13,6 milhões orientaram-se para reforçar o programa de apoio orçamental já referido e os restantes 1,7 milhões destinaram-se a um Projeto para a Facilitação da Cooperação Técnica no marco do Programa Indicativo Nacional.

Enfim, existe uma longa lista de iniciativas, projetos e programas – de apoio ao setor da educação, da saúde, do desenvolvimento das capacidades humanas, da construção de infraestrutura para o progresso, de suporte ao setor mineiro, agrícola e de turismo, e ainda, realizados, em processo ou por realizar, que tomaria muitas páginas e capítulos para explicar cada um, o que nos desviaria do propósito expresso neste trabalho investigativo.

O que importa é que todas estas ações se encaixam numa clara política da União Europeia em apoiar à República Dominicana na melhora da qualidade dos gastos públicos e no desenvolvimento institucional e em geral, na luta contra a pobreza e a promoção da competitividade, ao trabalhar ombro a ombro com os ministérios implicados, assim como com as organizações da sociedade civil e instituições locais.

4.2 - Programas e Projetos de Cooperação Implementados pelos Organismos das Nações Unidas na República Dominicana

Os principais organismos internacionais das Nações Unidas relacionados com o desenvolvimento na República Dominicana são:

- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Program / UNDP);
- CNUCD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development / UNCTAD);
- PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environmental Program / UNEP);
- ONUAA, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (United Nations Food and Agriculture Organization / FAO);
- ONUE, Organização das Nações Unidas para a Educação, (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / UNESCO);
- FNUI, Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund / UNICEF);
- OMS, Organização Mundial da Saúde (World Health Organization / WHO);

⁶² A propósito ver informação disponível em: DIARIO@DIARIO, Nacionales, 23 de febrero, 2012

- AIEA, Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency / IAEA);
- ONUDI, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (United Nations International Development Organization / UNIDO);
- OMM, Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization / WMO).

Em função das características do presente estudo investigativo, vamos-nos focar no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶³ na República Dominicana. O PNUD forma parte do Sistema das Nações Unidas no País desde no ano de 1964.

A partir do ano 2000, todas as suas ações passaram a ser enquadradas dentro dos parâmetros estabelecidos pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), com o propósito expresso de reduzir a pobreza para metade dos níveis atuais no ano 2015, mediante o fomento de alianças para o desenvolvimento.

Por isso, e durante todo este tempo, o PNUD tem acompanhado as autoridades da República Dominicana nos processos de implementação e execução de programas e projetos ao fim de fortalecer as capacidades nacionais, assim como a transferência de conhecimentos por parte dos seus especialistas e o amplo círculo de parceiros.

No marco do processo de reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), o PNUD coordenou e participou, conjuntamente com o Governo, as agências da ONU, parceiros estratégicos e demais instituições doadoras no país, na elaboração duma estratégia de cooperação alinhada com as prioridades nacionais, destinada a produzir um maior impacto dos projetos e ou programas, para a promoção dum paradigma de desenvolvimento humano, num processo que amplie as opções das pessoas e fortaleça as capacidades humanas até o máximo possível.

Assim, e com o objetivo de dar resposta aos desafios identificados nos ODMs, o PNUD apoiou a preparação do Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento na República Dominicana (MANUD o UNDAF) 2007-2011, onde se demarcam quatro grandes áreas de cooperação:

- a) A Governabilidade Democrática;
- b) O Crescimento e o Desenvolvimento com Equidade;
- c) Os Serviços Sociais de Qualidade;
- d) Uma Gestão Ambiental Sustentável;
- e) Uma Gestão de Riscos ante Emergências e Desastres Naturais.

Em seguida, o PNUD desenhou um Plano de Ação do Programa País (2007-2011), na procura de contribuir para a concretização das metas fixadas no MANUD, a fim do que o seu apoio seja muito mais efetivo e favoreça toda a população dominicana.

Nesse particular, para cada uma das áreas de ação, na República Dominicana, o PNUD desenvolveu suas visões estratégicas específicas, ao propor linhas de ação específicas e ao identificar possíveis alianças. Em todos os casos, trata-se de apoiar a melhora dos processos de

⁶³ A propósito ver informação disponível em: <http://www.pnud.org.do/info/pnudrd> Consultado em 05/02/12

formulação e de gestão de programas e projetos e o desenvolvimento das capacidades nacionais, assim como o fortalecimento de novas alianças e articulações entre diferentes níveis do Governo.

O PNUD tem sido acompanhado, tanto no âmbito local, como na sociedade civil e no setor privado, com a provisão de assessoria ao alto nível, através da promoção e facilitação do diálogo mediante foros neutros, serviços de desenvolvimento, projetos e assistência de outras agências do Sistema das Nações Unidas, ao focar o seu trabalho em cinco áreas temáticas:

- a) Governabilidade Democrática;
- b) Redução da Pobreza;
- c) Meio Ambiente e Energia;
- d) Prevenção e Recuperação das Crises;
- e) VIH-SIDA.

Em todas as atividades o PNUD propugna pela proteção dos direitos humanos e, muito especialmente, a potencialização da mulher. Mediante uma rede mundial, esta instituição trata de identificar e difundir os meios de promover a igualdade de género numa dimensão essencial para assegurar a participação e a responsabilidade política, o fortalecimento económico e o planeamento efetivo do desenvolvimento, a prevenção das crises e a solução das controvérsias, o acesso a água limpa e aos serviços de saneamento e energia, o uso ótimo das novas tecnologias com vista a promover o desenvolvimento, a mobilização de toda a sociedade contra a propagação e erradicação definitiva do VIH SIDA, bem como o uso da rede de Voluntários das Nações Unidas (VNU).

Existe uma coordenação interagencial. Nesse sentido, o Representante Residente do PNUD no país coordena as atividades interagências do Sistema das Nações Unidas, pelo que assume o cargo de Coordenador Residente da ONU. No marco do processo de reforma das Nações Unidas estão a processar-se mudanças orientadas para a melhoria da sua contribuição ao desenvolvimento e ao respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais dos dominicanos e dominicanas.

Os objetivos mais ambiciosos deste programa de reforma são aumentar a eficiência da organização no cumprimento dos princípios, valores e objetivos traçados pelos Estados Membros da ONU e fortalecer o papel, capacidade e efetividade das Nações Unidas para responder melhor e com maior impacto aos obstáculos e desafios do mundo de hoje, em permanente mudança, bem como atingir uma resposta coordenada com as necessidades principais do país.

Pode-se afirmar que na República Dominicana há um projeto político de longo prazo através do qual o país procura atingir um melhor e maior impacto ao assumir como o marco de referência para a ação política a Conferência do Milénio. Os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio levam à adoção por parte do País de uma estratégia de cooperação muito bem coordenada, que seja consistente e esteja alinhada com as prioridades nacionais, sempre a trabalhar na simplificação e harmonização das regras e procedimentos que facilitem o trabalho com o Governo e a sociedade civil e evitem incorrer em maiores gastos administrativos para que os recursos estejam disponíveis a ser canalizados para os que mais deles precisam.

A reforma vai muito para além da harmonização, simplificação e integração programática. O objetivo mais abrangente é o de atingir maior impacto substantivo e potencializar o resultado obtido a partir das contribuições financeiras investidas na cooperação.

O primeiro Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano com informações da República Dominicana publicou-se em 1997. O mesmo apresenta uma síntese das informações globais sobre o desenvolvimento humano até esse ano, bem como as tendências dos principais indicadores.

O segundo relatório publicado no ano 2000, continha um diagnóstico sobre os problemas do país de então. Apresentavam-se os processos de reforma em curso e destacava-se o elevado crescimento económico verificado no país. O relatório apresentava recomendações no sentido de ampliar as capacidades humanas com o objetivo expresso de aumentar o acesso às novas oportunidades pelos dominicanos. Desde então, o PNUD tem apoiado o Governo e sociedade dominicana em diversos aspetos do desenvolvimento humano.

Todo este trabalho desenvolvido pelo PNUD durante este período trouxe os seus elevados frutos. Por exemplo, o trabalho desenvolvido pelo PNUD com a Câmara de Contas contribuiu para que este organismo estatal executasse as suas funções de maneira muito mais eficiente. Através da reorganização da sua estrutura interna e da revisão de todos os processos, o PNUD marcou pautas sobre a correta gestão que deve seguir este órgão supervisor.

Igualmente, o trabalho de capacitação que realiza com as Câmaras de Deputados e de Senadores do Parlamento, tem sido mais uma colaboração do PNUD na procura de que os representantes do povo dominicano tenham um melhor desempenho nas suas funções. Outros importantes projetos relacionam-se com a reforma da justiça e a segurança dos cidadãos.

Assim mesmo, o respaldo dado à Direção-Geral de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial contribuiu para o desenvolvimento local da sociedade dominicana. Esta iniciativa foi promovida pela Associação das Comunidades Locais e dos atores sociais, em torno aos ODMs.

Outro importante projeto foi o trabalho feito com os jovens membros dos partidos políticos a fim de melhorar a sua integração na direção partidária e na tomada de decisões. O PNUD organizou junto desses jovens a primeira campanha partidária na República Dominicana de promoção do voto consciente a qual se transformou numa campanha permanente de participação juvenil. Atualmente, esta campanha tem uma página web e foros sociais *on line*, o que incentiva a participação e a educação da cidadania.

Também, desde o 2008, o PNUD trabalha com a Junta Central Eleitoral (JCE) num sistema de registo da identidade, o qual tornou possível que nove mil pessoas carentes de certidão do nascimento agora a tenham e que hoje os seus beneficiários sejam reconhecidos legalmente como indivíduos com direitos.

No setor dos recursos naturais, o PNUD ofereceu apoio ao Ministério do Meio Ambiente na formulação de políticas e impulsionou projetos de desenvolvimento sustentável, como os financiados pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), assim como a Capacidade 2015

(mecanismo para fortalecer iniciativas de desenvolvimento sustentável dos governos), particularmente na promoção das energias alternativas.

Através do Programa de Pequenos Subsídios (PPS), estabelecido como resultado da I Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (“Cúpula da Terra”, Rio de Janeiro, 1992), em conjunto com a sociedade civil e as comunidades envolvidas, com fundos reembolsáveis, sustenta que os problemas ambientais podem ser confrontados de maneira adequada na medida em que as próprias comunidades se envolvam, mesmo com poucos recursos económicos, na melhoria da sua qualidade de vida e do meio ambiente.

Nesse sentido, o projeto realizado em várias comunidades rurais com fracos recursos, como Los Naranjales (em Peravia), Angostura e Paso de la Perra (em Jarabacoa), onde o Governo Dominicano, junto com o PNUD e os outros organismos internacionais, acordaram pôr em funcionamento um sistema de eletrificação rural baseado em fontes renováveis de energia.

Um total de 55 comunidades rurais, de 3,350 famílias e mais de uma dezena de organizações locais), podem agora aceder a fontes de energia limpa e renovável, a baixo custo e de maneira sustentável.

Por exemplo, no caso de Lomita de Pinar Quemado (e também em Jarabacoa), a comunidade decidiu dotar-se de energia ao aproveitar o potencial hidrelétrico do Arroio Loma del Rancho. Este pequeno sistema hidrelétrico, com 10 quilowatts de potência, beneficia permanentemente 45 famílias que anteriormente permaneciam às escuras – principalmente por estarem em lugares afastados e isolados na montanha —, o mesmo ocorrendo com a escola local e outros estabelecimentos comunitários⁶⁴.

Ao mesmo tempo, o PNUD trabalha com a Direção Técnica do Gabinete Social, assim como com as duas entidades que constituem os instrumentos operativos de apoio às transferências condicionadas e aos subsídios sociais - como o Sistema Único de Beneficiários / SIUBEN e a Administradora de Subsídios Sociais / ADESS-, o programa oficial para ajuda às famílias menos favorecidas denominado “Solidaridad”, o qual consiste em dar apoio técnico, dentro duma plataforma tecnológica, para a modernização da infraestrutura existente, através do diálogo e a procura de consenso nas comunidades locais. Está a fazer-se capacitação de pessoal, com monitorização constante. Desta forma, incrementou-se o número de beneficiários dos programas sociais a 845.752 pessoas, ao oferecer subsídios no valor de 20,000 milhões de pesos dominicanos, de forma oportuna, transparente e eficiente.

Na área da prevenção e mitigação de efeitos dos desastres naturais, logo após a passagem das tempestades tropicais Olga e Noel no ano de 2007, o PNUD apoiou a 32 comunidades afetadas, e deu assistência técnica e financeira não reembolsável. Hoje as comunidades que receberam essa ajuda têm pequenos negócios que criam empregos, melhoram o consumo de alimentos e geram rendimentos para essas comunidades.

⁶⁴ A propósito ver informação disponível em: Listín Diario, 19 de fevereiro, 2012

Outro importante programa é o dirigido à substituição de clorofluorcarbonos (CFCs), que alcançou o seu objetivo de eliminar o consumo, o que contribuiu para que metas pautadas para cinco anos fossem atingidas.

O Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (MANUD 2012-2016) tem sido preparado pela Equipa das Nações Unidas na República Dominicana junto ao Governo da República Dominicana, especificamente com o Ministério de Economia, Planeamento e Desenvolvimento, o qual está alinhado com as prioridades nacionais expressas então no Projeto de Lei de Estratégia Nacional do Desenvolvimento 2030. Nele está previsto, em detalhe, a cooperação das agências, fundos e programas do Sistema das Nações Unidas na República Dominicana e os obstáculos que enfrenta o país com relação aos ODM.

No contexto específico da República Dominicana, o MANUD coincidiu com um intenso processo de reforma e modernização constitucional e institucional do Estado dominicano, o que tem facilitado o alinhamento com as prioridades nacionais do processo de planeamento estratégico do Sistema das Nações Unidas. No ano 2010, quando foi aprovado e promulgado o novo texto constitucional, foi apresentado ao Congresso Nacional para a sua aprovação o *Projeto de Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030, sob a epígrafe de Uma Viagem de Transformação para um País Melhor*.

Neste marco, o Sistema das Nações Unidas na República Dominicana (SNU), desde o início do seu processo de planeamento estratégico e programação 2012-2016, assumiu o compromisso de alinhar-se com as metas nacionais expressadas no Projeto de Estratégia Nacional de Desenvolvimento, a partir da perspectiva dos ODMs, os direitos humanos e dos princípios de Eficácia da Ajuda (contidos na Declaração de Paris e no Programa de Ação de Acra, como vimos anteriormente) a ter como norte a Estratégia Nacional de Desenvolvimento. O SNU trabalhou coletivamente, em permanente coordenação com o Governo Dominicano, para contribuir como um marco estratégico que reflete o valor agregado próprio do seu mandato, o seu conhecimento técnico e a sua experiência.

Como resultado do trabalho de análise e planeamento conjunto com o Ministério de Economia, Planeamento e Desenvolvimento, a Equipa Nacional do SUN identificou quatro grandes áreas de contribuição estratégica para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030: a promoção da inclusão social e económica, o empoderamento e promoção dos direitos das mulheres, a proteção dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, e a sustentabilidade ambiental, com uma gestão integral dos riscos.

O total dos recursos financeiros estimados para a implementação do MANUD 2012-2016 é de USD \$ 78,633,304, soma que inclui as contribuições do orçamento regular e os recursos a mobilizar pelo SNU junto ao Estado dominicano.

Na área de governabilidade, mediante o *Projeto de Reforma e Modernização do Estado*, o PNUD contribuiu para as reformas, melhoria dos serviços públicos e para a elaboração de um marco legal para a descentralização.

Com respeito ao âmbito da redução da pobreza, o PNUD apoiou micro e pequenas empresas o desenvolvimento de sistemas locais de saúde, assim como o programa de prevenção e controlo do VIH SIDA.

Em termos de gestão dos recursos naturais, o PNUD ajudou à reforma do marco legal e institucional deste setor, mediante a Lei No. 64 do ano 2000, e a criação do Ministério de Meio Ambiente, no sentido de envolver o país nos acordos internacionais sobre o tema em questão.

Por outro lado, o PNUD contribuiu para o estabelecimento do Ministério da Mulher, assim como para seu desenvolvimento participativo no Plano Nacional de Ação para a Igualdade de Género, bem como facilitou a criação de espaços de diálogo e de consenso, com uma ativa participação de amplos setores da sociedade.

Em relação ao programa realizado durante o período 2003-2006, o PNUD deu prioridade às suas áreas básicas de intervenção, após confirmadas mediante um processo participativo entre o Governo Dominicano e a sociedade civil, principalmente na elaboração da estratégia nacional para a redução da pobreza. Nesse sentido apoiou a então Secretaria Técnica da Presidência (hoje, o Ministério de Economia, Planeamento e Desenvolvimento) e a ONAPLAN (Escritório Nacional de Planeamento) na realização dum censo. Também contribuiu para estudos macroeconómicos e algumas medidas concretas a fim de enfocar os gastos públicos nos setores mais desfavorecidos, ainda que a grave situação de crise interna durante os anos 2003 e 2004 tenha atrasado muito os planos previamente definidos.

4.3 - Programas e/ou Projetos do Banco Mundial na República Dominicana

O Banco Mundial, em colaboração com o Governo Dominicano, tem elaborado um plano de ação denominado *Aliança Estratégica com o País* cujo objetivo específico é a redução da pobreza em geral, ao promover o desenvolvimento económico, de acordo com as condições locais do mesmo a fim de contribuir para atingir as metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Esta instituição financeira tem realizado muitos projetos e programas na República Dominicana durante os últimos anos, mas neste trabalho apenas vamos mencionar alguns que estão neste momento ativos⁶⁵.

Nesse contexto, o Projeto de Desenvolvimento Municipal destaca-se pela importância e resultados tangíveis na promoção da boa governança. Ativo desde 2010 e dotado de um orçamento de 20 milhões de dólares, procura melhorar a capacidade técnica e financeira dos governos locais. Foi implementado pelo atual Ministério de Economia, Planeamento e

⁶⁵A propósito ver informação disponível em:

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/DO/MINICAREPUBLICINSPANISHEXT/0,,menuPK:509093~pagePK:141159~piPK:51067387~theSitePK:500740,00.html> Consultado em 12/05/12

Desenvolvimento, em 30 municípios pré-selecionados pelas suas carências, Bayaguana, Padre Las Casas, Matas de Farfán, Tamayo e Polo.

Por outro lado, existe o Projeto de Água e Saneamento em Zonas Turísticas. Dotado de 27,5 milhões, tem estado a beneficiar cerca de 130 mil dominicanos residentes nas áreas mais humildes próximas de alguns dos mais luxuosos resorts, especificamente em Puerto Plata.

Outra importante iniciativa conjunta do BM e do Governo Dominicano é o Projeto de Reabilitação das Redes de Distribuição de Eletricidade – 42 milhões de dólares, desde 2008-, com o objetivo expresso de melhorar o serviço aos clientes das empresas distribuidoras EdeNorte, EdeSur, e EdeEste (EDES) no país. Este projeto pretende reduzir tanto as perdas técnicas como o roubo de energia dos circuitos das EDES, bem como melhorar a qualidade do serviço aos clientes regulares.

Desde 2008, o Projeto de Recuperação de Emergências e de Gestão de Desastres, então dotado de 80 milhões (em nova versão, de 2011, com mais 20 milhões) oferece respaldo aos esforços do Governo após a passagem pelo país das periódicas tempestades tropicais e ciclones recorrentes, ao financiar ações para a reconstrução e restauração das estruturas afetadas dos setores de eletricidade, irrigação, água e saneamento, como auxílio dos danificados e aos setores da população mais vulneráveis.

O Projeto de Proteção Social, dotado de 19,4 milhões, e desde o 2007, com uma contrapartida nacional de 2,6 milhões de dólares, procura contribuir de maneira significativa a que os dominicanos provenientes dos estratos mais pobres, e não documentados, possam obter o seu documento de identidade a fim de aceder os programas do Governo de educação, nutrição, capacitação e seguro médico. Com o apoio para-legal da Oficina do Procurador-Geral da República e da Suprema Corte de Justiça, tem melhorado a eficiência e os resultados na expedição dos referidos documentos, sempre sob a constante vigilância da sociedade civil.

Também, o Projeto de Desenvolvimento Juvenil, desde o 2006, com 25 milhões, é apoiado pelos Ministérios de Trabalho e de Educação, ao ter em vista melhorar as possibilidades de emprego dos jovens em risco provenientes dos lares pobres, os quais passaram a ter a possibilidade de receber a capacitação e educação complementar, participar em práticas de trabalho e a aprender importantes habilidades para a vida, assunto de interesse para os empregadores.

Ao atuar junto à Federação de Municípios da República Dominicana, o BM publicou o Guia Metodológico de Género e Governabilidade Municipal, a fim de promover o fortalecimento institucional e a inclusão social, dentro do marco do projeto homônimo, o qual foi implementado nas populações de Higüey, Mao e Esperanza. Para esse mesmo fim, também contribuíram as fundações nacionais privadas Progreso e Solidaridad.

Conforme o Relatório do Banco Mundial sobre Desenvolvimento Mundial 2012 “Igualdade de Género e Desenvolvimento”, a participação das mulheres como agentes económicos, políticos e sociais pode modificar as decisões sobre políticas a implementar e fazer que as instituições sejam mais representativas, ao oferecer uma maior variedade de opiniões.

O mesmo relatório indica que quando os chefes dos governos locais são mulheres, tem-se provado que as decisões sobre os gastos públicos têm sido mais orientadas para as preferências das mulheres na sociedade. Isto traduz-se em melhores resultados, em muitos âmbitos, nomeadamente saúde e educação e maior autonomia económica⁶⁶.

Por outro lado, em 2012, foi aprovado o Projeto de Gestão dos Gastos Públicos, com o apoio da União Europeia, como já mencionamos anteriormente, a fim de contribuir para a reforma das finanças públicas na República Dominicana, mediante melhor planeamento orçamental plurianual, a implementação de uma conta única de Tesouraria e a melhoria da contratação pública.

4.4 - O Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) no País

O BID tem desenvolvido uma infinidade de projetos durante os últimos anos na República Dominicana, os quais definitivamente têm contribuído para o fortalecimento institucional do país, assim como melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento das populações menos favorecidas.

A título ilustrativo, podem mencionar-se vários projetos. O Projeto DR-71056, aprovado em 2009 e concluído em 2012, tem ajudado a melhorar o acesso aos serviços de água potável e o saneamento rural, junto do Instituto Nacional de Águas Potáveis e Esgotos (INAPA) do País.

O projeto DR- M1027, aprovado em 2010 e ainda em processo de implementação, pretende contribuir para melhorar a competitividade e o acesso ao mercado dos microempresários tecedores de guano, a fim de potenciar a capacidade produtiva das tecedoras e diversificar a produção ao dar um maior valor agregado.

O Projeto DR- T1043, aprovado também no 2010, pelo qual se financia a contratação de firmas de consultoria reconhecidas no setor energético, com o objetivo de fazer um estudo para melhorar a eficiência energética na República Dominicana.

O Projeto DR- L1051, recentemente aprovado (2011), que consiste na construção, operação, e manutenção dum parque eólico de 50 MW na localidade de Guanillo, Monte Cristi, com uma soma disponível de 126 milhões, 880 mil dólares.

O Projeto DR-1075, aprovado em janeiro de 2011, e completado em dezembro do mesmo ano, contribuiu para a preparação do Programa Nacional de Turismo- Santo Domingo, Ciudad Colonial, e foi orientado para dinamizar a competitividade do turismo nesta zona, através do apoio à diversificação da oferta mediante novos produtos conforme aos mercados e segmentos de procura altamente rentáveis.

⁶⁶ A propósito ver informação disponível

em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/DOMINICAREPUBLICINSPANISHEXT/0,,contentMDK:23131095~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:500740,00.html> Consultado em 12/05/12

Nesse mesmo sentido foi recentemente aprovado (dezembro, 2011), o Projeto DR- M1035 de apoio à conservação dos recifes de coral nos litorais marinhos do país, com o objetivo de sensibilizar a indústria do turismo, assim como as comunidades das mediações, do inestimável valor dos mesmos, com o propósito de zelar por esses “jardins” como uma atividade profissional ligada ao turismo ecológico.

Poderíamos descrever muitos outros projetos concluídos, aprovados ou em preparação, realizados durante os últimos anos no país, para fins comuns de desenvolvimento e institucionalização nacional. Nos limitaremos aqui a demonstrar a interconexão do fornecimento da ajuda e os seus efeitos e resultados tangíveis nos países, neste caso em específico, na República Dominicana.

4.5 - Cooperação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a República Dominicana

A OEA contribui, por meio de programas e atividades realizadas no País, para o desenvolvimento nacional, inclusive com iniciativas conjuntas focadas principalmente aos temas da democracia, das instituições e no desenvolvimento sustentável⁶⁷.

Existe o Programa de Desenvolvimento das Capacidades Institucionais Democráticas, patrocinado pela OEA para a participação dos jovens na política pública local, o qual procura promover o desenho e a implementação de uma série de mecanismos participativos conducentes ao diálogo e a concertação no âmbito das políticas e experiências, trocas de informações e práticas ótimas com o objetivo de que as políticas nacionais da juventude reflitam as suas necessidades e direitos, e assim contribuam para o seu normal e eficaz desenvolvimento.

Também existe o Programa de Capacitação sobre a Vulnerabilidade Ambiental para a prevenção e mitigação dos efeitos dos desastres sísmicos no país, a fim de aumentar a capacidade de resposta da população frente a eventos dessa natureza.

Outra ação para o desenvolvimento interessante é o Programa de Desenvolvimento dos Empreendimentos Rurais, o qual pretende criar novas oportunidades socio-econômicas que melhorem a qualidade de vida das mulheres e homens da zona rural.

Assim mesmo, a realização de seminários com temas tão importantes e atuais como “A Igualdade entre Mulheres e Homens nos Programas Eleitorais” (março, 2012), o qual perfilhou um encontro com os candidatos presidenciais a participar nas próximas eleições (maio, 2012), ou o seminário sobre “Análise de Riscos dos Passageiros das Companhias Aéreas” (fevereiro, 2012).

⁶⁷ A propósito ver informação disponível em:

http://www.oas.org/es/acerca/offices_detail.asp?sCode=DRE

Consultado em 08/03/12

4.6 - As Agências Bilaterais de Cooperação na República Dominicana

A ajuda fornecida pelas diferentes agências de cooperação internacional (USAID, JICA, AECID, KOICA, etc.), delegações diplomáticas, e representantes autorizados dos ministérios e instituições envolvidos dos países doadores na República Dominicana, distribui-se pelos seguintes setores: educação, produção, saúde e população, infraestrutura econômicas e serviços. Além destas, há ações relacionadas com a dívida externa do país e até mesmo com a assistência humanitária, entre outras.

Um exemplo disto é o projeto para fomentar uma agricultura sustentável levado a cabo pela Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA) e o Instituto Dominicano de Investigações Agropecuárias e Florestais, onde se tem obtido como resultado melhorias significativas na produtividade da mandioca, da banana, da berinjela, entre outras frutas e vegetais. A iniciativa também visa melhorar a qualidade de vida dos produtores participantes, através da promoção e acesso a mercados competitivos de pequenos produtores e da transferência de tecnologia sustentável⁶⁸.

Outro exemplo de iniciativa da JICA na República Dominicana é o Projeto para o Fortalecimento da Saúde Primária implementado nas províncias de Samaná (zona noroeste) e San Francisco de Macorís, a fim de promover serviços adequados nesta área aos seus residentes, principalmente a mães e crianças. Cabe destacar também o projeto para um turismo sustentável na província de Puerto Plata, com participação público-privada. Assim mesmo, o Programa de Desenvolvimento Fronteiriço em Dajabón.

Outro exemplo de cooperação bilateral no país é o projeto auspiciado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁶⁹, mediante a Aliança para o Desenvolvimento Dominicano (MLB-USAID/DDA), através do Fundo de Investimento para a Proteção Ambiental (FIPA), em conjunto com o Instituto de Investigações e Desenvolvimento Dominicano (IIDD), o Ministério de Meio Ambiente e Recursos Naturais da República Dominicana, e a Prefeitura de Juan Herrera, no sudoeste do país, onde se construiu uma fábrica de abono orgânico, a primeira em toda a região, como projeto modelo para a colheita do lixo e geração de entradas para toda a sua gente, com custos de elaboração repartidos entre a USAID (45 %) e o Estado dominicano (a municipalidade, 55%). Também o projeto para o desenvolvimento da comunidade do Batey, dentro do Projeto de Diversificação Rural (USAID-RED).

De referir igualmente o Projeto para Centros de Excelência Materno-Infantil, de apoio aos hospitais da República Dominicana, também da USAID, em conjunto com o Ministério de Saúde Pública e Assistência Social, visa fortalecer as capacidades gerenciais (administrativas), humanas, de infraestruturas, entre outras, encontra-se dotado de 14,8 milhões, desembolsáveis anualmente até o 2014. Ou o projeto para o melhoramento do setor Justiça.

⁶⁸ A propósito ver informação disponível em: http://www.oei.es/divulgacioncientifica/noticias_050.htm
Consultado em 18/03/12

⁶⁹ A propósito ver informação disponível em: http://www.usaid.gov/dr/index_es.htm Consultado em 09/03/12

Assim mesmo, a Aliança para o Desenvolvimento dum Turismo Sustentável na República Dominicana (DSTA), tem implementado uma série de importantes projetos e programas nesse setor tão vital para o nosso país.

O Programa de Bolsas Fullbright -usufruído por muitos dominicanos- é administrado pela Embaixada dos Estados Unidos e pelo USAID no país. Considera-se como uma das iniciativas dessa natureza mais diversificada e de maior abrangência existentes na atualidade no mundo. Os bolsistas são selecionados pelos seus méritos acadêmicos, qualidades de liderança, compromisso social e excelência, ao ter a oportunidade de estudar até 2 anos de estudo no país promotor e assim obterem um título acadêmico reconhecido.

Por sua vez, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), através do seu Escritório Técnico de Cooperação, desenvolve uma infinidade de projetos e programas focados no desenvolvimento do país que envolvem muitos ministérios e organismos oficiais.⁷⁰

A estratégia da AECID encontra-se definida no Plano Diretor 2009-2012. A nível da República Dominicana esta agência rege-se pela VII Comissão Mista Hispano-Dominicana 2009-2012.

Nesse sentido, e no setor da governabilidade democrática, a AECID e a Suprema Corte de Justiça desenvolvem na atualidade o Projeto de Melhoria de Acesso à Justiça Penal na República Dominicana, para melhor eficácia da gestão jurisdicional, melhorar o acesso dos cidadãos à justiça, e modernizar a gestão administrativa.

Nesse mesmo sentido, o Projeto de Fortalecimento do Sistema de Planificação Institucional da Procuradoria-Geral da República levará à elaboração de um Plano Estratégico, até 2015, assim como ao redesenho do sistema de planeamento institucional.

No âmbito do Legislativo, há o Projeto de Fortalecimento da Câmara de Deputados no Congresso Nacional, com o objetivo expresso de aumentar as capacidades dos congressistas dominicanos no cumprimento das suas funções, atribuídas pela Constituição da República, com maior eficiência, eficácia e transparência.

No setor de desenvolvimento rural e de combate à fome, existe o Projeto de Desenvolvimento Rural Territorial (PRODESUR), o qual, e através do impulso básico de três cadeias produtivas, a aquicultura, a cafeicultura e a produção caprina, pretende promover a investigação, a validação e a transferência tecnológica no País.

Na área do acesso ao conhecimento, há o Projeto de Apoio Orçamental com Enfoque Setorial na Educação, a fim de criar um sistema de educação de qualidade (atualmente uma das mais altas prioridades do Governo dominicano), entre tantos outros projetos e programas desenvolvidos pela AECID no país.

⁷⁰A propósito ver informação disponível em:

http://www.aecid.org.do/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=28 Consultado em 23/02/12

Assim mesmo, a GETZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit), desde 2011, o GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) ou Agência Alemã de Cooperação Internacional, realiza numerosos e interessantes projetos na República Dominicana, principalmente em apoio ao desenvolvimento sustentável no País.

Cabe igualmente mencionar o Projeto de Manejo Adequado dos Recursos Naturais; o Projeto para a Redução das Emissões por Desflorestamento e Degradação Ambiental, o Projeto Sub-regional de Cooperação Sul-Sul HIV/AIDS, o Projeto de Reconstrução e Gestão de Riscos de Desastres na Região Fronteiriça, e o Projeto de Combate à Desertificação no Caribe e América Central, entre tantos⁷¹.

Outra também importante entidade de similar função, e com caráter bilateral no país, é a Agência de Cooperação do Coreia (KOICA). Estabelecida no ano de 1991 pelo Governo coreano com a finalidade de apoiar o desenvolvimento económico nas nações associadas, abriu recentemente, em 2005, um escritório na República Dominicana para esses fins.

Exemplos deste tipo de cooperação são os Programas de Redução de Gravidez nas Adolescentes e o de Fortalecimento no Atendimento Médico das Mulheres Jovens na República Dominicana, realizados em conjunto com o Ministério da Mulher no País. Sua primeira etapa começou no 2006 e a segunda no 2008, no sentido de atingir os seus objetivos mediante a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, da melhora do cuidado da saúde sexual e reprodutiva, levado a cabo em províncias seleccionadas. Em processo, está a construção dum Centro de Saúde Sexual e Reprodutiva para Adolescentes e Jovens.

Existem 41 voluntários, disseminados pelas diversas instituições governamentais do país, que trabalham nas áreas da Educação Musical, Idioma Coreano, Tae Kwon Do, Florestas, Desenvolvimento Energético, Belas Artes, Engenharia Civil, Informática, Enfermaria e Bem-Estar Social⁷².

No entanto, pode-se observar também que existe muita ajuda para o desenvolvimento não aproveitada pelo país. Um exemplo palpável disto é a Agência Canadense de Cooperação Internacional (ACDI)⁷³, a qual tem muitos programas de cooperação nos quais a República Dominicana poderia perfeitamente participar, assim como no Programa Regional Interamericano ou nos Programas Internacionais de Assistência Humanitária, o que de facto não oc

⁷¹ A propósito ver informação disponível em: <http://www.gtz.de/en/weltweit/lateinamerika-karibik/2806.htm> Consultado em 12/04/12

⁷² A propósito ver informação disponível em: <http://www.listin.com.do/ventana/2011/3/18/181522/print> Consultado em 12/04/12

⁷³ A propósito ver informação disponível em: <http://acdi-cida.gc.ca/dominicanrepublic> Consultado em 12/04/12

Capítulo 5

Análises das Informações Obtidas. Revisão dos Questionários. Confronto dos Dados.

A metodologia que utilizamos no presente trabalho investigativo foi do tipo dedutiva, isto é, partimos do general para o particular, através da técnica da revisão da literatura e coleta de dados, mediante a pesquisa documental e bibliográfica e para a análise do conteúdo do tema em questão, a fim de desenvolver um marco teórico que nos permita atingir os objetivos, ao chegar a conclusões satisfatórias sobre o tema.

Simultaneamente, recorremos a um questionário previamente elaborado e encaminhado de maneira aleatória, a funcionários diretivos das diferentes organizações internacionais envolvidas na Ajuda Pública ao Desenvolvimento na República Dominicana, a fim de obter informações relevantes referentes ao tema em questão e comparar suas competências dinâmicas de gestão, ao envolver assuntos tais como estratégia organizacional, processo, competitividade, recursos humanos e financeiros, conhecimentos, aprendizagem e inovação, assim como prováveis alterações sofridas durante os últimos 3 anos.

Dentro de um universo compreendendo cerca de 6 instituições internacionais envolvidas na Ajuda Pública ou Cooperação para o Desenvolvimento e com sede na República Dominicana, encaminhamos os referidos questionários a 4 das mesmas, o que quer dizer que nosso estudo abrangeu 70 % do total possível a analisar.

Os resultados dos mesmos foram relacionados numa tabela onde aparecem as respostas das instituições estudadas numa categorização de 1 a 5, conforme a percepção própria de cada instituição de seu trabalho em relação às demais. (1 - estratégia exatamente igual às demais; 5 – estratégia completamente diferente em relação às demais). As instituições selecionadas foram (por ordem de recebimento do questionário), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Agência Japonesa para a Cooperação Internacional (JICA), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

TABELA													
RESULTADOS QUESTIONARIOS													
				USAID		JICA		AECID		PNUD		AV A	AV M
				A	M	A	M	A	M	A	M		

Competitividade e Inovação										
Estratégia dos Projetos	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Qualidade dos Projetos	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Satisfação dos Beneficiários	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Alianças/Intercooperação	2	0	4	0	1	0	3	0	2.5	0
Promoção										
Publicidade	3	0	4	1	3	0	3	0	3.25	0.25
Criatividade	3	0	4	1	2	0	3	0	3	0.25
Canais Adequados entre Departamentos	3	0	4	1	3	0	3	0	3.25	0.25
Sucesso	3	0	4	0	2	0	3	0	3	0
Relação com os Beneficiários	3	0	4	0	3	0	3	0	3.25	0
Marketing	3	0	5	1	3	0	3	0	3.5	0.25
Internet Marketing	3	0	5	1	3	0	3	0	3.5	0.25
Orçamento	3	0	4	0	3	0	3	0	3.25	0
Empregados/Colaboradores										
Comportamento	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Relação com os Beneficiários	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Apoio aos Beneficiários	3	0	4	-1	1	0	3	0	2.75	-0.25
Atenção as Reclamações	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Resposta as Necessidades	3	0	4	-1	1	0	3	0	2.75	-0.25
Resolução dos Problemas	3	0	3	-1	1	0	3	0	2.5	-0.25
Processos										
Rapidez	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Fiabilidade	3	0	3	0	2	0	3	0	2.75	0
Cumprimento dos Prazos	3	0	4	1	2	0	3	0	3	0.25
Não Reclamações	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Seguridade	3	0	3	0	2	0	3	0	2.75	0
Estratégia Geral da Organização										
Estratégia Geral	2	0	4	0	1	0	3	0	2.5	0
Desenvolvimento dos Projetos										
Criação de Novos	4	1	4	0	1	0	3	0	3	0.25
Estudos para Novos	4	0	3	0	1	0	3	0	2.75	0
Resposta às Necessidades	4	0	3	0	1	0	3	0	2.75	0
Marketing										
Execução	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Gestão	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Relações Públicas	4	0	4	1	1	0	3	0	3	0.25
Imagem da Organização	4	0	4	1	1	0	3	0	3	0.25
Informação dos Beneficiários										
Recolha da Informação	4	0	3	0	1	0	3	0	2.75	0
Estudos de Mercado	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Identificação dos Beneficiários	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0

Utilização dos Resultados	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Análise da Informação	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Plano de Marketing										
Competências	3	0	5	0	1	0	3	0	3	0
Segmentação	3	0	5	0	1	0	3	0	3	0
Gestão do Plano	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Estratégias Criativas	3	0	5	0	1	0	3	0	3	0
Coerência no Planeamento	3	0	5	0	1	0	3	0	3	0
Implementação do Marketing										
Uso Eficaz dos Recursos	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Organização da Implementação	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Estratégias em Ações	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Rapidez na Execução	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Controlo de Performance	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Empreendedorismo										
Ações para o Sucesso	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Resposta doutras Organizações	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Proclividade a Riscos	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Risco a Novos Desafios	4	0	5	1	1	0	3	0	3.25	0.25
Inovação										
Inovação fruto da Investigação	4	1	1	-1	1	0	3	0	2.25	0
Novas Ideias	4	0	1	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Rapidez na Aceitação da Inovação	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Não Penalização por Erros	3	0	3	-1	1	0	3	0	2.5	-0.25
Estímulo à Inovação	4	0	2	0	1	0	3	0	2.5	0
Conhecimentos										
Geração	4	-1	3	0	1	0	3	0	2.75	-0.25
Transferência	4	-1	3	0	1	0	3	0	2.75	-0.25
Integração	4	-1	3	0	1	0	3	0	2.75	-0.25
Mudança por Experiência	4	-1	4	1	1	0	3	0	3	0
Criação de Competências	3	-1	5	0	1	0	3	0	3	-0.25
Conhecimentos para os Beneficiários	3	-1	4	0	1	0	3	0	2.75	-0.25
Conhecimentos dos Beneficiários	3	-1	3	-1	1	0	3	0	2.5	-0.5
Mudanças nas Políticas	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Conhecimentos de Gestão	4	0	3	0	1	0	3	0	2.75	0
Compartir Boas Práticas	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Integração nas Políticas de Gestão	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Mudança de Políticas	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Performance dos Projetos										
Custos Adequados	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0

Eficácia do Investimento	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Cumprimento dos Prazos	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Probabilidade de Melhoria	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Melhoria nas Tecnologias	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0

Inovação nas Tecnologias	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Inovação nos Projetos	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Novo Conceito do Projeto	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Processo										
Comunicação Eficaz	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Comunicação entre Grupos	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Comunicação entre Departamentos	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Muita Exposição do Encarregado	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Diretor Acessível aos Colaboradores	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Diretor Envolvido a Baixos Níveis	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Técnicos com Experiência	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Empregados com Experiência	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Técnicos envolvidos no Marketing	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Formação de Mercado										
Desenvolvimento de Novos Projetos	2	0	3	0	1	0	5	0	2.75	0
Promoção dos Projetos	2	0	3	0	1	0	5	0	2.75	0
Imagem ante os Beneficiários	2	0	3	0	1	0	5	0	2.75	0
Desenvolvimento de Competências	3	0	3	0	1	0	5	0	3	0
Formação Organizacional										
Espírito de Equipa	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Equipe com Troca de Conhecimentos	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Objetivo Comum da Organização	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Visão Organizacional Comum	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Visão Organizacional Partilhada	3	0	4	-1	1	0	3	0	2.75	-0.25
Interconexão das Partes Organizacionais	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
O Nosso Trabalho dentro da Organização	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Atividades definidas na Organização	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Atividades Bem Enquadradas	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25

Aprendizagem Fator Chave	3	0	1	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Valores Elementares para a Formação	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Aprendizagem para o Sucesso Futuro	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
A Formação é um Investimento	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Aprendizagem Partilhada	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Os Departamentos são Auditados	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Aprendizagem da Experiência	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Troca e Fusão de Conhecimentos										
Benéfico para os Colaboradores	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Melhor para Avançar	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Aprendizagem garantido	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Bem para a Solução dos Problemas	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Colaboradores não Partilham Ideias	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Colaboradores partilham Conhecimentos	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Colaboradores raros partilham Ideias	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Dinamismo										
Projetos tornam-se obsoletos rapidamente	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25
Fácil prever Ações da Organização	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Fácil prever Necessidades dos Beneficiados	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25

Fácil Implementação Avanços Técnicos	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Centralização das Estratégias										
Colaboradores de 1.ª Linha Decidem	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Responsáveis das Decisões	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Altos Níveis decidem a Estratégia	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Consenso para as Alterações Estratégicas		0	3	0	1	0	3	0	2.33	0
Formalização de Rotinas										
Canais Formais para os Processos	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Manuais para lidar com os Problemas	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Colaboradores de 1era. Linha por	3	0	5	1	1	0	3	0	3	0.25

a sua Conta										
Informalização Processos Não Rotin.										
Procedimentos em Tarefas Não Rotineiras	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Ante Problemas Normais, saltam-se Canais Normais	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Nada escrito sobre Tarefas Não Rotineiras	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Colabs. de 1. ^a Linha solucionam Tarefas Não Rotineiras	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Recursos Experimentais										
Conhecimento do Terreno	3	0	1	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Conhecimento dos Beneficiários	3	0	1	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Duração da Experiência Administrativa	3	0	1	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Número de Projetos	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Desempenho no Passado	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Recursos a Escala										
Número de Projetos Anuais	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Número de Colabs. Tempo Total	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Colabs. que lidam com Beneficiários	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Recursos Financeiros										
Para Projetos em vigor	2	0	2	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Para Novos Projetos	2	0	2	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Para Formação Colabs.	2	0	2	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Para Inovação e Desenvolvimento	2	0	1	-1	1	0	3	0	1.75	-0.25
Para Esquemas de Publicidade	2	0	4	1	1	0	3	0	2.5	0.25
Recursos Físicos										
Utilização Tecnologia e Equipamento Moderno	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Tecnologia para Novos Projetos	3	0	4	0	1	0	3	0	2.75	0
Inter-relação Departamental										
Fácil falar com outros Colaboradores	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Reuniões Informais entre Colaboradores	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Boa Inter-relação entre Colaboradores	3	0	1	-1	1	0	3	0	2	-0.25
Diretivos estimulam aos Colaboradores	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Boa Colaboração Interdepartamental	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0

Diretores colaboram com outros Diretores	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Canais Adequados entre Departamentos	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25

Colaboração Interdepartamental										
Cooperação Recíproca	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Cooperação para Objetivos Comuns	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Representação de todos os Projetos	3	0	2	0	1	0	3	0	2.25	0
Valor da Inovação										
Valor da mesma	5	1	3	0	3	0	3	0	3.5	0.25
Importância para o Sucesso	4	1	4	1	3	0	3	0	3.5	0.5
Benéfico	5	1	2	-1	3	0	3	0	3.25	0
Orientação para a Inovação										
Rápida Aceitação	4	1	4	1	4	0	3	0	3.75	0.5
Valoração de Novas Ideias	4	1	3	0	4	0	3	0	3.5	0.25
Procura de Novas Ideias	4	1	3	0	5	0	3	0	3.75	0.25
Integração da Inovação aos Novos Projetos	4	1	2	-1	4	0	3	0	3.25	0
Capacidade de Arriscar-se	4	1	2	-1	3	0	3	0	3	0
Reputação da Organização										
Positivo na Imagem da Organização	3	0	1	-1	3	0	3	0	2.5	-0.25
Fortalece a Imagem da mesma	3	0	1	-1	3	0	3	0	2.5	-0.25
Melhora Lealdade dos Beneficiários	3	0	3	0	3	0	3	0	3	0
Aumenta Satisfação dos mesmos	3	0	1	-1	3	0	3	0	2.5	-0.25
Liderança										
Melhora Eficácia Operacional	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Melhora Produtividade	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Permite Adoção Tecnol. Inovadoras	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Diferenciação										
Níveis de Diferenciação	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Satisfação dos Beneficiários										
Elevado Grau de Satisfação	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Projeção Desejos dos Beneficiários	3	0	2	-1	1	0	3	0	2.25	-0.25
Capital Relacional										
Interação com Organizações Afins	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Respeito Mútuo entre as	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0

Organizações										
Confiança Mútua entre as Organizações	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Alta Reciprocidade Inter-organizacional	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Complementaridade e Compatibilidade										
Recursos/Capacs. em relac. a outras Orgs.	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Compatível com as demais Organizações	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Compatível com os seus Estilos de Gestão	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
Aprendizagem										
Aprendizagem doutras Organizações	3	0	3	0	1	0	3	0	2.5	0
Melhora das Capacs. pela Inter-relação	3	0	4	1	1	0	3	0	2.75	0.25
	A- Atualidade			M- Mudança						

Primeiramente, comparámos as estratégias de competitividade e inovação desenvolvidas por as organizações da amostra e aplicadas nos respetivos projetos promovidos (ou em processo de realização) no país, ao ter constatado que não são muito diferentes entre si (em alguns casos é a mesma). Também se verifica que, nos últimos 3 anos não houve maiores mudanças, o que denota uma certa homogeneidade de gestão na sua execução.

No tema referente ao comportamento dos colaboradores ou empregados que trabalham nessas organizações, com relação ao pessoal e as instituições, que, em última instância, são os beneficiários dos projetos e programas implementados, pudemos observar que estes foram exatamente iguais em todas.

Com relação aos processos administrativos aplicados nos projetos e programas, principalmente em termos de rapidez de implementação, cumprimento dos prazos, segurança, e confiabilidade, pudemos constatar que as diferenças são quase imperceptíveis. Quer isto dizer que, conforme pudemos observar através dos resultados obtidos da análise realizada, praticamente todas as organizações fornecedoras de ajuda pública e cooperação para o desenvolvimento no país desenvolvem processos similares ao fazer o seu trabalho no meio.

A mesma situação ocorre quando falamos de criar novos projetos e na realização de estudos referentes à satisfação das necessidades dos beneficiários, apesar de no caso da USAID afirmarem aplicar uma estratégia diferente das demais, conforme as informações obtidas e que certamente revelam essa diferença.

Em termos de marketing, ou desenvolvimento das capacidades de relações públicas da organização, pudemos observar muita variabilidade nas informações obtidas. Enquanto a AECID afirmava aplicar uma estratégia de marketing exatamente igual às demais, a JICA diz aplicar uma estratégia diferente, o que nos conduz a resultados algo diferenciáveis, o talvez de percepção errada dos seus diretores pela discrepância evidenciada, o qual não permitiu chegar a resultados concludentes neste tema.

No aspeto das ações empreendidas para atingir o sucesso nos programas e projetos implementados pelas organizações consultadas, e no da propensão a se tomar riscos nas ações voltadas a atingir resultados, pudemos observar uma tendência à diferenciação, o que denota um nível de liberdade e de decisão individualizada importante entre as mesmas.

Relativamente à inovação, fruto da investigação, novas ideias, assim como da rápida aceitação das mesmas, estímulos e demais, dentro dos projetos e programas a desenvolver pelas organizações consultadas, pudemos observar, através dos resultados obtidos das questões realizadas, que este assunto é visto de maneira diferente e diversa pelas mesmas. Por exemplo, a USAID considera-se a si própria como uma organização que implementa estratégias de maneira diferente das outras. No entanto, a AECID e a JICA consideram que todas as agências têm tido comportamento bastante similar, o que aponta para uma provável tendência para que esta última afirmação, ainda não determinante.

No tema da gestão dos conhecimentos, geração, transferência e integração dos mesmos na cadeia do processo criativo, estruturador e implementador dos projetos e programas realizados, e por realizar, na República Dominicana pelas organizações fornecedoras da cooperação para o desenvolvimento, pudemos observar uma tendência homogênea nas mesmas, com comportamento similar, ao evidenciar uma nova percepção sobre este tema, ao dar a importância requerida nos últimos tempos para um bom desenvolvimento e avanço dos recursos humanos da Organização.

Precisamente, ao falar da boa performance dos atores dos projetos e programas implementados - e por implementar - , entramos no tema da boa e adequada gestão dos recursos utilizados nos mesmos, a incluir-se aí os assuntos relativos à redução de custos, à eficácia no investimento e à melhoria e atualização dos recursos tecnológicos aplicados - e por aplicar - , cumprimento das obrigações requeridas, etc. Constatamos a propósito que existe um certo consenso a respeito, da sua transcendência na organização, em termos quase igualitários.

A mesma situação pudemos observar no caso dos níveis de comunicação entre os funcionários da organização, ao propugnar a intercomunicação eficaz entre os colaboradores, entre as equipas, entre os departamentos, assim como o adequado acesso dos empregados e/ou técnicos, com os diretores. Estes normalmente costumam valorizar a sua experiência e reconhecer os seus méritos de acordo com os resultados positivos obtidos.

No que diz respeito aos níveis de formação do mercado, informação dos beneficiários e desenvolvimento das competências para satisfazer as necessidades e os requisitos dos mesmos e externar uma boa imagem, observamos que as estratégias nesse sentido são aplicadas de maneira

diferente pelas Organizações envolvidas, mas com uma leve inclinação à homogeneidade e o consenso.

Em termos de visão organizacional comum, coesiva, conjunta, espírito de equipa, interconexão entre as suas partes e troca de conhecimentos, pode-se dizer que todas as organizações praticam as mesmas diretrizes da gestão moderna.

O mesmo ocorre com todas as atividades rotineiras realizadas pelas organizações estudadas, as quais mostram-se bem definidas e enquadradas dentro dos parâmetros organizacionais requeridos universalmente e por sua vez auditáveis nas quais a aprendizagem desempenha um papel chave, elementar para o sucesso futuro de todos os atores e *stakeholders* envolvidos.

No tocante ao dinamismo das organizações, vitalidade, vigor, agilidade nas decisões, pudemos constatar que praticamente todas coincidem na sua importância. Aspectos relevantes como a importância dos projetos, são levados em linha de conta a fim de prever ações certas para evitar a sua caducidade. É igualmente importante avaliar a necessidade da inovação tecnológica com o objetivo expresso de satisfazer os requisitos, as necessidades e as aspirações das populações beneficiárias.

Quanto à centralização das estratégias organizacionais, verifica-se que os resultados foram muito similares, ao apresentarem um padrão no qual os colaboradores do escalão mais alto decidem coletivamente. As decisões cruciais das organizações são adotadas por relativo consenso, ao tomar sempre em conta as opiniões e ideias dos atores envolvidos.

Com relação à formalização das rotinas, foi avaliado se as organizações analisadas utilizam canais formais para seus processos, se existem manuais estabelecidos para lidar com os problemas, entre outros procedimentos operacionais. Todas as respostas coincidiram em afirmar que geriam situações análogas de maneira muito semelhante, principalmente no que diz respeito aos processos não rotineiros. No tocante ao uso de recursos experimentais, isto é, no reconhecimento do terreno, triagem dos beneficiários, etc., o conjunto das organizações que participaram no estudo revelaram praticar estratégias quase exatamente iguais.

No aspeto da utilização e disponibilidade dos recursos financeiros para a implementação dos projetos, assim como dos recursos iniciais necessários para a realização de estudos para novos projetos (“seed money” ou “seed capital”), ou ainda dos recursos destinados à formação dos seus quadros profissionais e técnicos, para a inovação, de para assuntos de publicidade, podemos dizer que as organizações os utilizam de maneira muito similar aos do setor privado ao nível de gestão, em cumprimento aos requisitos organizacionais internacionais estabelecidos.

Em relação aos seus recursos físicos disponíveis, isto é, infraestruturas, equipamentos, uso das novas tecnologias no desenho e implementação dos projetos e programas, podem constatar-se padrões muito semelhantes nas instituições consultadas. Quanto às relações entre os departamentos que interagem no interior das organizações, a relação entre os colaboradores, reuniões informais realizadas, a relação com os diretores, o uso de canais de comunicação adequados, a intercooperação e representatividade, constatamos que a prática das organizações é homogênea, com pequenas variações.

Quanto aos aspetos de inovação, mais especificamente, o valor ou importância atribuído pelas organizações a este importantíssimo mecanismo de gestão para o sucesso dos projetos, orientação para o seu desenvolvimento, assim como para a sua rápida aceitação e adequada valorização das novas ideias, aliada à capacidade para assumir riscos, dentro do contexto organizacional, observa-se que as estratégias aplicadas pelas diferentes organizações apresentaram diferenças consideráveis.

Com relação à imagem das organizações, boa reputação, satisfação e lealdade dos beneficiários, verifica-se um comportamento quase homogêneo das instituições.

No nível da gestão e administração organizacional interna, o *skill* da liderança, com o fim de melhorar a eficácia na implementação dos projetos e programas propostos, a performance foi também muito similar, assim como nos níveis de diferenciação das mesmas. Os mesmos resultados obtiveram-se também no nível da satisfação dos beneficiários.

Finalmente, com relação ao capital relacional interorganizacional e à sua interação com as organizações afins, respeito mútuo, reciprocidade, confiança, compatibilidade e melhora das capacidades a partir da experiência e aprendizagem de umas com as outras, pudemos perceber também que todas se comportam mais ou menos da mesma maneira.

Podemos afirmar pois que existe muita similaridade nas estratégias de gestão implementadas pelas organizações fornecedoras de ajuda pública ao desenvolvimento avaliadas, ao evidenciar boas práticas e resultados de sucesso obtidos pelas mesmas nos projetos e programas implementados e por implementar.

Por outro lado, também analisamos as variáveis dependentes e independentes que interagem no tema, e através das quais formulamos as subseqüentes hipóteses referenciadas.

As variáveis independentes escolhidas para a realização deste trabalho de investigação foram:

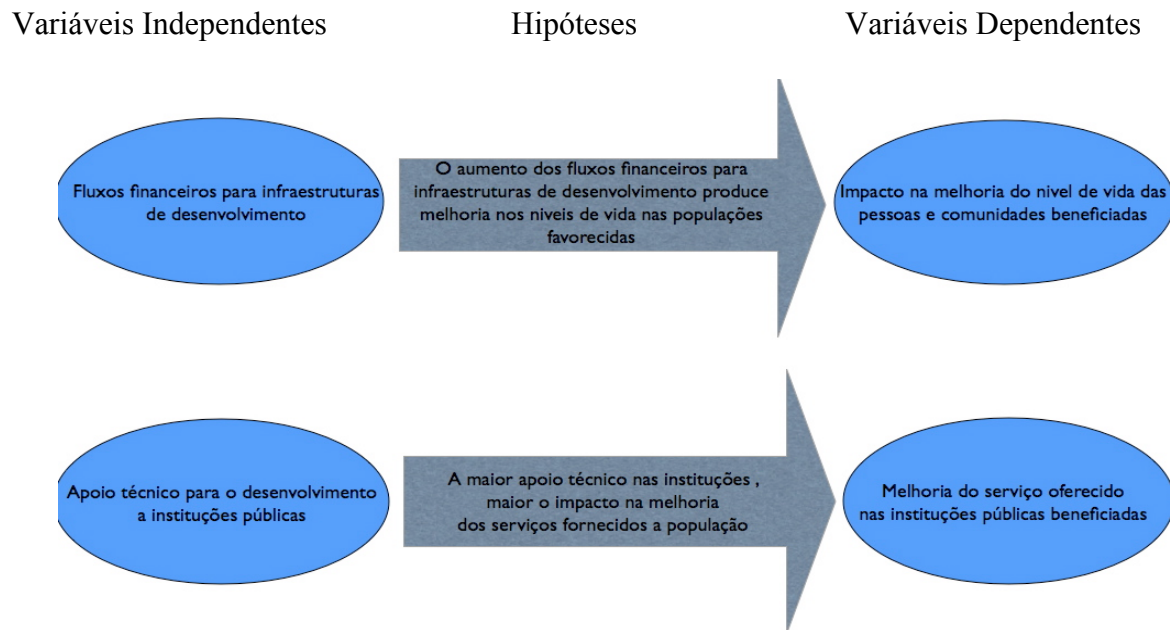
- a) Os fluxos financeiros de cooperação internacional na República Dominicana para a construção de infraestruturas de desenvolvimento;
- b) O apoio técnico para o desenvolvimento a instituições públicas na República Dominicana.

E as variáveis dependentes geradas das anteriores foram:

- c) O impacto na melhoria do nível de vida das pessoas e comunidades beneficiadas;
- d) A melhoria do serviço oferecido pelas instituições públicas beneficiadas na República Dominicana.

As hipóteses previamente elaboradas derivadas da interação das variáveis anteriores foram:

- O aumento dos fluxos financeiros para a construção de infraestruturas de desenvolvimento a produzem melhoria nos níveis de vida das populações favorecidas.
- Ao maior apoio técnico às instituições beneficiárias da cooperação com correspondente maior impacto na melhoria dos serviços fornecidos à população.



À guisa de conclusão, podemos dizer que, após revisão da documentação e os dados sobre os projetos e programas realizados no país e seus resultados verifica-se que um maior fluxo de recursos financeiros e um maior apoio técnico material das organizações internacionais envolvidas não produz necessariamente melhorias no nível de vida das populações.

Daí nos questionarmos se mais importante que a quantidade de recursos se não é a qualidade no uso destes recursos que deve ser mais valorizada, ao utilizar-se as técnicas modernas de gestão detalhadas acima, a produzir maior eficiência no uso do capital humano, material e financeiro, de forma a alcançar o bem-estar das populações e dos países ao promover o desenvolvimento sustentável nos mesmos.

Conclusões, limitações e contributos para novas investigações

Ao fim deste interessante mas também árduo trabalho investigativo chegamos às seguintes conclusões:

Definitivamente, e depois de rever exaustivamente toda a literatura referente ao tema em questão da Ajuda Pública para o Desenvolvimento, e após os resultados dos questionários feitos de maneira aleatória a funcionários e diretores das instituições doadoras presentes na República Dominicana, chegamos à irrefutável conclusão de que não necessariamente o maior fluxo de recursos financeiros, e um maior apoio técnico das organizações internacionais envolvidas, produz uma melhoria no nível de vida e nos serviços oferecidos às populações.

Não é uma questão de maior quantidade dos fluxos, mas talvez a QUALIDADE dos fluxos e do apoio técnico fornecido. Daí, a importância de harmonizar e alinhar a provisão da ajuda para o desenvolvimento, isto é, o sentido da eficácia da ajuda.

Ao mesmo tempo, os países e as organizações doadoras devem exercer uma autoridade efetiva, uma LIDERANÇA efetiva, sobre as suas políticas de desenvolvimento e coordenarem as ações junto aos países recetores da ajuda.

Nesse sentido, é muito importante que baseiem todo o seu apoio nas estratégias, instituições e procedimentos NACIONAIS dos Estados recetores.

Condicionar a ajuda não é muito efetivo. É por isso preferível a ajuda desligada já que permite reduzir os custos dos doadores e melhorar o correto alinhamento e apropriação nos recetores.

Nesse mesmo sentido e conforme a como pudemos observar no último Informe da OECD (2012) para o seguimento dos Objetivos do Milénio, a República Dominicana tem podido liderar efetivamente suas políticas e estratégias de desenvolvimento em permanente COORDENAÇÃO com os atores da cooperação, num contexto nacional, ainda existem outros retos pendentes para melhorar os vínculos entre as prioridades, marcos de gastos, e orçamentos, aos fins de orientar o gasto público para os objetivos desejados.

Assim mesmo, e em termos de alinhamento do país com as estratégias e planos de desenvolvimento do país socio, a República Dominicana mostra uma ALINHADA FRAGMENTADA e marcada por um limitado realismo orçamental das contas nacionais, onde ainda existe um número elevado de dependências paralelas e com baixa previsibilidade.

De igual maneira, todas as ações dos países e instituições doadoras devem estar harmonizadas, ser TRANSPARENTES, e ao mesmo tempo ser coletivamente eficazes.

A eficácia da ajuda melhora quando os países doadores e os governos nacionais apresentam contas aos seus respectivos públicos sobre o uso de recursos e o alcance dos resultados do desenvolvimento.

Simplificar, descomplicar procedimentos e implementar disposições comuns no sentido de fazer um trabalho muito mais eficaz, incentiva condutas orientadas à cooperação.

Na República Dominicana, a RACIONALIZAÇÃO dos esforços dos países doadores mediante a coordenação de missões e até análises macroeconômicos e setoriais realizadas de forma conjunta, tem reduzido de maneira considerável a carga administrativa, ao aligeirar a agenda das reuniões do Governo e evitar as duplicações.

Assim mesmo, todo enfoque da cooperação para o desenvolvimento tem que estar harmonizado em torno as avaliações MEIOAMBIENTAIS, com vista a evitar a desertificação, e a perda da biodiversidade, como efeitos adversos no clima.

E tal como pudemos constatar, mediante as informações e os testemunhos reunidos através questionários feitos a instituições de Ajuda Pública ao Desenvolvimento na República Dominicana, é muito importante saber administrar os recursos oferecidos numa GESTÃO ORIENTADA AOS RESULTADOS.

Assim, de acordo com a informação obtida, podemos melhorar o produto no futuro e tomar decisões mais acertadas com esse objetivo comum.

Por seu lado, o Governo dominicano, e como parte da agenda nacional de reformas estruturais, continua a reforçar a suas bases, ao criar os marcos de avaliação necessários com o objetivo de supervisionar a evolução do impacto nas políticas públicas da cooperação internacional para o desenvolvimento e em coordenação com as instituições doadoras, bem como para aplicar as medidas corretivas pertinentes à prossecução do máximo de efetividade da ajuda fornecida.

Finalmente, todo isto deve considerar-se como um assunto de MÚTUA RESPONSABILIDADE. Quer dizer, tanto os países e as instituições doadoras, como os países recetores, são corresponsáveis pelos resultados do desenvolvimento.

A República Dominicana mostra muitas fraquezas e carências, principalmente nas áreas preponderantes da educação e saúde e ao nível institucional e organizativo, como referimos anteriormente.

Mas devem aproveitar-se as forças e as vantagens competitivas⁷⁴ resultantes da sua posição geográfica privilegiada, no centro das Américas, perfeitamente interconectada por ar e mar com todo o mundo, com um importante desenvolvimento nas telecomunicações, e no setor do

⁷⁴ A propósito ver informação disponível em: <http://guiarepublicadominicana.com/ventajas-y-desventajas-de-invertir-en-republica-dominicana> Consultado em 23/03/12

turismo, reconhecido a nível mundial, assim como com uma população jovem e instruída, com toda a energia do mundo.

Trata-se portanto em transformar toda esta conjuntura em oportunidades reais, a fim de confrontar as ameaças, num contexto exterior globalizado e volátil, de constantes crises que afetam maiormente aos mais vulneráveis da sociedade.

É uma obrigação de todos construir um mundo mais equilibrado, mais harmonizado, mais justo, mais humano e mais seguro, onde seja possível florescer a solidariedade, o respeito mutuo, o progresso sustentável, a esperança, a alegria, a cooperação entre irmãos, na rota duma nova e mais feliz humanidade.

Nesse sentido, esperamos que os resultados deste estudo investigativo sejam de proveito para todos aqueles atores envolvidos nesta área tão vital para a sobrevivência do planeta e das sociedades, pela utilização das conclusões obtidas em benefício das suas organizações e entidades sociais afetadas para uma maior efetividade da ajuda ao desenvolvimento, contribuindo também para o acervo bibliográfico existente nas instituições e centros docentes relacionados com o tema.

Muito apesar de todas as dificuldades inerentes, próprias de um trabalho deste tipo, designadamente em termos de disponibilidade de tempo, limitações geográficas, de língua e de práticas.

Assim mesmo e em referência a novas investigações a realizar-se sobre o tema em questão, consideramos acrescentar a bibliografia existente com informações relacionadas com as outras organizações promotoras da cooperação para o desenvolvimento, não mencionadas neste estudo, principalmente demais instituições e organismos inerentes das Nações Unidas, assim como com o trabalho realizado por as Organizações Não Governamentais (ONGs) radicadas no país e cuja tarefa e também de relevância fundamental.

Fontes de Referência e Bibliografia

ACDI, Agencia Canadiense de Cooperación, Official Site, Project Browser, “*Dominican Republic*”, disponível em <http://acdi-cida.gc.ca/dominicanrepublic> [Consultado em : 12/04/12]

AECID, Embajada de España en República Dominicana / Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Oficina Técnica de Cooperación, Portal Oficial, “*Cooperación Española en la República Dominicana. Programas, Proyectos de la Cooperación Oficial*”, disponível em http://www.aecid.org.do/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=28 [Consultado em : 23/02/12]

AECID, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, “*La AECID. Introducción*”, disponível em <http://www.aecid.es/es/aecid/> [Consultado em: 15/04/12]

AECID, Agencia Española de Cooperación Bilateral, “*Cooperación Bilateral*”.
Ver: <http://www.aecid.org.ni/coop-bilateral> Consultado em: 12/11/11

ALONSO, Jose Antonio, y GARCIMARTÍN, Carlos, “*Reducción de la Pobreza y Distribución de la Ayuda: Hacia un Modelo Híbrido de Asignación*”, Universidad Complutense y Universidad de Salamanca, respectivamente, disponível em <http://www.ucm.es/info/ecap2/seminario/seminario03.04/Alonso.pdf> [Consultado em: 02/10/11]

AMARANTE, Jorge, Selección Inteligente de Noticias, “*Hospital San Vicente de Paul gana Proyecto Centros de Excelencia Materno-Infantil, SESPAS/USAID*”, 25 de junio, 2009.

BIC, Bank Information Center, “*Banco Mundial. Estructura*”, disponível em <http://www.bicusa.org/es/Institution.Structure.5.aspx> Consultado em: 18/05/12

BANCO MUNDIAL, Official Site, Página de la República Dominicana, “*El Banco Mundial en la República Dominicana*”, disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/DO MINICAREPUBLICINSPANISHEXT/0,,contentMDK:20670131~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:500740,00.html> [Consultado em: 12/05/12]

BANCO MUNDIAL, Portal Oficial, “*Datos da le República Dominicana. Indicadores Económicos y Sociales*”, disponível em <http://datos.bancomundial.org/pais/republica-dominicana> [Consultado em :11/02/12]

BANCO MUNDIAL, External Site, “*Banco Mundial y FEDOMU (Federación Dominicana de Municipios) lanzan Guía Nacional para Promover Igualdad de Género*”, Santo Domingo, 29 de febrero, 2012, disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/DO/MINICAREPUBLICINSPANISHEXT/0,,contentMDK:23131095~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:500740,00.html> [Consultado em : 05/04/12]

BANCO MUNDIAL, Official Site, “*Proyectos y Programas Implementados en la República Dominicana*”/ “*Active Projects, 2012 (Updated)*”, disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/DO/MINICAREPUBLICINSPANISHEXT/0,,menuPK:509093~pagePK:141159~piPK:51067387~theSitePK:500740,00.html> [Consultado em : 05/04/12]

BANCO MUNDIAL, “*La Unión Europea y el Banco Mundial amplían su Apoyo a la Gestión del Gasto Público*”, Nota de Prensa, 15 de diciembre del 2011, Santo Domingo, República Dominicana, disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTDOMINICANREPUBLICINSPANISH/Resources/TF-Final-note.pdf> [Consultado em : 19/03/12]

BANCO MUNDIAL, Comunicado de Prensa No. 2012/297/DEC, “*El Banco Mundial percibe avances en la Lucha contra la Pobreza Extrema, pero advierte sobre Vulnerabilidades*”, Washington D.C., 29 de febrero, 2012.

BANCO MUNDIAL, Official Site, “*Quiénes somos?*”, disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/QUIENESSOMOS/0,,menuPK:64058517~pagePK:64057857~piPK:64057865~theSitePK:263702,00.html> [Consultado em : 14/01/12]

BEIRO, Luis, “*KOICA, Socio Estratégico del Desarrollo Nacional*”, Cultura y Salud, KOICA, Agencia de Cooperación de Corea en República Dominicana, disponível em <http://www.listin.com.do/ventana/2011/3/18/181522/print> Consultado em : 15/03/12

BID, Banco Interamericano de Desarrollo, Portal Oficial, “*Acerca del BID. Información Básica. Quiénes somos? Qué hacemos? Nuestra Historia. Proyectos*”, disponível em <http://www.oei.es/calidad2/organismos.htm> [Consultado em : 27/03/12]

CADTM, Comité para la Anulación de la Deuda del Tercer Mundo, Portada del Sitio, “*El CADTM. Acerca del CADTM*”, disponível em <http://www.cadtm.org/Acerca-del-CADTM> [Consultado em : 12/04/12]

CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Naciones Unidas, “*La Cooperación Internacional en el Nuevo Contexto Mundial: Reflexiones desde América Latina y el Caribe*”, Trigésimo Tercer Periodo de Sesiones, Brasília, 30 de mayo-1 de junio 2010, Nota de la Secretaría, Doc. 2010-166, pags. 3-9 e 19 -26, disponível em

http://www.eclac.cl/pses33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-33-11_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf [Consultado em : 18/01/12]

CEPAL / Centro de Desarrollo de la OECD, “*Perspectivas Económicas de América Latina 2012: Transformación del Estado para el Desarrollo*”, pp. 3-7, disponível em www.oecd.org/dev/americas. Ver: <http://www.oecd.org/dataoecd/39/15/48966240.pdf> [Consultado em : 07/04/12]

CEPEI, Centro de Pensamiento Estratégico Internacional, Centro de Información sobre la Cooperación Internacional, América Latina y el Caribe, Documentos, “*Mecanismo de Coordinación de la Cooperación Internacional en la República Dominicana*”, pp. 1-2, disponível em http://eficacia.info/doc_detalle.php?id=537 [Consultado em : 2012 23/04/12]

CID MARTINEZ, A. P., “*El Enfoque Teórico para la Cooperación Internacional en Educación: Análisis de Tres Agencias de Cooperación Internacional: IMEXCI, México, AECI, España, y USAID, Estados Unidos*”, Tesis Licenciatura, Relaciones Internacionales, Departamento de Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas, Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades, Universidad de Las Américas Puebla, octubre, Cap. IV, pp. 57-59, 2007.

CIDA, Canadian International Development Agency, web page, Official Site, “*Inter-American Regional Program for Latin America and the Caribbean*”, disponível em <http://acdi-cida.gc.ca/acdi-cida/ACDI-CIDA.nsf/eng/JUD-82413253-NF8> [Consultado em : 14/04/12]

COMISION EUROPEA, Portal Oficial, “*Quienes somos?. Desarrollo y Cooperación. EuropaId*”, disponível em http://ec.europa.eu/europeaid/who/index_es.htm [Consultado em : 11/02/12]

CONGD, Coordinadora de ONG para el Desarrollo España, “*Glosario de Términos sobre Cooperación al Desarrollo y Acción Humanitaria*”, disponível em <http://www.educacionenvalores.org/spip.php?article1494> [Consultado em : 24/02/12]

CONGD, Coordinadora de ONG para el Desarrollo España / AECID - Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación. “*La Gestión para Resultados en el nuevo marco de la Cooperación Internacional para el Desarrollo*”, Grupo de Gestión para Resultados de la Coordinadora, pp. 4-7, 11,12, Madrid, 2009, disponível em http://www.coordinadoraongd.org/uploads/descargas/Coordinadora_GpRD.pdf [Consultado em : 06/11/11]

COSUDE, Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación, Portal Oficial, “*La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) con el Comité de Asistencia al Desarrollo (DAC). Principales Cometidos de la OECD*”, disponível em http://www.deza.admin.ch/es/Pagina_principal/Actividades/Cooperacion_multilateral/Institucion_es_Internacionales/OCDE_DAC [Consultado em : 14/03/12]

CUCID, Centro Universitario de Cooperación Internacional para el Desarrollo, “*Cooperación para el Desarrollo*”, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Vicerrectorado de Relaciones Internacionales e Institucionales, disponível em

<http://www.cucid.ulpgc.es/2cooperaciondesarrollo.htm> [Consultado em :19//01/12]

DELEGACIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA EN LA REPÚBLICA DOMINICANA, Portal Oficial, “*Proyectos. Resumen. Lista de Proyectos*”, disponible en http://eeas.europa.eu/delegations/dominican/projects/list_of_projects/projects_es.htm#conflict-prevention [Consultado em : 23/03/12]

DIARIO@DIARIO, Nacionales, “*La UE donará 15.3 MM de euros a RD para Programas de Reducción Pobreza*”, 23 de febrero, 2012.

DIRECTORIO DE CENTROS, “*Una Breve Historia de República Dominicana*”, disponible en <http://www.spainexchange.com/es/guia-paises/DO-history.htm> [Consultado em : 07/10/11]

DUBOIS, Alfonso, “*Cooperación Bilateral / Multilateral*”, Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo, Universidad del País Vasco e Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional (HEGOA), disponible en <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/41> [Consultado em :12/11/11]

DUBOIS, Alfonso, “*Cooperación para el Desarrollo / CAD (Comité de Ayuda al Desarrollo)*”, Diccionario de Acción Comunitaria y Cooperación al Desarrollo, Instituto de Estudios sobre Desarrollo e Cooperación Internacional, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea / HEGOA, disponible en <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/44> [Consultado em :17/11/11]

EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DOMINICANA EN FRANCIA, Portal Oficial, Organización para la Cooperación y el Desarrollo, “*La República Dominicana y su entrada al Centro de Desarrollo de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE)*”, disponible en <http://www.embajadadominicana.fr/spip.php?article56> [Consultado em : 03/12/11]

ENCICLOPEDIA VIRTUAL DOMINICANA, Wiki Dominicana, “*Buenaventura Baez*”, disponible en: <http://www.quisqueyavirtual.edu.do/wiki> [Consultado em :19/02/12]

EUROPA, Portal Oficial de la Unión Europea, Síntesis de la Legislación de la UE, “*Libro Verde relativo a la Responsabilidad Social de las Empresas*”, disponible en http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/employment_rights_and_work_organisation/n26039_es.htm [Consultado em : 06/11/11]

EUROPEAN COMMISSION (Comisión Europea), Official Site, “*Development and Cooperation. Europeaid and the EU Institutions*”, disponible en http://ec.europa.eu/europeaid/who/partners/eu-institutions/index_en.htm [Consultado em : 29/03/12]

FIDE, Fundación Iberoamericana para el Desarrollo, “*Cómo Mejorar la Eficacia de la Ayuda al Desarrollo?*”, Madrid, España. Fuente: FONGDCAM / Coordinadora de ONGD de España y la Campaña del Milenio de NNUU, disponible en http://www.juventudymilenio.org/difunde/materiales/_como_mejorar_la_eficacia_de_la_ayuda_oficial_al_desarrollo.html [Consultado em: 23/11/11]

FERREIRA, Ennes – “*Instituições Internacionais e Políticas de Cooperação*”, Aulas, 11, 13 de abril, 2011, Instituto Nacional da Administração Pública (INA), Curso CADAPI.

GAGAIN JR., John R., - Globalizaciones, “*El Modelo Dominicano: Un Trabajo en Proceso para el Desarrollo Humano Sostenible*”, Vol. 3, No. 2, pp. 237-243, junio, 2006.

GAGAIN JR., John R. - “*Millenium Development Watch: The Dominican Republic as a Pilot Project*”, UN Chronicle No. 4, 2006, pp. 74,75.

GARCES-OZANNE, Arlene L., “*The Millenium Development Goals: Does Aid Help*”, University of Otago, New Zealand, pp. 27-30 e 35-37.

GODED SALTO, Mónica, “*El Papel de la UE en las Recientes Cumbres Internacionales*”, No.1, Centro de Estudios de Cooperación al Desarrollo (CECOD), Madrid, España, octubre, 2003, p. 9.

GUIA REPÚBLICA DOMINICANA, “*Ventajas y Desventajas de Invertir en la República Dominicana*”, disponível em <http://guiarepublicadominicana.com/ventajas-y-desventajas-de-invertir-en-republica-dominicana> [Consultado em : 23/03/12]

GTZ, hoy GIZ, Deutsche Gesellschaft fur Internationale Zusammenarbeit (Agencia Alemana de Cooperación Internacional), Home Site, GIZ Worldwide, “*Programmes and Projects in the Dominican Republic*”, disponível em <http://www.gtz.de/en/weltweit/lateinamerika-karibik/2806.htm> [Consultado em : 12/04/12]

GTZ, hoy GIZ, Deutsche Gesellschaft fur Internationale Zusammenarbeit (Agencia Alemana de Cooperación Internacional), Home Site, “*Temas de Cooperación. Desarrollo Económico Local*”, disponível em <http://www.gtz.de/en/weltweit/lateinamerika-karibik/el-salvador/18785.htm> [Consultado em : 12/04/12]

IDB, Inter-American Development Bank (Banco Interamericano de Desarrollo), “*Development Effectiveness Framework*”, August, 2008, pp. 2-8, disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1775544> [Consultado em : 23/01/12]

JICA, Japan International Cooperation Agency, Oficina en Las Americas, Portal Oficial, disponível em <http://www.aujct.org.uy/jica-oficinas-en-las-americas.html> [Consultado em : 27/03/12]

JICA, Japan International Cooperation Center, Official Site, “*Activities in the Dominican Republic. Major Projects*”, disponível em <http://www.jica.go.jp/dominicanrep/english/activities/index.html> [Consultado em : 28/03/12]

JICA, Japan International Cooperation Agency, Home Site, About JICA, History, “*Japanese ODA Executing Agencies, History and Integration*”, disponível em <http://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html> [Consultado em : 30/03/12]

JICA, Agencia Japonesa de Cooperación Internacional, Portal Oficial, Actividades, “*Asistencia Técnica y Cooperación Internacional*”, disponible em <http://www.jica.go.jp/colombia/espanol/activities/01.html> Consultado em : 30/03/12

KOICA, Korea International Cooperation Agency, “*República Dominicana*”, Central America, 2007. Ver: <http://www.koica.org.gt/actividades.htm> [Consultado em : 12/04/12]

LISTIN DIARIO – “*Comunidades usan Agua para generar Electricidad*”, Listín Diario, La República, 19 de febrero, 2012.

LOEMBAN TOBING-KLEIN, Irma Eugenie – “*The Millenium Development Goals, Most Important Instruments of Our Time for the Realization of Security, Progress and Peace*”, Global Watch, Spring 2007, 2,1, Pro Quest Central, pp. 5-19.

LOZANO, Wilfredo, “*Developments Opportunities: Politics, the State, and Institutions in Dominican Development in the XI Century*”, pp. 3-4, disponible em <http://www.princeton.edu/cmd/working-papers/idlaconferencepapers/wp1003d.pdf> [Consultado em : 15/03/12]

MANAGING for Development Results (MfDR), Home site, “*MfDR Concepts, Tools and Principles*”, disponible em <http://www.mfdr.org/1About.html> [Consultado em : 23/10/12]

MARCANO, J. - “*Clima de la República Dominicana*”, Mi País, Geografía, República Dominicana, disponible em <http://www.jmarcano.com/mipais/geografia/clima/index.html> [Consultado em : 12/11/11]

MINISTERIO DE ECONOMIA, PLANIFICACION Y DESARROLLO DE LA REPUBLICA DOMINICANA, Portal Oficial, “*Dirección General de Cooperación Multilateral*”, disponible em <http://www.stp.gov.do/eweb/ShowContent.aspx?idm=114> [Consultado em : 14/12/11]

NACIONES UNIDAS, Centro de Información / México, Cuba y República Dominicana, “La ONU”, Carta de las Naciones Unidas, Cap. IX, Cooperación Internacional Económica y Social, disponible em <http://www.un.org/spanish/aboutun/charter.htm> [Consultado em : 24/03/12]

NACIONES UNIDAS, Portal Oficial, “*Portada. Carta de la ONU. Historia. Estructura y Organización*”, disponible em <http://www.un.org/es/aboutun/> [Consultado em : 27/03/12]

NACIONES UNIDAS, Cooperación Técnica, “*Becas del Programa de Cooperación Técnica*”, disponible em <http://esa.un.org/techcoop/spanish/fellowship.asp> [Consultado em : 12/04/12]

OCDE / BANCO MUNDIAL - “*Buenas Prácticas Recientemente Identificadas de Gestión para Resultados de Desarrollo (GpRD)*”, 1era. Edición, pp. 3-14.

OEA, Organización de los Estados Americanos, Portal Oficial, “*Acerca de la OEA: Quiénes somos?*”, disponible em http://www.oas.org/es/acerca/quienes_somos.asp [Consultado em : 16/02/12]

OEA, Organización de los Estados Americanos, Portal Oficial, “*Acerca de la OEA: Cooperación*”, disponible en <http://www.oas.org/es/acerca/cooperacion.asp> [Consultado em : 18/02/12]

OEA, Organización de Estados Americanos, Portal Oficial, “*República Dominicana. Acerca de Nuestra Oficina*”, disponible en http://www.oas.org/es/acerca/offices_detail.asp?sCode=DRE [Consultado em : 08/03/12]

OECD, Organization for Economic Cooperation and Development, “*Aid Effectiveness 2005-10: Progress in Implementing the Paris Declaration*”, Vol. 2, 2012, Country Chapters: República Dominicana, pp. 1-16.

OECD, Organización para el Desarrollo Económico, Encuesta del 2008 de Seguimiento de la Declaración de París – Ayuda más Eficaz para el 2010, “*República Dominicana*”, OCDE 2008, Cap. 15, pp. 1-14, disponible en <http://www.oecd.org/dataoecd/35/55/42510596.pdf> [Consultado em : 16/12/11]

OECD, Organization for Economic Cooperation and Development, “*Dominican Republic*”, disponible en <http://www.oecd.org/dataoecd/2/31/1880641.gif> [Consultado em : 25/02/12]

OECD, Organization for Economic Cooperation and Development, Home Site, About OECD, “*History*”, disponible en

http://www.oecd.org/document/25/0,3746,en_36734052_36761863_36952473_1_1_1_1,00.html [Consultado em : 22/04/12]

OECD, Organization for Economic Cooperation and Development, “*Declaración de París sobre la Eficacia de la Ayuda al Desarrollo*”, Foro de Alto Nivel, París, Francia, 28 de febrero-2 de marzo, 2005, pp. 1-13, disponible en <http://www.oecd.org/dataoecd/53/56/34580968.pdf> [Consultado em : 23/11/11]

OECD, Organization for Economic Cooperation and Development, “*Programa de Acción de Accra*”, 3er. Foro de Alto Nivel, sobre la Eficacia de la Ayuda al Desarrollo, Accra, Ghana, 2-4 de septiembre, 2008, pp. 1-8, disponible en <http://www.oecd.org/dataoecd/53/56/34580968.pdf> [Consultado em : 28/11/11]

OECD, Home Page, Directorate for Financial and Enterprise Affairs: International Investment, “*Investment for Development; Guidelines for Multinational Enterprises; Corporate Responsibility; Investment Statistics and Analysis; OECD Investments Instruments*”, disponible en http://www.oecd.org/departement/0,3355,en_2649_34863_1_1_1_1,00.html [Consultado em : 15/04/12]

OECD Watch, Red Internacional de ONGs, Directrices de la OCDE, “*Países Miembros*”, marzo, 2012, disponible en <http://oecdwatch.org/sobre-ocde/ocde> [Consultado em: 22/03/12]

OEI, Organización de Estados Iberoamericanos, “*Los Organismos Internacionales de Cooperación y la Educación. Sus Principales Definiciones*”, disponible en <http://www.oei.es/calidad2/organismos.htm> [Consultado em : 19/02/12]

OEI, Organización de Estados Iberoamericanos, y AECID, Agencia Española de Cooperación para el Desarrollo, Divulgación y Cultura Científica Iberoamericana, “*República Dominicana logra Multiplicar la Productividad de Yuca, Plátano y Berenjena . Cooperación Internacional de Japón (JICA)*”, disponible em http://www.oei.es/divulgacioncientifica/noticias_050.htm [Consultado em : 18/03/12]

ONE, Oficina Nacional de Estadísticas de la República Dominicana, Portada, Info, “*Cooperación Internacional*”, disponible em <http://www.one.gob.do/index.php?module=articles&catid=212> [Consultado em : 04/02/12]

PACK, Howard and ROTHENBERG PACK, Janet, “*Foreign Aid and the Question of Fungibility*”, from the Review of Economics and Statistics, Vol. 75, No. 2 , May, 1993, The MIT Press, p. 258.

PNUD, Informe sobre Desarrollo Humano 2011, “*Sostenibilidad e Equidad: Un Mejor Futuro para Todos*”, disponible em http://odh.pnud.org.do/sites/odh.onu.org.do/files/HDR_2011_INFORME_COMPLETO.pdf [Consultado em: 22/03/12]

PNUD, Oficina de Desarrollo Humano en República Dominicana, “*Aumenta Índice de Desarrollo Humano de RD, pero persisten Desigualdades*”, Santo Domingo, 22 de noviembre, 2011, disponible em <http://odh.pnud.org.do/noticias/aumenta-indice-desarrollo-humano-de-rd-pero-persisten-desigualdades> [Consultado em : 09/01/12]

PNUD / RD - Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) en República Dominicana, Portal Oficial, “*El PNUD en República Dominicana. Acerca del País. Un País de Ingreso Medio. Proyectos del PNUD. Publicaciones*”, disponible em <http://www.pnud.org.do/info/pnudrd> [Consultado em : 05/02/12]

PRADO LALLANDE, Juan Pablo, “Cronología Histórica de la Cooperación Internacional para el Desarrollo: Antecedentes, Pasado y Presente”, 2011, p. 292, disponible em <http://www.cooperacioninternacional.mx/Documentos/Cronolog%C3%ADa%20de%20la%20CID.pdf> [Consultado em: 13/03/12]

QUISQUEYA VIRTUAL, Wiki Dominicana, “Ulises Heureaux. Pedro Santana. Buenaventura Baez”, disponible em <http://www.quisqueyavirtual.edu.do/wiki> [Consultado em: 24/03/12]

RASHID, Muhammad Khalid, y ANWAR, Mumtaz, “Effectiveness of Foreign Aid in the Light of Millenium Development Goal on the Education Sector: A Case of Study of Pakistan”, Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business, *ijerb.webs.com* , Vol. 3, No. 1, May 2011, p. 377.

ROUQUAYROL GUILLEMETE, Leda, y HERRERO VILLA, Santiago, “*Guía sobre la Cooperación Unión Europea- América Latina*”, 2007, pp. 7-13, 15-17, 21-24, disponible em http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/documents/guidecooperation_eu_la_es.pdf [Consultado em : 11/03/12]

SANAHUJA, José Antonio, *“Más Ayuda o Mejor Ayuda? La Cooperación para el Desarrollo en la Encrucijada”*, Paz y Conflictos en el Siglo XXI: Tendencias Globales, Anuario 2007-2008, Coord. Manuel Mesa, Instituto Complutense de Estudios Internacionales (ICEI), Barcelona, Editorial Icaria, 2007, pp. 76-78, 88, 90, 91, 100.

SHAH, Anup - *“Foreign Aid for Development Assistance”*, Global Issues, pags. 150-152, julio, 1998, disponível em <http://www.globalissues.org/article/35/foreign-aid-development-assistance> [Consultado em : 22/03/12]

STEINBERG, Federico – *“Cooperación y Conflicto en las Relaciones Económicas Internacionales”*, Revista Española de Ciencia Política, No. 18, abril, 2008, pp. 149-176

TOUSSAINT, Eric, y MILLET, Damien - *“El Espejismo de la Ayuda para el Desarrollo: Una Generosidad muy Mediatizada”*, Pueblos, Revista de Información y Debates, 1 de septiembre, 2005, disponível em <http://www.revistapueblos.org/spip.php?article260> [Consultado em : 12/10/11]

TROTSENBURG, Axel van, y MAC ARTHUR, Alan -- *“La Iniciativa para la Reducción de la Deuda de los Países Pobres muy Endeudados: Alivio de la Carga de la Deuda para los Países Pobres”*, Fondo Monetario Internacional (FMI), 1999, pp. 1-6 , disponível em <http://www.imf.org/external/np/hipc/spa/art0299.pdf> [Consultado em : 23/03/12]

UNDP, United Nations Development Program (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo), *“Monitoreo e Evaluación orientados a la Obtención de Resultados: Manual para los Administradores de Programas. Misión del PNUD. Políticas de Evaluación y Monitoreo”*, OESP, 1997, Oficina de Evaluación y Planificación Estratégica del PNUD, Nueva York, EUA.

UNION EUROPEA en la República Dominicana, Representación Permanente, Portal Oficial, *“Cooperación Técnica y Financiera, y Fondo Europeo para el Desarrollo (FED)”* , disponível em http://eeas.europa.eu/delegations/dominican/eu_dominican/tech_financial_cooperation/index_es.htm [Consultado em : 17/02/12]

USAID - Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID) en República Dominicana, Home Site, Estrategias de USAID/RD, *“Historia de Éxito: Comunidad del Suroeste convierte Basura en Ingresos”* disponível em http://www.usaid.gov/dr/index_es.htm [Consultado em: 09/03/12]

WEISSTAUB, Lara, y PATACINI, Valeria, *“Cooperación y Desarrollo”*, Proyecto de Cooperación Maestría de Cooperación Internacional (MCI) de la Universidad de San Martín, Argentina, y Curso de Expertos en Desigualdad, Cooperación y Desarrollo de la Universidad Complutense, España, 2009, pp. 3-6, 10, 11, 15.

WILLIAMSON, Claudia R., *“Exploring the Failure of Foreign Aid: The Role of Incentives and Information”*, 11 de julio, 2009, Springer Science / Business Media LLC 2009, Rev Austrian Econ 2010, pp. 17-33.

ANEXOS

CUESTIONARIO PARA LA EVALUACIÓN DE LAS COMPETENCIAS DINÁMICAS EN LAS ORGANIZACIONES DE AYUDA PÚBLICA AL DESARROLLO (APD) EN LA REPÚBLICA DOMINICANA

OBJETIVO DE ESTE CUESTIONARIO

Reunir información sobre las capacidades dinámicas más frecuentemente utilizadas por los gestores/directores de las organizaciones de Ayuda Pública al Desarrollo en la República Dominicana.

A través de un abordaje dinámico y evolutivo, del 2009 al 2011, el objetivo final será identificar de qué forma los gestores de estas podrán alcanzar mayor éxito en sus actividades.

CONFIDENCIALIDAD

Todas las informaciones prestadas en el ámbito de este cuestionario son estrictamente confidenciales.

☐ No será posible reconocer y/o identificar a los individuos o empresas que participen en este estudio.

☐ Los datos recogidos serán usados solo para fines estadísticos, y como tal, presentados de forma agregada.

SU COLABORACION ES FUNDAMENTAL

El éxito de este estudio estadístico dependerá del volumen de los datos representativos (cuestionarios) llenados o entregados por organización en el país como la suya.

SU CASO ES IMPORTANTE

El éxito de esta encuesta dependerá de la participación de todos los gestores/directores de las organizaciones de Ayuda Pública al Desarrollo en el país.

La veracidad de los datos recogidos es crucial para la validez de este estudio.

QUIEN DEBE LLENAR ESTE CUESTIONARIO

Debe ser llenado por el Director General o por el Gerente de Mercadeo o Marketing.

UTILIDAD PARA SU ORGANIZACIÓN

Como símbolo de nuestro aprecio por su participación, nuestro equipo de investigación le enviará un relatorio con las conclusiones del estudio, el cual incluirá sugerencias sobre la forma de mejorar el desempeño de este tipo de organizaciones.

COMO LLENAR EL CUESTIONARIO

1. Dado que este cuestionario se destina a todas las organizaciones de función afín, algunas preguntas podrán no ser aplicables a la suya en particular. En este caso, deberá avanzar a la pregunta siguiente.

2. En este cuestionario no hay respuestas ciertas o erradas. Lo importante es su experiencia individual. Seleccione ☒ la opción que mejor refleje su opinión o situación.

3. Este cuestionario fue concebido para ser llenado de forma simple y breve, por lo que su doble conclusión no deberá demorar más de treinta minutos o menos.

Gracias por su colaboración!

Si necesita de ayuda para llenar este cuestionario, por favor contactenos a:

Carlos Vicioso - carvic65@hotmail.com

SECCIÓN A - PERSONAL Y CARACTERÍSTICAS DE LA ORGANIZACIÓN (DATOS CONFIDENCIALES)

(DATOS CONFIDENCIALES)

1

Cuales su posicion en la organización? Por favor seleccione con una ☒ la opinión que mejor represente su posición.

Director General Ejecutivo ☐

Director General ☐

Director de Marketing ☐

Director ☐

Otro ☐

Cual? _____

2

Indique el número de años de experiencia profesional en administracion o gerencia de empresas, en su totalidad _____

Número de directores generales _____

de experiencia profesional en administración en términos de Marketing _____

Número de directores de Marketing _____

3

Cual es el nombre de su organización? _____

Indique la direccion física de su organización: _____

Indique su dirección electrónica: _____

4

4.1. Cual es el número actual de colaboradores en su organización? _____

4.2. Indique las alteraciones en el número de colaboradores en esta organizaci ón en los últimos tres años:

☐ MEJORÓ Cuanto? _____

☐ SIN ALTERACIONES

☐ DISMINUYÓ Cuanto ? _____

5

Cual es el área de actividad de su organización? _____

SECCIÓN B - ESTRATEGIA DE COMPETITIVIDAD E INNOVACIÓN

Por favor indique, Y EN RELACIÓN CON LAS ORGANIZACIONES AFINES A LA SUYA EN EL PAÍS, cual es su ESTRATEGIA ACTUAL, y las ALTERACIONES en los últimos tres años (2009 - 2011) en lo referente a :

ESTRATEGIA ACTUAL en relacion con las demás organizaciones afines	CAMBIOS DE ESTRATEGIA en los últimos 3 años en relacion con las demás organizaciones afines
1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Más parecida de las demás 0. - Sin alteracion 1. - Más diferenciada de las demás

A. PROYECTOS O PROGRAMAS

- 1) Estrategia de los proyectos o programas
- 2) Nivel de calidad de los proyectos y/o programas
- 4) Garantía de satisfacción de los beneficiarios
- 5) Alianzas e intercooperacion

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

B. PROMOCIÓN DE PROYECTOS O PROGRAMAS

- 1) Mensajes publicitarios de la organización adecuados
- 2) Creatividad en la promoción de los proyectos o programas
- 3) Canales de publicidad adecuados
- 4) Logro de objetivos de la promoción

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

- 5) Importancia de las relaciones públicas
- 6) Marketing directo
- 7) Marketing en el internet
- 8) Adecuado presupuesto para promoción

☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

C. COLABORADORES / EMPLEADOS

- 1) Comportamiento de los empleados o colaboradores, en general
- 2) Relaciones de estos con las comunidades y/o instituciones beneficiarias de los proyectos o programas
- 3) Apoyo adecuado a los beneficiarios de los proyectos o programas
- 4) Adecuado tratamiento de las reclamaciones o quejas de los usuarios
- 5) Adecuada respuesta a las necesidades de las comunidades y/o instituciones beneficiarias
- 6) Eficiencia en resolver los problemas de los beneficiarios

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

D. PROCESOS

- 1) Rapidez en la resolución de los problemas inherentes a los beneficiarios
- 2) Fiabilidad en la implementación de los proyectos o programas
- 3) Proyectos o programas realizados dentro de los plazos estipulados
- 4) Conseguir no tener reclamaciones de parte de los beneficiarios
- 5) Seguridad en los procesos durante la realización de los proyectos o programas

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

E. ESTRATEGIA GENERAL

- 1) Estrategia general de los proyectos o programas de esta organización

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐

Por favor indique, **EN RELACIÓN CON LAS ORGANIZACIONES AFINES A LA SUYA EN EL PAÍS**, cuales son sus **HABILIDADES O**
A. JAS COMPETITIVAS actuales, y **ALTERACIONES** sufridas en los últimos 3 años (2009 - 2011), en lo referente a:

ESTRATEGIA ACTUAL en relación con las demás organizaciones	CAMBIOS DE ESTRATEGIA en los últimos 3 años en relación con las demás
1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Más parecida a las demás 0. - Sin alteración 1. - Más diferenciada de las demás

A. DESARROLLO DE PROYECTOS O PROGRAMAS

- 1) Capacidad para desarrollar nuevos proyectos o programas
- 2) Estudios para la creación de nuevos proyectos y/o programas
- 3) Buen desarrollo de los proyectos redundando en eficacia al responder a las necesidades de los beneficiarios y/o comunidades o instituciones

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

B. COMUNICACIÓN DEL MARKETING

- 1) Desarrollo o ejecución del Marketing
- 2) Gestión de la publicidad y/o competencias creativas
- 3) Competencias en relaciones públicas
- 4) Competencias en gestión de imagen de la organización
- 5) Gestión de imagen de la organización

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

C. MANEJO DE LA INFORMACIÓN SOBRE LOS BENEFICIARIOS

	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) Recolección de información sobre los beneficiarios	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) Utilización de competencias para estudios de mercado	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) Búsqueda e identificación de los beneficiarios y/o comunidades carenciadas o instituciones con bajo rendimiento en el país	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Utilización completa de los resultados de los estudios de mercado	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
5) Análisis de la información sobre los posibles beneficiarios	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

D. PLAN DE MARKETING

	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) Competencias en los planes de Marketing	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) Capacidad para segmentar e identificar el plan de Marketing	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) Competencias en la gestión de Marketing y procesos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Desarrollo de estrategias de Marketing creativas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
5) Coherencia en los procesos de planeamiento del Marketing	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

E. IMPLEMENTACIÓN DE LOS PROCESOS DE MARKETING

	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) Utilización eficaz de los recursos de Marketing	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) Organización para la implementación eficaz de los planes de Marketing	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) Conversión de las estrategias del Marketing en acciones	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Ejecución rápida de las estrategias de Marketing	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
5) Control del performance del Marketing	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

**F. OTRAS COMPETENCIAS DISPONIBLES
EMPRENDEDURISMO**

	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) Consideramos que son necesarias varias acciones para lograr nuestros objetivos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) Iniciamos acciones que obtienen respuestas conjuntas de otras organizaciones afines	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) Somos proclives a la realización de proyectos o programas con elevado riesgo de ejecución	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Somos arriesgados en nuestros esfuerzos ante la posibilidad de explorar nuevas oportunidades	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

**G. OTRAS CAPACIDADES DISPONIBLES
INNOVACIÓN**

	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) Innovaciones técnicas, basadas en resultados de investigaciones son rápidamente aceptadas en nuestra organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) Procuramos de forma constante nuevas ideas para nuevos proyectos o programas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) La innovación es rápidamente aceptada en los departamentos de gestión de programas y/o proyectos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Las personas no son penalizadas por ideas, proyectos o programas que no funcionaron como se idearon	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
5) La innovación es impulsada, apoyada en esta organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

**H. OTRAS COMPETENCIAS DISPONIBLES
GESTIÓN DE CONOCIMIENTOS**

	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) Crear competencias y generar conocimientos operacionales es aplicable a varias unidades de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) Transferir conocimientos operacionales relevantes es aplicable a varias unidades de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) Integrar conocimientos operacionales es relevante a varias unidades de esta organización con el fin de crear nuevos proyectos o programas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Cambiar políticas operacionales relevantes en unidades de esta	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

organización con base a lecciones o experiencias generadas por otras unidades de la misma, es relevante en esta									
5) Crear competencias y conocimientos de Marketing es aplicable a varias unidades de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
6) Transferir conocimientos sobre los beneficiarios es relevante entre las unidades de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
7) Integrar el conocimiento sobre los beneficiarios es relevante a varias unidades de esta organización para entender, obtener nuevas perspectivas sobre los programas y/o proyectos a desarrollar	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
8) Cambiar políticas en los procesos de Marketing de unidades a fin de obtener perspectivas diferentes de un mismo problema, es relevante en esta	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
9) Crear competencias y conocimientos de gestión es aplicable a varias unidades de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
10) Compartir buenas practicas de gestión es relevante entre las diferentes unidades de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
11) Integrar políticas y procesos de gestión es aplicable a varias uni-dades de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
12) Cambiar políticas y procesos de gestion es relevante en unidades de esta organización, con base a lecciones generadas por otras unidades de la misma	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
I. OTRA COMPETENCIAS	1	2	3	4	5		-1	0	1
PERFORMANCE DEL DESARROLLO DE PROYECTOS O PROGRAMAS									
1) Costos adecuados en el desarrollo de proyectos o programas	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
2) Eficacia de la inversión para el buen desarrollo de los mismos	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
3) Adecuados plazos de entrega de estos	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
4) Posibilidad de mejoría en la funcionalidad/calidad del proyecto	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
5) Mejoria en los elementos de tecnologías del proyecto	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
6) Posibilidad de innovación en tecnologías del proyecto	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
7) Posibilidad de innovación en el proyecto, como un todo	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
8) Posibilidad de creación de un nuevo concepto de proyecto	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
J. OTRAS COMPETENCIAS	1	2	3	4	5		-1	0	1
PROCESO									
1) Comunicación eficaz entre los grupos funcionales durante el proceso de desarrollo del proyecto o programa	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
2) Comunicación eficaz entre los grupos de integración y los grupos funcionales	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
3) Buena comunicación entre los departamentos de Desarrollo y el de Marketing	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
4) El Encargado de Desarrollo del proyecto está demasiado expuesto a otros departamentos de la misma área	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
5) El gestor principal o director general circula frecuentemente entre los colaboradores del nivel operacional o más bajo	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
6) El gestor principal o director se envuelve activamente en las actividades a nivel operacional o más bajo	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
7) Los técnicos involucrados en el desarrollo de los proyectos o programas tienen experiencia práctica de trabajo en las áreas técnicas a través del intercambio de labores dentro de esa mis-ma unidad	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
8) Las personas envueltas en el desarrollo del proyecto o programa tienen experiencia práctica de trabajo en áreas funcionales fruto del intercambio de labores dentro de dicha unidad	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐
9) Los técnicos envueltos en el desarrollo del proyecto o programa participan frecuentemente en las actividades de Marketing o de promoción del mismo	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐	☐

En relación con las demás organizaciones afines en el país, por favor indique su FORMACIÓN DE MERCADO Y ORGANIZACIONAL, y las ALTERACIONES sufridas en los últimos tres años (2009 - 2011), en lo referente a:

	SITUACIÓN ACTUAL, y en relación con las demás organizaciones afines					CAMBIOS DE ESTRATEGIA en los últimos 3 años en relación con las demás organizaciones afines		
	1. - Exactamente la misma	2. - Ligeramente diferente	3. - Igual	4. - Diferente	5. - Completamente diferente	1. - Mas parecida con las demás	0. - Sin alteración	1. - Mas diferenciada de las demás
A. FORMACIÓN DE MERCADO	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) Capacidad de desarrollo de nuevos proyectos y/o programas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) Capacidad de promoción de los referidos proyectos o programas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) Capacidad de construcción de una imagen entre los beneficiarios	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Capacidad de desarrollo de competencias prolongadas, extendidas a los beneficiarios	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
B. FORMACIÓN ORGANIZACIONAL	1	2	3	4	5	-1	0	1
1) El espíritu de equipo se superpone a nuestras posiciones jerárquicas dentro de la organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2) El trabajo en equipo transfuncional (con intercambio de conocimientos) es la forma del trabajo usual en la nuestra organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3) Nuestra organización tiene un objetivo común, colectivo, a alcanzar	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4) Existe concordancia total en nuestra visión organizacional	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
5) Estamos empeñados en compartir nuestra visión organizacional los unos con los otros	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
6) Tenemos un amplio sentido de interligación entre todas las partes de nuestra organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
7) Entendemos de que forma nuestro trabajo se encuadra en la cadena de valores de la organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
8) Todas las actividades realizadas en la organización son claramente definidas.	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
9) Percibimos de que forma todas las actividades se encuadran en la organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
10) Concordamos que nuestra capacidad de aprendizaje es el factor clave para el mejoramiento	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
11) Los valores elementales de esta organización incluyen a la formación como elemento clave para el desarrollo	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
12) Cuando dejamos de aprender colocamos nuestro futuro en peligro	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
13) Lo que se siente es que la formación de los colaboradores es una inversión y no un gasto	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
14) En nuestra organización tenemos mecanismos específicos para compartir aprendizajes	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
15) Hacemos auditorías a los departamentos y unidades que no tuvieron éxito, y compartimos las lecciones aprendidas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

16) La conversacion interdepartamental mantiene vivas las lecciones aprendidas de experiencias pasadas

☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐

En relación con las organizaciones afines en el país, por favor indique su actual INTERCAMBIO Y FUSIÓN DE CONOCIMIENTOS, y las ALTERACIONES en los últimos tres años (2009 - 2011) en lo referente a:

A. INTERCAMBIO Y FUSIÓN DE CONOCIMIENTOS

- 1) Los colaboradores ven beneficioso el intercambiar y conciliar ideas ente ellos
- 2) Los colaboradores creen que intercambiando y conciliando ideas pueden avanzar más rápido con nuevos proyectos e iniciativas que trabajando ellos solos
- 3) Al final de cada día, los colaboradores sienten que aprenden unos con los otros a través del intercambio y conciliación de ideas
- 4) Los empleados de esta organización son propensos a la concilia-ción e intercambio de ideas para solucionar problemas y crear oportunidades
- 5) Los empleados de esta organización no son buenos en compartir ideas individuales a fin de desarrollar nuevos proyectos o programas
- 6) Los empleados son capaces de compartir conocimientos específicos, a fin de intercambiar y conciliar ideas con sus colegas
- 7) Es muy raro que los empleados intercambien y concilien ideas con el objetivo de encontrar soluciones a los problemas

SITUACIÓN ACTUAL en relación con las demás organizaciones afines	ALTERACIONES en los últimos 3 años en relación con las demás organizaciones
1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Más parecida con las demás 0. - Sin alteración 1. - Más diferenciada de las demás
1 2 3 4 5	-1 0 1
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐

Por favor indique, y en relación con las demás organizaciones afines en el país, cual es la DECISIÓN ESTRATÉGICA de la suya, y las ALTERACIONES en los últimos tres años (2009 - 2011) en lo referente a:

A. DINAMISMO

- 1) Los programas o proyectos se tornan obsoletos rapidamente en esta organización
- 2) Es muy fácil prever las acciones y/o medidas de las organizacio-nes con temática o actividades afines en el país
- 3) Es relativamente facil prever las necesidades de los entes benefi. ciarios (comunidades, instituciones, etc) en esta organización

SITUACIÓN ACTUAL	CAMBIOS en los últimos 3 años
1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Más parecida con las demás 0. - Sin alteración 1. - Más diferenciada de las demás
1 2 3 4 5	-1 0 1
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐

- 4) Los avances de la tecnología son fácilmente implementados en esta organización

☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐

B. CENTRALIZACIÓN DE LAS ESTRATEGIAS DE GESTIÓN

- 1) Los colaboradores de primera línea participan en las tomas de de-cisiones estratégicas
- 2) Defina el número aproximado de personas que son responsables por la decision estrategica en su organización
- 3) Nuestro nivel más alto de gerencia determina siempre el plan es-tratégico
- 4) En esta organización intentamos llegar a un consenso acerca de las alteraciones estratégicas a realizar más importantes

1 2 3 4 5

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

-1 0 1

☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐

C. FORMALIZACIÓN DE RUTINAS

- 1) Nuestra organización tiene canales de comunicación formalizados para la realización de procesos y prácticas de rutina
- 2) Los manuales establecidos nos ayudan a lidiar con los problemas rutinarios
- 3) Nuestros colaboradores de primera línea trabajan por su propia cuenta en las tareas de rutina

1 2 3 4 5

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

-1 0 1

☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐

D. INFORMALIZACIÓN DE LOS PROCESOS NO RUTINARIOS

- 1) Los colaboradores tienen que seguir los procedimientos para las tareas que no son rutinarias
- 2) Cuando enfrente problemas que no son habituales, consigo obte-ner la información que necesito sin pasar por los canales norma-les o acostumbrados
- 3) No existen instrucciones escritas sobre tareas que no son parte de los procesos rutinarios
- 4) Los colaboradores de primera línea están autorizados a encon-trar soluciones para concluir tareas no rutinarias

1 2 3 4 5

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

-1 0 1

☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐

Por favor indique, y en relación con las demás organizaciones afines en el país, cuales son sus RECURSOS ACTUALES, y las ALTERACIONES sufridas en los 3 años (2009 - 2011) en lo referente a:

RECURSOS ACTUALES en relación con las demás organizaciones afines	CAMBIOS en los últimos 3 años en relacion con las demás
1. - Exactamente los mismos 2. - Ligeramente diferentes 3. - Iguales 4. - Diferentes 5. - Completamente diferentes	1. - Más parecida con las demás 0. - Sin alteración Más diferenciada de las demás 1. -

A. RECURSOS EXPERIMENTALES

- 1) Conocimiento del terreno para la realización de proyectos o pro-gramas
- 2) Conocimientos sobre los beneficiarios de los mismos
- 3) Duración de la experiencia en el ramo gestional
- 4) Número de proyectos y/o programas en los cuales esta organiza-ción estuvo involucrada
- 5) Desempeño en el pasado

1 2 3 4 5

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

-1 0 1

☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐

B. RECURSOS A ESCALA

- 1) Número de proyectos o programas anuales
- 2) Número de colaboradores en tiempo total
- 3) Porcentaje de colaboradores cuya principal función es lidiar o in-teractuar directamente con los beneficiarios (instituciones,

1 2 3 4 5

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

-1 0 1

☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐

comunidades, etc)

C. RECURSOS FINANCIEROS

- 1) Disponibilidad de recursos financieros dispuestos para la realización de proyectos o programas ya en vigor
- 2) Disponibilidad de recursos financieros dispuestos para la realización y desarrollo de nuevos proyectos o programas
- 3) Disponibilidad de recursos financieros dispuestos para la formación de los colaboradores
- 4) Disponibilidad de recursos financieros dispuestos para la innovación y desarrollo
- 5) Disponibilidad de recursos financieros dispuestos para el desarrollo de esquemas de publicidad

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

D. RECURSOS FÍSICOS

- 1) Utilización de tecnología y equipos modernos
- 2) Existencia de recursos tecnológicos para el desarrollo de nuevos proyectos o programas

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐

Hasta que punto cada uno de los siguientes factores describe la INTERRELACIÓN DEPARTAMENTAL Y DE COOPERACIÓN TRANSFUNCIONAL de esta organización actualmente, y las ALTERACIONES sufridas durante los últimos 3 años (2009 - 2011) en lo referente a:

ACTUALIDAD, y en relación con las demás organizaciones afines	CAMBIOS en los últimos 3 años en relación con las demás
1. - Exactamente lo mismo 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Mas parecida con las demás 0. - Sin alteración 1. - Más diferenciada de las demás

A. INTERRELACIÓN DEPARTAMENTAL

- 1) En esta organización, si es necesario, es facil hablar con cualquier cualquier colaborador, independientemente de su puesto o función
- 2) En esta organización, existen muchas oportunidades de reuniones informales correctas entre colaboradores de diferentes departamentos o unidades
- 3) En esta organización, los colaboradores de los diferentes departamentos se sienten cómodos interrelacionándose y hablando los unos con los otros
- 4) Los gestores de alto nivel estimulan a sus colaboradores a compartir y a discutir asuntos relacionados con esta organización, incluyendo a sus superiores directos y a los subordinados de estos
- 5) Los colaboradores de este departamento son bastante abiertos con los demás de los otros departamentos
- 6) Los gestores de tope de mi unidad pueden agendar reuniones con los topes de las otras
- 7) Las comunicaciones entre las diferentes unidades o departamentos son realizadas utilizando los canales adecuados

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

B. COLABORACIÓN TRANSFUNCIONAL

- 1) En esta organización los diferentes departamentos cooperan entre sí en la creación y selección de nuevas ideas para nuevos proyectos o programas
- 2) En esta organización todos cooperan en el establecimiento de objetivos y prioridades estratégicas
- 3) En esta organización todos están debidamente representados en los equipos del proyecto, así como en otras actividades estratégicas

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐

-1	0	1
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

Por favor indique algunos de los NUEVOS PROYECTOS O PROGRAMAS implementados o desarrollados por esta organización en los últimos 3 años (2009 - 2011) :

Por favor indique la importancia de las actividades de INNOVACIÓN, comparativamente a otras funciones dentro de esta organización actualmente, y las ALTERACIONES sufridas durante los últimos tres años (2009 - 2011):

SITUACIÓN ACTUAL en relación con las demás FUNCIONES realizadas en esta organización	ALTERACIONES en los últimos 3 años en relación con las demás FUNCIONES
1. - Menos importante 2. - Ligeramente no importante 3. - Igual de importante 4. - Ligeramente importante 5. - Más importante	1. - Menos importante 0. - Sin alteracion 1. - Más importante
1 2 3 4 5 1) Valor de la innovacion ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 2) Importancia de la innovacion en el éxito de esta organización ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 3) La innovacion es vista como un beneficio para la organización ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	-1 0 1 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
B. ORIENTACION PARA LA INNOVACIÓN 1) Rapidez con que fue aceptada la innovación basada en los resultados de alguna investigación ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 2) Valoración de los colaboradores por tener nuevas ideas, aunque algunas no funcionen ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 3) Capacidad de nuestros gestores en buscar ideas innovadoras ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 4) Capacidad de integrar a la innovación en la gestión de proyectos o programas ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 5) Capacidad de arriesgarse con la innovación ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	-1 0 1 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Hasta que punto, cada una de las siguientes afirmaciones DESCRIBE A ESTA ORGANIZACIÓN actualmente, y en relacion con las demás organizaciones en el país, y las ALTERACIONES sufridas durante los últimos tres años (2009 - 2011):

ACTUALMENTE, y en relación con las demas organizaciones afines en el país	ALTERACIONES sufridas durante los últimos 3 años
1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Mas parecida con las demás 0. - Sin alteración 1. - Más diferenciada de las demás
1 2 3 4 5 1) Impacto positivo en la imagen de la organización ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 2) Fortalece la reputacion de la misma ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 3) Mejora la lealtad a la organización de parte de los beneficiarios ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 4) Aumenta la satisfaccion de los beneficiarios ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	-1 0 1 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Hasta que punto esta organización, y en relación con las demás organizaciones afines en el país, da RELEVANCIA a las siguientes afirmaciones, y las ALTERACIONES sufridas en los últimos tres años (2009-2011)

A. LIDERANZA

- 1) El liderazgo gestional mejora la eficacia operacional al implementarse los proyectos y programas de la organización
- 2) El liderazgo gestional mejora la productividad en la organización
- 3) El liderazgo gestional permite la adopción de métodos y tecnologías innovadoras

B. DIFERENCIACIÓN

- 1) La diferenciación en los programas y/o proyectos proporciona respuestas rápidas y adecuadas de las necesidades de los beneficiarios
- 2)

ACTUALMENTE, y en relación con las demás organizaciones afines	ALTERACIONES en los últimos 3 años en relación con las demás
1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Más parecida con las demás 0. - Sin alteración Más diferenciada de las demás
1 2 3 4 5	-1 0 1
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
1 2 3 4 5	-1 0 1
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐

Por favor indique, y en relación con las demás organizaciones afines en el país, como describiría el grado de CAMBIOS EN EL PERFORMANCE de ésta, y las ALTERACIONES sufridas en los últimos 3 años (2009 - 2011):

A. SATISFACCIÓN DE LOS BENEFICIARIOS DE LOS PROYECTOS O PROGRAMAS

- 1) Se palpa un elevado grado de satisfacción entre los beneficiarios de esta organización
- 2) En esta organización se programa y proyecta lo que los beneficiarios ansían o desean

ACTUALIDAD, y en relación con las demás organizaciones	ALTERACIONES en los últimos 3 años
1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente	1. - Más parecida con las demás 0. - Sin alteración Más diferenciada de las demás
1 2 3 4 5	-1 0 1
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐

SECCION C - INTERRELACIÓN CON LAS DEMÁS ORGANIZACIONES AFINES EN EL PAÍS

18

Por favor indique como son sus actuales RELACIONES CON LAS DEMÁS ORGANIZACIONES AFINES en el país, y como eso cambió en los últimos tres años (2009 - 2011) en lo referente a:

	ESTRATEGIAS ACTUALES					CAMBIOS EN LA ESTRATEGIA en los últimos 3 años
	1. - Exactamente la misma 2. - Ligeramente diferente 3. - Igual 4. - Diferente 5. - Completamente diferente					1. - Más parecida con las demás 0. - Sin alteración 1. - Más diferenciada de las demás
A. CAPITAL RELACIONAL	1	2	3	4	5	-1 0 1
1) Existe una interaccion estrecha a varios niveles con las demás organizaciones afines	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
2) Esta relación se caracteriza por respeto mutuo a varios niveles	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
3) Esta relación se caracteriza por confianza mutua, a varios niveles	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
4) Esta relación se caracteriza por una gran reciprocidad inter-organizacional	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
B. COMPLEMENTARIDAD Y COMPATIBILIDAD	1	2	3	4	5	-1 0 1
1) Hay complementaridad en los recursos/capacidades con las demás organizaciones afines	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
2) Existe compatibilidad con las demás organizaciones	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
3) Hay compatibilidad en los estilos de gestion y de operacionalidad entre las organizaciones afines	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
C. APRENDIZAJE	1	2	3	4	5	-1 0 1
1) Esta organización recibió información importante, y aprendió de las demás organizaciones afines	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐
2) Esta interrelación ayudó a mejorar las capacidades y/o competencias de esta organización	☐	☐	☐	☐	☐	☐ ☐ ☐

Por favor indique ☒ si tiene interés en recibir:

☐ Relatorio con los resultados de este estudio

Si estuviese interesado en recibir los resultados de este estudio, por favor anexe a este Cuestionario sus datos de contacto (por ejemplo, una tarjeta personal o profesional, o algún contacto alternativo).

Muchas gracias por su participación!